

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA
INTERNACIONAL

GUSTAVO FORNARI DALL'AGNOL

A ECONOMIA POLÍTICA DA GUERRA NAS ESTRELAS: AS ELITES
ECONÔMICAS E A ELITE GOVERNAMENTAL NA DEFINIÇÃO DA
AGENDA DE SEGURANÇA SOB O GOVERNO RONALD REAGAN

RIO DE JANEIRO

2017

GUSTAVO FORNARI DALL'AGNOL

A ECONOMIA POLÍTICA DA GUERRA NAS ESTRELAS: AS ELITES
ECONÔMICAS E A ELITE GOVERNAMENTAL NA DEFINIÇÃO DA
AGENDA DE SEGURANÇA SOB O GOVERNO RONALD REAGAN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional-PEPI, do Instituto de Economia- IE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros

RIO DE JANEIRO

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

D144 Dall'Agnol, Gustavo Fornari.

A economia política da guerra nas estrelas: as elites econômicas e a elite governamental na definição da agenda de segurança sob o governo Ronald Reagan. / Gustavo Fornari Dall'Agnol. – 2017.

163 p. ; 31 cm.

Orientador: Daniel de Pinho Barreiros

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2017.

Bibliografia: f. 155-163.

1. Economia política. 2. Elite. 3. Reagan, Ronald, 1911-2004. I. Barreiros, Daniel de Pinho, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 330.9

GUSTAVO FORNARI DALL'AGNOL

A ECONOMIA POLÍTICA DA GUERRA NAS ESTRELAS: AS ELITES
ECONÔMICAS E A ELITE GOVERNAMENTAL NA DEFINIÇÃO DA
AGENDA DE SEGURANÇA SOB O GOVERNO RONALD REAGAN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional-PEPI, do Instituto de Economia- IE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros

Aprovada em: 07/03/2017



Prof. Dr Daniel de Pinho Barreiros



Prof. Dr Muniz Gonçalves Ferreira



Prof. Dr Pedro Henrique Campos



Prof. Dr Pedro Rocha Fleury Curado

RIO DE JANEIRO

MARÇO DE 2017

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo infindável apoio durante o período de realização deste trabalho, inclusive nos momentos mais difíceis.

Ao meu orientador, Prof. Dr Daniel de Pinho Barreiros, a quem devo parte fundamental da minha formação intelectual e que contribuiu decisivamente para a realização do presente estudo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

Ao PEPI-UFRJ, por proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento do pensamento crítico nos campos das Relações Internacionais e da Economia Política Internacional.

À turma 2015 do PEPI-UFRJ pelo companheirismo dentro e fora do ambiente universitário e pelo senso cooperativo tão difícil de encontrar na academia brasileira.

Aos meus amigos do peito, companheiros de jornada, sem os quais muito pouco restaria de mim: Bernardo Juvenardi Burigo, Tainam Marinho Pessoto, Igor Piacentini, Felipe dos Santos Pereira, Thálion Mibielli e Miguel Veríssimo Gonçalves Moreira Neto.

Ao meu primo, grande amigo e colega, Augusto César Dall'Agnol, e ao meu pai, Darlei Dall'Agnol, pela leitura do trabalho e pelos comentários tecidos, indispensáveis para o aprimoramento da pesquisa.

À Fernanda Consenso Tonetto e ao Rodrigo Surmas, meus tios e amigos, pelo incansável apoio logístico e emocional durante minha estada no Rio de Janeiro.

Devo estudar política e guerra para que meus filhos possam ter a liberdade de estudar matemática e filosofia, geografia, história natural, arquitetura naval, navegação, comércio e agricultura, a fim de que deem a seus filhos o direito de estudarem pintura, poesia, música, arquitetura, estatuária, tapeçaria e porcelana.

John Adams

Space: the final frontier (...) To go boldly where no man has gone before.

Star Trek (Abertura)

DALL'AGNOL, Gustavo Fornari. A Economia Política da Guerra nas Estrelas: As Elites Econômicas e a Elite Governamental na Definição da Agenda de Segurança sob o Governo Ronald Reagan. Dissertação de Mestrado em Economia Política Internacional. UFRJ, 2017.

RESUMO

O presente estudo visou compreender, descrever e analisar criticamente as diretrizes centrais das elites regentes sob o governo de Ronald Reagan no que se refere à elaboração e implementação de sua estratégia internacional. Delimitou-se a temática em questão na atuação das elites econômicas e a elite governamental na definição da agenda de segurança à época. Em específico, analisou-se o Strategic Defense Initiative (SDI), através da revisão bibliográfica e documental, simultaneamente. O SDI prometia romper definitivamente com a lógica de destruição mútua que guiava os tomadores de decisão na Guerra Fria. O programa, amplamente desacreditado e criticado por diversos setores da sociedade, foi aprovado e levado adiante, além de contar com um orçamento expressivo. Após a análise empírica, averiguou-se que diversos setores da elite advogaram a favor do programa, como grandes empresas, *think tanks* e universidades. A capacidade da elite governamental e militar de convencimento da população mostrou-se eficiente. O SDI cumpriu um papel central na reorganização das elites internas, já que as tradicionais elites ligadas ao complexo industrial-militar e as finanças alinharam-se em torno do *keynesianismo militarista* de Reagan e do *neoliberalismo* que caracterizou a edificação do mundo pós- Guerra Fria. Ademais, a lógica da economia política da guerra, que é central no funcionamento do capitalismo estadunidense, mostrou-se, novamente, bem sucedida na perspectiva das elites norte-americanas.

PALAVRAS-CHAVE: Ronald Reagan; Elites; Economia Política; Guerra nas Estrelas.

DALL'AGNOL, Gustavo Fornari. The Political Economy of Star Wars: The Economical Elites and the Governmental Elite in Ronald Reagan's definition of the National Security Agenda. Master's Dissertation in International Political Economy. UFRJ, 2017.

ABSTRACT

The present study aimed to understand, describe and analyze critically the main directives of the regent elites in the Reagan administration in their international strategy's elaboration and implementation. The theme of research is demarcated in the policy making of the economical and governmental elites as they defined the security agenda at the time. Specifically, the Strategic Defense Initiative (SDI) was analyzed, through literature and documental review, simultaneously. The SDI promised to end definitively with the mutual destruction logic which guided the decision makers during the Cold War. The program, vastly unbelieved and criticized by many groups of society, was approved and moved forward, and counted with a large budget. After empirical analysis, it was examined that many sectors of the elite sponsored the program, including large companies, think tanks and universities. The military and governmental elite's capacity to convince the population was effective. The SDI managed to achieve a central role in the reorganization of the domestic elites, through the alignment of the traditional elites linked to the military-industrial complex and finances around Reagan's *militarist keynesianism* and the *neoliberalism* which characterized the edification of the post-Cold War world. Finally, the logic of the political economy of war, which plays a central role in the functioning of United States capitalism, proved, again, to be efficient in the United States regent elites perspective.

KEY-WORDS: Ronald Reagan; Elites; Political Economy; Star Wars.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

ABM- Anti-Ballistic Missile

ACA- Arms Control Association

AGNU- Assembleia Geral das Naoes Unidas

AIEA: Agencia Internacional de Energia Atmica

ASAT- Anti-Satelite Weapon

BLS- Bureau of Labor Statistics

CEO- Chief Executive Officer

CIA- Central Intelligence Agency

CSNU- Conselho de Segurança das Naoes Unidas

DEW- Directed Energy Weapons

DJIA- Dow Jones Industrial Avarage

EPI- Economia Política Internacional

FED- Federal Reserve

FMI- Fundo Monetário Internacional

GPALS- Global Protection Against Limited Strikes

ICBM- Intercontinental Ballistic Missiles

IST- Innovative Science and Technology Office

KEW- Kinetic Energy Weapons

MAD- Mutual Assured Destruction

MAS- Mutual Assured Survival

NASA- National Aeronautics and Space Administration

NFIB- National Federation of Independent Business

NSC- National Security Council

NSDD- National Security Decision Directive

NSSD- National Security Study Directive

PAC- Political Action Committee

PIB- Produto Interno Bruto

SALT- Strategic Arms Limitation Agreement and Protocol

SAM- Surface to Air Missile

SDI – Strategic Defense Initiative

SDIO- Strategic Defense Initiative Organization

SLBM- Submarine Launched Ballistic Missiles

SLCM- Sea Launched Cruise Missiles

SIG's- Senior Interagency Group's

SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute

THS- Theory of Hegemonic Stability

TIAR- Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

OI- Organização Internacional

OPEP- Organização dos Países Produtores de Petróleo

ONU- Organização das Nações Unidas

OTAN- Organização do Tratado do Atlântico Norte

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Expansão dos gastos militares nos Estados Unidos em \$ Correntes (1949-1968).....	51
Gráfico 2- Crescimento do PIB dos Estados Unidos durante a era Reagan (1981-1989).....	103
Gráfico 3- Taxa de desemprego e de inflação (% de variação anual).....	104
Gráfico 4- Gastos Governamentais em \$bilhões e Dívida Pública Federal como % do PIB.....	107
Gráfico 5- Balança de Pagamentos dos Estados Unidos (1980-1990) em \$bilhões.....	108
Gráfico 6- Índice DXY (Câmbio Nominal do dólar com índice das principais moedas).....	109
Gráfico 7- Salário Mínimo em \$/por hora de trabalho e Lucros Corporativos em \$bilhões.....	110
Gráfico 8- Mercado dos Estados Unidos: Índice Dow Jones (DJIA) e Índice de Otimismo Corporativo (NFIB), período (1975-1990).....	112
Gráfico 9- Porcentagem da Renda Nacional em posse do 1% mais rico da população (1970- 1988).....	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Inovações na Tecnologia Intercambiável.....	35
Tabela 2- Produção Militar dos Estados Unidos vs. URSS (1968-1983).....	92
Tabela 3- Alíquotas de imposto de renda para chefes de família.....	107
Tabela 4-: Transferência de recursos sob o conservadorismo.....	115
Tabela 5- Os Maiores Contratantes do SDI nos Anos Fiscais (AF) 1983-1986 em \$milhões.....	120
Tabela 6- Recursos destinados ao SDI por categoria (1985-1988) em \$milhões.....	124

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Estrutura Básica da Economia de Guerra.....	53
Figura 1- Formulação e implementação da política de defesa nos anos de Reagan (estrutura de comando hierárquico).....	77
Figura 3- As fases da trajetória do ICBM.....	134
Figura 4- O sistema defensivo em múltiplas camadas.....	135

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: As Guerras pela Independência (1776-1783).....	25
Mapa 2: Disputas Territoriais (Início do Século XIX).....	26
Mapa 3: Principais Guerras Contra os Índios.....	28
Mapa 4: Expansão territorial norte-americana (1803-1917).....	29

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1- UMA BREVE HISTÓRIA DA ECONOMIA POLÍTICA DA GUERRA NOS ESTADOS UNIDOS	19
Da Independência à Guerra Civil	21
A Guerra Conhece a Indústria	33
Consolidação do Império.....	45
CAPÍTULO 2- A GÊNESE DA GUERRA NAS ESTRELAS.....	58
A Crise dos Anos 1970.....	59
A Ascensão de Ronald Reagan.....	68
A Guerra nas Estrelas	88
CAPÍTULO 3- ELITES DO PODER.....	101
Conflito Interno e Transferência de Recursos	103
As Elites Econômicas e a Definição da Agenda do SDI.....	118
Desdobramentos Estratégicos e a 2ª Guerra Fria.....	134
À GUIA DA CONCLUSÃO.....	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa a compreender e analisar criticamente as diretrizes centrais da atuação das elites econômicas e política nos governos de Ronald Reagan e a relação entre esses grupos de interesse na definição da agenda de segurança e na elaboração da estratégia de inserção internacional dos Estados Unidos nesse período. O modo como um país projeta o seu poder envolve uma complexa dinâmica entre a alocação de forças domésticas e internacionais de fatores econômico, político, militar e ideológicos. Destaca-se que, para não incorrer em um exercício excessivamente genérico, delimita-se a temática em questão, demasiadamente complexa e multifatorial, no plano “Strategic Defense Initiative”, elaborado pelo governo Reagan em 1983. Propõe-se, em um primeiro momento, uma espécie de “corte sincrônico” no ano e no projeto mencionado que são, na perspectiva desse trabalho, misteres na estratégia do governo Reagan.

O ano de 1983 foi chave na implementação da estratégia de inserção internacional de Ronald Reagan. Além do “Strategic Defense Initiative” (SDI), pode-se citar a ocupação de Granada pelos *marines* estadunidenses no dia 25 de Outubro, a manutenção de um contingente líder de uma força multinacional no Líbano e a resposta dos Estados Unidos à derrubada do avião civil sul-coreano por jatos interceptores soviéticos.

O SDI foi anunciado pelo presidente Reagan no dia 23 de março de 1983, em discurso televisionado. No dia seguinte, o senador Ted Kennedy, do Partido Democrata, criticou o programa acusando Reagan de estar perdido em “esquemas inconsequentes de guerra nas estrelas”. A partir de então, o programa ficou conhecido como “Star Wars” pela mídia e pelos críticos. Apesar das fortes críticas que ridicularizaram o programa, afirmando que tal proposta era impossível tecnologicamente e demasiado cara, o Congresso acabou aprovando o programa e, já no ano de 1984, as pesquisas científicas e os contratos com as empresas do setor de defesa começaram a ser postas em prática. O Congresso aprovou, a partir daí, não sem conflito, grandes quantidades de recursos para o SDI nos anos fiscais de 1985 em diante. Por que a House of Representatives, de maioria democrata, radicalmente crítica de Reagan e de seus gastos militares, aprovou o SDI? Por que tal programa, tão contraditório com a política de cortes de gastos de

Reagan foi levado adiante? Há diversas variáveis que devem ser levadas em consideração para responder adequadamente a essas questões tais como: o papel da opinião pública; os *lobbies* do complexo-militar-industrial; o Pentágono; e, logicamente, o papel de Reagan e de seu *staff*. Este trabalho tratará como variáveis centrais a atuação da elite estatal e sua relação com as elites econômicas do período, delimitado temporalmente de 1981 a 1988 com enfoque maior em 1983, ano do SDI.

A disputa entre a correlação de forças que deram gênese ao SDI cumpriu importante papel na definição da agenda de inserção internacional dos Estados Unidos sob o comando de Ronald Reagan. Tal agenda situou-se nas relações entre as grandes potências, países que são atores chave do sistema internacional. Os Estados Unidos e sua inserção internacional, sob o comando de Ronald Reagan são, por sua vez, elemento fundamental do período. O presente estudo visa a examinar de forma crítica as diretrizes centrais na estratégia de inserção internacional de Ronald Reagan que, por sua vez, foram decisivas na edificação do mundo pós-guerra fria.

As décadas de 1970 e 1980 foram cruciais na configuração do mundo contemporâneo, já não mais inteiramente representativo da ordem que emergiu do pós-2ª Guerra Mundial. Conjunturas de turbulência sistêmica, em alguma medida, foram decisivas para a edificação do sistema internacional, no pós-Guerra Fria. A ascensão dos fenômenos conhecidos como *neoliberalismo* e *financeirização* confluíram com uma expansão exponencial dos gastos militares estadunidenses nos governos de Ronald Reagan e problemas internos na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), elementos centrais na gênese do sistema internacional que emergiu no começo da década de 1990. Nesse período, discutia-se a queda dos Estados Unidos como potência hegemônica mundial devido a questões estruturais e a ascensão da Alemanha e do Japão como potências econômicas concorrentes. Tal cenário não se confirmou. Pelo contrário, os Estados Unidos emergiram como potência praticamente incontestada na década de 1990. Buscar-se-á compreender, portanto, o papel que o SDI teve para tal desfecho histórico.

A problemática pela qual se guiará esse estudo pode ser colocada sob a seguinte questão: qual foi o papel do Strategic Defense Initiative (SDI) na estratégia de inserção internacional do governo de Ronald Reagan e no realinhamento das elites econômicas e política dos Estados Unidos? A hipótese de pesquisa adotada pelo presente trabalho é a

de que o SDI representou não só uma resposta frente à suposta perda de competitividade dos Estados Unidos diante da URSS, mas também -e, talvez, principalmente- foi central para o projeto político-econômico sob o comando de Reagan uma vez que possibilitou o alinhamento das elites econômicas com a governamental em torno do projeto conservador. Em outros termos, a estratégia de inserção internacional dos Estados Unidos sob o comando de Ronald Reagan caracterizou-se por um realinhamento das forças internas e internacionais em *resposta* a um “inimigo interno” identificado na “crise econômica” e um “inimigo externo”, a saber, a “perda” de competitividade militar dos Estados Unidos frente à União Soviética. Com isso, a resposta ao cenário de crise possibilitou aos Estados Unidos uma estratégia ostensiva e expansiva, de enquadramento econômico, político, militar e ideológico de seus aliados e adversários. O SDI foi central nessa estratégia já que possibilitou uma transferência dos gastos públicos para o setor de defesa- contemplando interesses das elites políticas e econômicas- ao mesmo tempo em que pressionou a URSS, agravando ainda mais a situação frágil do regime socialista na década de 1980.

Dessa forma, o objetivo geral da presente pesquisa é compreender e analisar criticamente o papel do SDI na estratégia de inserção internacional dos Estados Unidos sob o comando de Ronald Reagan e identificar as principais características na relação entre a elite estatal e as elites econômicas na definição da agenda de inserção internacional, especificamente de defesa. Derivam-se do objetivo geral os seguintes objetivos específicos: 1) Descrever e analisar a ascensão da elite estatal sob o comando de Ronald Reagan e mapear os principais grupos de interesse econômicos que deram gênese à tomada de decisão no advento do SDI; 2) Problematizar o papel do conflito no plano doméstico estadunidense na definição da agenda de segurança internacional do governo de Ronald Reagan; 3) Identificar as principais características, de maneira sucinta, do projeto político-ideológico, militar e econômico-financeiro das elites regentes nos Estados Unidos no período de 1981 a 1989; 4) Mapear alguns conceitos-chave referentes à temática em questão, no possível entrecruzamento das áreas acadêmicas de História, Economia Política Internacional (EPI) e Segurança Internacional, tais como: dissuasão; elite; e contenção.

Para melhor atingir os objetivos supracitados optou-se por uma metodologia que combina a análise documental e a revisão bibliográfica de maneira simultânea. Nesse sentido, serão privilegiadas fontes primárias, principalmente no que se refere ao objeto

central do estudo, o SDI, como discursos presidenciais e documentos governamentais. A coleta de dados econômicos também será utilizada. A pesquisa será feita de modo que se comece pela análise empírica do objeto, evitando-se, assim, abordar o objeto com perspectivas analítico-teóricas predeterminadas. A ordem de apresentação não é, pois, necessariamente representativa da ordem da pesquisa. Entende-se aqui, que os estudos empíricos evidenciam a necessidade de se trabalhar os fenômenos internacionais, como o SDI, de maneira a não negligenciar a relação recíproca entre os fenômenos militar, econômico e políticos. Um programa como o SDI destaca tais fatores tanto no plano doméstico quanto no internacional mostrando a relevância da presente pesquisa. Além disso, o SDI está no centro de uma conjuntura de transformação do sistema mundial, conforme já foi anteriormente mencionado. Os Estados Unidos continuam sendo um ator relevantíssimo para os estudos da Economia Política Internacional. Atualmente, possuem muitas características que remetem a projetos como o SDI e a governos como os de Ronald Reagan, o estudo das dimensões política e econômica desse país, é, portanto, imprescindível para uma melhor compreensão do mundo. O estudo do SDI justifica-se ainda, pelo fato de haver poucos estudos na academia brasileira sobre o tema, que não está somente inserido nos campos da geopolítica ou da segurança aeroespacial, mas também é relevantíssimo para compreender mecanismos de incentivo a pesquisa e desenvolvimento, crescimento econômico e inovação tecnológica.

Diante do exposto, ressalta-se que o presente trabalho estrutura-se do seguinte modo: 1) O primeiro capítulo será dedicado ao estudo das condições antecedentes ao objeto central. Buscar-se-á compreender como os Estados Unidos se inseriram no cenário internacional na época de sua independência, tendo como principal ângulo de análise as guerras na Europa e as alianças travadas em torno da independência estadunidense. Nesse sentido, analisar-se-á a expansão territorial estadunidense e a percepção patente das elites do papel fundamental que a guerra e a centralização do poder militar exerciam para o êxito de seus objetivos e de sua própria sobrevivência. Problematizar-se-á, por exemplo, o papel exercido pelas guerras contra os índios e o México. A Guerra da Secessão será analisada levando-se em conta os saltos tecnológicos e a consolidação do modelo de desenvolvimento e guerra defendido pelas elites nortista. Posteriormente, investigar-se-á o papel da indústria de armamentos no desenvolvimento econômico e tecnológico dos Estados Unidos no século XIX e no início do século XX. Desse modo, buscar-se-á compreender de maneira mais assertiva

as capacidades materiais do país quando, no advento da I e II Guerras Mundiais, consolidou-se a liderança norte-americana no sistema internacional. Finalmente, o primeiro capítulo investiga, ainda, a consolidação da hegemonia estadunidense nas décadas pós-Segunda Guerra para melhor compreender o amplo aparato institucional, econômico e político que as elites estadunidenses contavam para delinear suas estratégias; 2) Com o segundo capítulo do presente estudo objetivar-se-á a compreensão da ascensão das elites lideradas por Ronald Reagan. Par tal, analisar-se-á a crise da década de 1970, período no qual a liderança dos Estados Unidos era questionada no âmbito econômico, político e militar. A ascensão de Ronald Reagan esteve intimamente ligada à crítica de tal conjuntura, por isso sua investigação torna-se patente. Dessa forma, buscar-se-á compreender a composição dos principais quadros que compunham o governo Ronald Reagan e o discurso que sustentava seu projeto de governo. Buscar-se-á, ainda, analisar como se deram os primeiros anos do governo Reagan e como se delineararam suas principais estratégias no plano econômico e militar. Destacar-se-á a importância do ano de 1983 para a compreensão da estratégia estadunidense no período, ano em que a situação de crise econômica é revertida e os principais projetos do governo são postos em prática, dentre eles, o SDI. Finalmente, analisar-se-á a gênese da guerra das estrelas, através da averiguação da concepção e materialização do projeto. Ver-se-á como a equipe de Reagan justificou a necessidade do SDI e como o implementou institucionalmente; 3) Um último capítulo é dedicado para a compreensão do SDI na conjuntura da década de 1980 levando-se em consideração, principalmente, a atuação das elites governamental, militar e econômica do período. Dessa forma, investigar-se-á a conjuntura macroeconômica em que o projeto foi implementado e como o aumento dos gastos militares foi contraditório com o corte de gastos sociais, averiguando-se tal transferência de recursos. Analisar-se-á, ainda, como os *lobbies*, universidades, *think tanks*, opinião pública, empresas e o Congresso Nacional se relacionaram com o programa. Dessa forma, questionar-se-á quais foram as elites que sustentaram o SDI. Por fim, ver-se-á como se deu o desenvolvimento do SDI no plano tecnológico e nas décadas que sucederam o lançamento do programa, problematizando-se também a resposta dos principais atores do sistema internacional ao SDI.

CAPÍTULO 1- UMA BREVE HISTÓRIA DA ECONOMIA POLÍTICA DA GUERRA NOS ESTADOS UNIDOS

A economia de guerra proporciona abrigos confortáveis para dezenas de milhares de burocratas com e sem uniforme militar que vão para o escritório todo dia construir armas nucleares ou planejar uma guerra nuclear; milhões de trabalhadores cujo emprego depende do sistema de terrorismo nuclear; cientistas e engenheiros contratados para buscar aquela “inovação tecnológica” final que pode oferecer segurança total; fornecedores que não querem abrir mão de lucros fáceis; intelectuais guerreiros que vendem ameaças e bendizem guerras.

Richard Barnett (1981, p. 97)

Os fenômenos históricos não podem ser bem compreendidos se ignorados os processos temporais que levaram ao acontecimento dos mesmos. Mesmo em casos com importância intrínseca, o rastreamento das condições antecedentes é fundamental para compreender as variáveis que o compõem, identificando também, a origem de tais elementos constitutivos. Além da compreensão das origens históricas do objeto que se pretende investigar, há a possibilidade de realizar uma análise comparativa do caso com outros semelhantes, com o intuito de averiguar quais elementos são exclusivamente pertencentes ao objeto de estudo e quais aqueles que seguem um determinado padrão histórico (EVERA, 2002, p. 77-80). Reconstruir-se-á, neste capítulo, as condições antecedentes do Strategic Defense Initiative (SDI) e da atuação das elites que o sustentaram.

Para alcançar tal objetivo, estudar-se-á o que significa um programa como o SDI na economia política da guerra, destacando ao longo da reconstrução histórico-social proposta, programas semelhantes ao mesmo. Dessa forma, levantar-se-á uma conjectura, em que, propor-se-á que a intervenção estatal através do investimento em pesquisa e desenvolvimento no setor armamentista foi, durante a história dos Estados

Unidos, primordial para o desenvolvimento capitalista e inovação tecnológica no país. Há, por consequência, um alto grau de estabilidade nas elites orgânicas ligadas ao complexo militar-industrial. Cabe ressaltar, no entanto, que esse capítulo é de caráter mais ensaístico e exploratório que os dois que o sucedem. Por se tratar de um período histórico muito longo, esse modesto estudo vai optar pela utilização de fontes secundárias, já que o objetivo deste capítulo é propor uma conjectura mais geral sobre programas como o SDI.

Cabe, nesse momento, realizar uma ressalva de natureza teórica. O presente trabalho privilegiará o conceito de *elite* ao analisar a política exterior e doméstica dos Estados Unidos. Dessa forma, convém apresentá-lo antes de prosseguir na análise do plano doméstico estadunidense. Tal perspectiva é preferível a utilização de conceitos como “burguesia”, pois evita o reducionismo ao aspecto econômico. Além disso, o conceito de elite possui a vantagem de evitar a concepção de um país como um ente unitário e indivisível, com vontade própria. O conceito de elite, aqui utilizado, foi desenvolvido por Charles Wright Mills da seguinte forma:

A elite que ocupa os postos de comando pode ser considerada como constituída de possuidores de poder, da riqueza e da celebridade (...) a ideia de elite como composta de homens e mulheres com um caráter moral mais apurado é uma ideologia de elite em sua condição de camada dominante privilegiada, e isso é válido tanto quando a ideologia é feita pela própria elite ou quando outros falam por ela (MILLS, 1981, p. 13-14)¹.

Tendo definido o conceito de elite, cabe, neste momento, mencionar uma dificuldade levantada por Joseph Schumpeter. Ele afirma que muitas vezes não se pode identificar o interesse *concreto* por de trás das ações do corpo político, seja do Estado democrático ou da Aristocracia. Para o autor:

A fábrica de interesses sociais é tecida de modo tão complexamente interconectada que, dificilmente, há de haver uma ação do Estado que não reflita o interesse de alguém. Não há como reduzir tal ação a um grupo específico sem cair em afirmações absurdas (SHUMPETER, 1966, p. 4-5).

Argumenta-se, no entanto, que a proposta do estudo das elites responde satisfatoriamente ao problema levantado na contribuição de Schumpeter já que, como

¹ As traduções na presente dissertação são próprias.

afirma Mills, “a base do poderio nacional está hoje nos domínios econômico, político e militar” (MILLS, 2000, p. 4). Dessa forma, é possível rastrear de maneira razoável os interesses que movem as elites nas ações concretas das principais empresas e dos Estados, por exemplo.

Pretende-se, com a proposta supracitada, empreender um estudo histórico de maneira a não descartar as interações entre o doméstico e o internacional, assim como dos atores com a estrutura. Para tornar os elementos da realidade inteligíveis não se deve ignorar a constituição mútua entre os fenômenos situados em uma temporalidade mais longa com aqueles eventos pertencentes ao tempo curto. Pelo fato do objeto em análise estar situado em um período de transformação sistêmica, para melhor cumprir o objetivo desse trabalho, torna-se, portanto, necessária a análise dos seus antecedentes históricos, dos detalhes do objeto em si, bem como de suas consequências que, por sua vez, também estão situadas em processos históricos mais amplos.

No intuito de seguir adequadamente a proposta metodológica do presente trabalho, antes de discorrer sobre o objeto central desse estudo – o Strategic Defense Initiative (SDI) e os projetos de expansão militar na perspectiva da estratégia das elites dos Estados Unidos – propõe-se situar historicamente tal objeto para melhor compreender a gênese da guerra nas estrelas. Para tanto, retomar-se-á, neste primeiro capítulo, de maneira sucinta, a história dos Estados Unidos priorizando-se a economia política da guerra ao longo dos séculos XIX e XX. Buscar-se-á questionar quem financiou programas como o SDI e por que os financiou. Para tal, no primeiro tópico, trabalhar-se-á a independência dos Estados Unidos frente à forte pressão geopolítica mundial e à expansão territorial do país. No segundo tópico apresentar-se-á a consolidação dos Estados Unidos como potência, a começar pela importantíssima Guerra Civil e a expansão do capitalismo norte-americano. A partir da intervenção nas Guerras Mundiais os Estados Unidos se torna uma superpotência. O século XX é um século americano e é a ele que se dedicará o último tópico.

Da Independência à Guerra Civil

1.1.1- Geopolítica europeia e a independência norte-americana

Antes de adentrar na história estadunidense e na dinâmica militar e industrial que evoluiu junto com o capitalismo norte-americano, julga-se necessário apontar alguns processos históricos, em sua maioria político-militares, que foram cruciais no desenho do tabuleiro geopolítico global no momento da independência estadunidense e que ajudam a elucidar, em alguma medida, o motivo pelo qual os Estados Unidos nasceram com mais “margem de manobra” no cenário internacional do que outras ex-colônias. Além disso, por estar invariavelmente circunscrito ao jogo das potências europeias, a nação recém-independente optou por militarizar-se.

Os séculos XVI e XVII significaram na história da Europa uma mudança significativa do centro gravitacional, tanto político quanto econômico do Mar Mediterrâneo para a região do norte da Europa. A derrota dos Habsburgos na Guerra dos Trinta Anos (1648) deslocaria o eixo dinâmico do palco das guerras para a França, Inglaterra e a Holanda. É especificamente dentro da dinâmica política europeia que se deve compreender o nascimento dos Estados Unidos e, mais especificamente, dentro do jogo de disputa pela Hegemonia europeia travada pela Inglaterra e a França durante todo século XVIII. Neste tópico, mostrar-se-á que o nascimento dos Estados Unidos é inseparável da competição e das guerras entre as grandes potências europeias. Neste sentido, a potência americana não constituiu um “novo modelo” em relação à Europa, mas assumiu todas as facetas econômicas e políticas dos Estados europeus, adentrando na disputa política do “velho mundo”.

A longuíssima disputa pelo poder na transição entre o mundo medieval e o mundo moderno consolidou por toda a Europa modelos de Estado centralizados, com possibilidade de tributação e endividamento e a formação de exércitos permanentes. Na Inglaterra, a Guerra dos Cem anos (1337-1453)² fortaleceu a identidade inglesa frente ao inimigo comum, a França. Logo em seguida a ilha é envolvida em uma violenta guerra civil: a Guerra das duas Rosas (1455-1458) entre a família Lancaster e a família York. O enfraquecimento da nobreza significou o desejo de um poder centralizado e pacificador. A dinastia Tudor (1485-1603) torna-se assim esse poder dinástico na Inglaterra. Agora frente a outro inimigo, a Espanha, a Inglaterra fora obrigada a fortalecer-se até a derrota da Invencível Armada da Espanha, em 1588. Segue-se à dinastia Tudor, a dinastia Stuart, que seria marcada por inúmeras guerras civis e

² A contextualização da história inglesa foi feita com base em: KARNAL, 2007.

religiosas, além de uma ascensão burguesa que culminaria na revolução gloriosa de 1688. Em pleno processo de “modernização”, a Inglaterra não elaborou um processo de colonização sistemática na América do Norte, como a Espanha e Portugal o fizeram na América Latina, fato que possibilitou aos colonos maior autonomia frente à metrópole e o desenvolvimento de um mercado interno de característica manufatureira e voltado para a subsistência, ao menos nas colônias do norte.

No fim do século XVII e durante todo o século XVIII, a América do Norte tornou-se palco das disputas³ entre a França e a Inglaterra pela supremacia mundial. Em resposta a política expansionista do rei Luís XIV da França, o rei Guilherme da Inglaterra declarou guerra à França. Essa guerra, a Guerra da Liga de Augsburgo (1688-1697), colocou os colonos americanos ao lado dos ingleses contra os franceses aliados com os índios em disputa direta por territórios da América do Norte. A guerra seguinte, Guerra da Sucessão Espanhola (1703-1713) colocou novamente os colonos em guerra contra a França e os índios ao norte e contra os espanhóis na Flórida. Ao fim do conflito, o Tratado de Utrecht conferiu aos colonos o controle da baía de Hudson e o domínio sobre o comércio de peles na região. A guerra da “Orelha de Jenkins” (1739-1742) colocou novamente os colonos contra os espanhóis sob o comando de oficiais ingleses. Logo em seguida, a Guerra da Sucessão Austríaca (1740-1768) possibilitou aos colonos ocuparem o forte francês de Louisbourg. No entanto, a Inglaterra comprometeu-se em devolver o forte para a França através do Tratado de Aix-La-Chapelle. Nos anos seguintes, a guerra Franco-Índia colocava em choque os interesses dos colonos e dos franceses, ambos interessados nas áreas indígenas do Ohio. Tal fato conferiu certa unidade aos colonos, que se refletiu nos anos seguintes na busca pela verdadeira autonomia. A guerra dos Sete Anos (1756-1763), talvez uma das mais importantes guerras do século XVIII, onde os interesses dos colonos eram complementares aos dos ingleses, significou a derrota do inimigo francês e eliminou o Império Francês da América do Norte. Os séculos XVII e XVIII significaram na Inglaterra tempos de disputa interna e externa, possibilitando que os colonos ganhassem autonomia e fossem vistos como aliados ingleses. Tal conjuntura tornou possível que eles respondessem a tentativa de colonização sistemática entre o fim da Guerra dos Sete Anos (1763) e a Independência Americana (1783) como unidade política e militar

³ Ver: KARNAL, 2007; FIORI, 2004.

autônoma, já em tempo da França rearmar-se e se juntar aos colonos na guerra contra a Inglaterra.

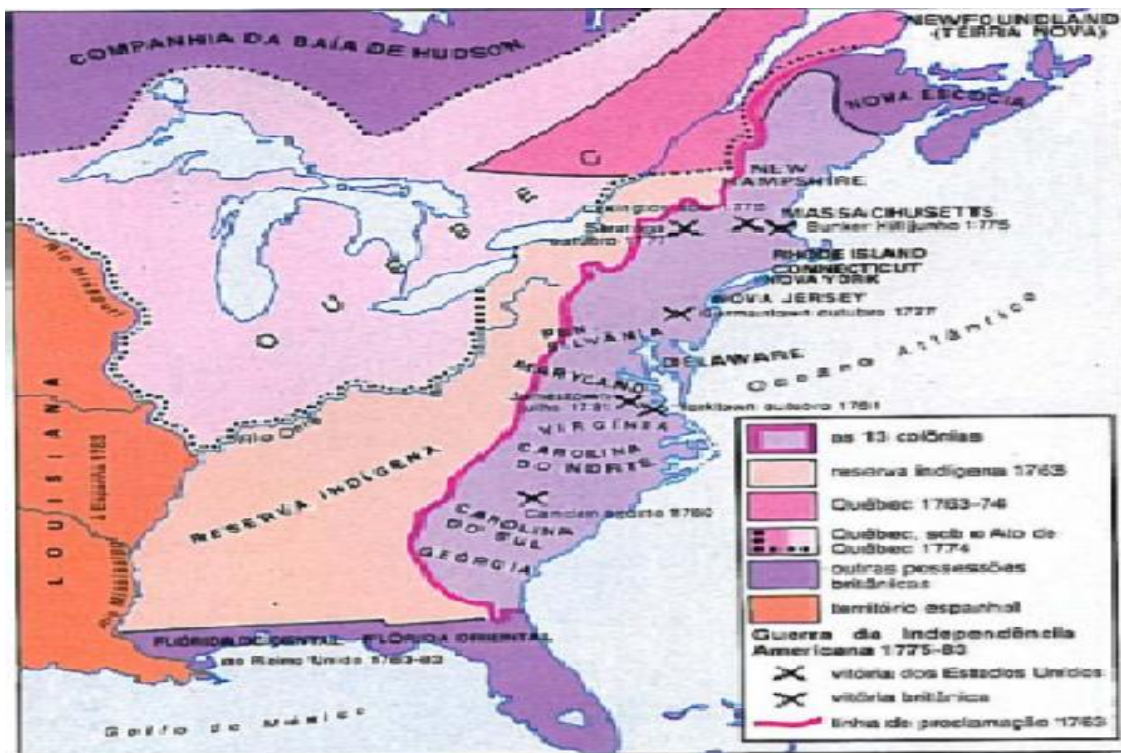
Derrotado o inimigo francês, as treze colônias buscaram realizar seus interesses expansivos e engajaram-se em guerras contra os índios. A coroa inglesa, em pleno processo de expansão industrial via nas colônias importante fonte de matérias primas e recursos. Seguiu-se um período de atrito entre os colonos e a Inglaterra, por conta da última impor tributos crescentes sobre os primeiros, além de manter um exército regular para policiá-los. A Inglaterra feriu, ainda, as pretensões expansionistas dos colonos, regularmente impondo limites em suas ofensivas contra os índios. Essas tensões iriam culminar na Declaração da Independência, por parte das colônias, no dia 4 de julho de 1776. Frente a tal fato, as décadas posteriores seriam décadas de guerras entre a antiga metrópole e os colonos rebeldes.

A luta em si já havia começado em abril de 1775, e em junho daquele ano, as colônias formaram um exército regular sob o comando de George Washington. Apesar de diversas derrotas, incluindo a perda de Nova York em setembro de 1776, as colônias mantiveram-se firmes conquistando vitórias em 1777. No entanto, o triunfo final só foi possibilitado com a aliança franco-americana de 1778, na qual a Espanha aderiria em 1779. O embaixador das colônias, Benjamim Franklin, conquistou em definitivo o apoio espanhol e francês. A França enviou exército e marinha, sob o comando do general Rochambeau. A Holanda também aproveitou a situação para atacar possessões inglesas, ainda que não declarasse apoio formal à independência das colônias. O jogo pelo poder na Europa, nesse momento, favoreceu o nascimento dos Estados Unidos. A vitória decisiva, só possível com a entrada da Espanha e da França na guerra, foi conquistada em 19 de outubro de 1781, quando as tropas de colonos e aliados rendem as tropas inglesas na batalha de Yorktown na Virgínia. O Tratado de Paris, em 1783, pôs fim às disputas, consagrando à França o Senegal e algumas ilhas das Antilhas, enquanto a Espanha recebeu a ilha de Minorca no Mediterrâneo e territórios da Flórida. Tal fato significou um momento inédito na história, o reconhecimento da independência de uma colônia por países europeus.

O modelo de Estado adotado nos Estados Unidos foi baseado nas ideias de Montesquieu sobre a divisão dos poderes e nas de John Locke sobre as liberdades individuais incondicionais. Nos anos posteriores à independência, os Estados Unidos

adotaram uma posição de relativa neutralidade frente aos conflitos europeus. Os Estados Unidos conseguiram impor, aos ingleses, diversas de suas condições no Tratado de Fort Greenville, em 1795. Em 1812, depois de sua última guerra com a Inglaterra, os Estados Unidos já estavam postos sobre seus próprios pés, do ponto de vista de seu território e do seu Estado (FIORI, 2004, p. 69). Os Estados Unidos são o único Estado nacional que conquistou sua independência dentro de um império em expansão, durante as guerras que iriam definir a hegemonia incontestada da Inglaterra na Europa e em seu mundo colonial no século XIX. Do ponto de vista de sua economia interna, os Estados Unidos adentram o século XIX já no caminho apontado por Fernand Braudel de “um espaço econômico, coerente, unificado, cujas atividades passaram a se desenvolver em conjunto em numa mesma direção” (BRAUDEL, 1987, p. 85). O jogo geopolítico europeu favoreceu os Estados Unidos fortalecendo e armando as colônias nas guerras contra a França (século XVIII) e possibilitando apoio da Espanha e da França contra a Inglaterra. Posteriormente, a formação de uma complementaridade entre a economia americana e a inglesa, em uma relação funcional e privilegiada, permitiu aos Estados Unidos usufruir dos benefícios do século de hegemonia inglesa (XIX) mesmo havendo lutado contra a Inglaterra anteriormente.

Mapa 1: As Guerras pela Independência (1776-1783)



Fonte: THE TIMES. *Atlas da História do Mundo*. Empresa Folha da Manhã S.A., São Paulo, 1995, p. 216.

Do ponto de vista de acumulação de poder militar e de fonte de financiamento do mesmo a Constituição de 1789 foi fundamental. Havia um crescente temor entre as elites estadunidenses acerca de sublevações populares no período. Os colonos, que haviam se revoltado contra a Inglaterra principalmente devido a pesada carga tributária que a coroa impunha, estavam agora, ironicamente, tendo que pagar ainda mais impostos ao novo governo. Diversos representantes dessa elite propuseram, no Congresso da Filadélfia em 1787, a substituição dos Artigos da Independência pela Constituição, que, entre diversas mudanças, mudou a organização do sistema militar nacional. A partir da ratificação da Constituição pelos estados federados ficava autorizado segundo o Artigo 1, Seção 8, do documento, a criação e o financiamento de Exército e Marinha permanentes pelo Congresso Nacional a serem comandadas pelo Executivo e armar e treinar milícias estaduais:

The Congress shall have Power: To declare War...To raise and support Armies...To provide and maintain a Navy; To make Rules for the Government and Regulation of the land and naval Forces; To provide for calling forth the Militia to execute the Laws of the Union, suppress Insurrections and repel Invasions... To provide for organizing, arming, and disciplining, the Militia, and for governing such Part of them as may be employed in the Service of the United States (APUD: TREBAT, 2010, p. 45).

A solidariedade entre os diferentes setores da elite dos Estados Unidos nesse momento explica-se, em grande medida, pela percepção de inimigos comuns, tanto interna como externamente. O governo federal passou a utilizar dos novos poderes para reprimir revoltas no plano interno logo em seguida a ratificação da Constituição. Em 1794, o presidente e general do Exército Nacional George Washington convocou 13 mil milicianos de quatro estados para suprimir a Rebelião Uísque na Pensilvânia, onde fazendeiros protestavam contra a tributação de bebidas destiladas. O presidente John Adams utilizou, cinco anos mais tarde, de milicianos para reprimir uma revolta de fazendeiros contra tributos, também na Pensilvânia, conhecida como Rebelião de Fries. Desse modo, ao analisar a formação do setor militar nos Estados Unidos, Trebat (2010) sugere que “as forças armadas modernas são fruto, em parte, dos conflitos de classe que afetaram a sociedade americana após a Revolução” (TREBAT, 2010, p. 45). Além da problemática doméstica, tornou-se imperativo para as elites dos Estados Unidos

organizarem-se militarmente para lidar com as pressões externas. Ao oeste do Rio Mississippi, havia milhares de tribos indígenas dispostas a defender piamente seus territórios. Do outro lado do Atlântico, por sua vez, as potências europeias continuavam a acumular poder e a expandir suas necessidades materiais e geopolíticas, jogo bem conhecido pelas elites estadunidenses, onde quem não participa, corre o risco de desaparecer.

1.1.2- Expansionismo estadunidense

O recém-independente Estado-nação norte-americano deparar-se-ia com um cenário altamente competitivo no palco geopolítico global no início do século XIX. As guerras napoleônicas iriam reafirmar a Inglaterra como potência hegemônica a partir de 1815 e como primeiro poder realmente global. A França, Prússia, Áustria e a Rússia iriam compor o restante do jogo no palco da política internacional, o chamado concerto europeu, cabendo à Inglaterra o papel de garantidora do equilíbrio de poder na Europa. Para os Estados Unidos, não restava opção senão expandir seu poder, pois, segundo Norbert Elias:

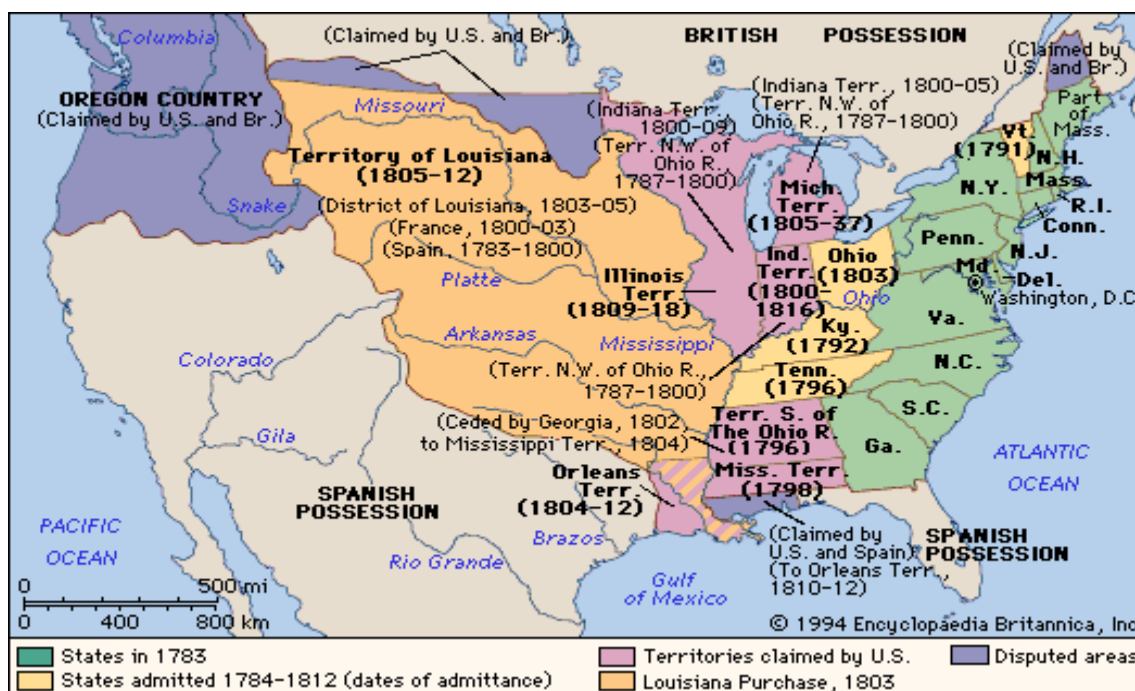
A mera preservação da existência social exige, na livre competição, uma expansão constante. Quem não sobe, cai. A vitória, por conseguinte, significa, em primeiro lugar – seja ou não essa intenção –, domínio sobre os rivais mais próximos e sua redução ao estado de dependência. O ganho de um, neste caso, é necessariamente a perda de outro, que se dê em termos de terra, capacidade militar, dinheiro ou qualquer outra manifestação concreta de poder social. Mas além desse ponto, a vitória significará, cedo ou tarde, o confronto e conflito com um rival de tamanho comparável ao seu, mais uma vez, a situação impele à expansão de um e à absorção, subjugação, humilhação ou destruição do outro (ELIAS, 1993, p. 134).

Os projetos de expansão das elites estadunidenses tiveram duas principais frentes. A primeira foi a expansão para o oeste e o enfrentamento com tribos indígenas e a segunda se deu através do desafio imposto pelas potências europeias à expansão territorial dos Estados Unidos e posteriormente a ameaça a sua hegemonia regional. Durante todo esse processo, que vai da independência ao começo do século XX, importantes traços da economia política da guerra e da indústria armamentista dos Estados Unidos se consolidaram, elementos esses estruturais, de longa duração. É

imprescindível, na reconstrução histórica, questionar certos mitos reiterados pela historiografia tradicional, acerca do processo de expansão dos Estados Unidos.

O que jogou a favor dos Estados Unidos, em um primeiro momento, foi uma Europa voltada para si própria e a possibilidade de expansão territorial em sua própria região. A França, enfraquecida pelas guerras napoleônicas e necessitada de recursos materiais, ofereceu a Louisiana para os norte-americanos por um preço de 15 milhões de dólares. O sentimento nacionalista começou a ganhar nova roupagem, sob a forma de conquistas territoriais. Todavia, a conquista do noroeste e do oeste de maneira mais geral estava condicionada pelo sucesso dos colonos em se assentar e produzir em terras dominadas por povos indígenas.

Mapa 2: Disputas Territoriais (Início do Século XIX)



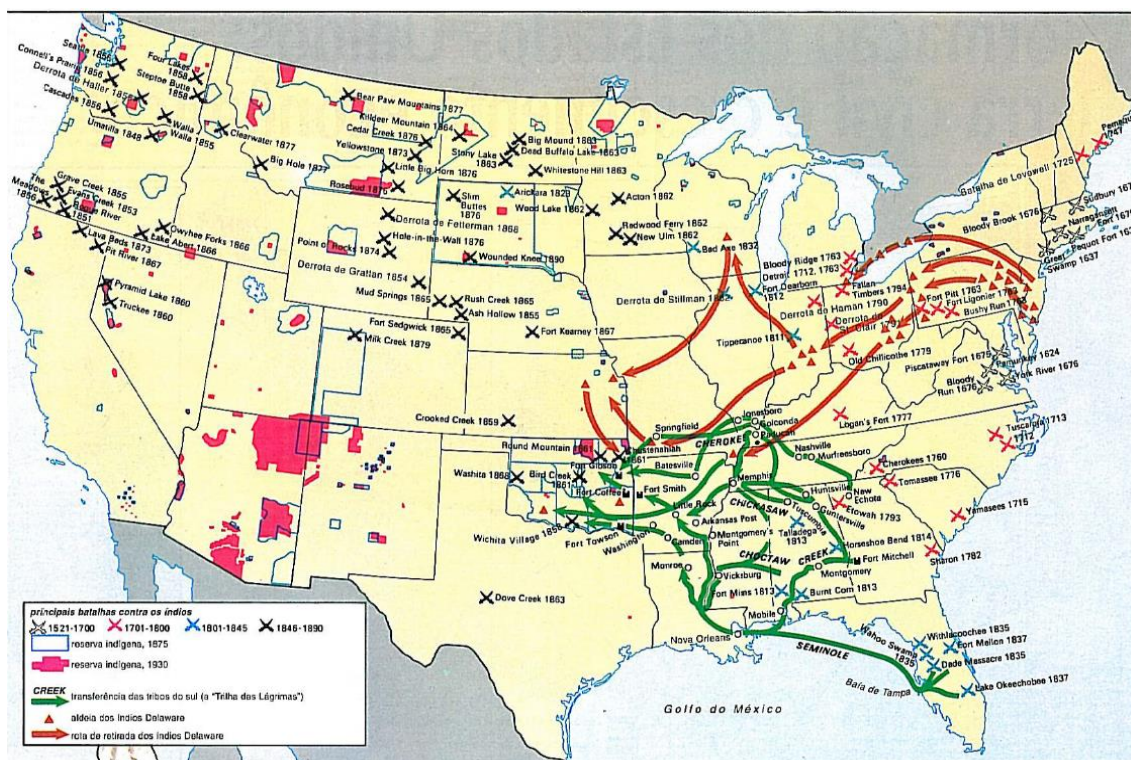
APUD: TREBAT, 2010, p. 85.

Há uma percepção na historiografia tradicional respaldada pelo cinema de que a expansão para o oeste e os confrontos com os povos nativos foram realizados por colonos corajosos que buscavam se assentar. No entanto, na perspectiva do presente trabalho, tal mito é prejudicial para entender a verdadeira dinâmica da expansão territorial estadunidense que contou fortemente com o planejamento e atuação do Estado e das forças armadas nacionais. A ofensiva norte-americana na região dos Grandes Lagos é ilustrativa nesse sentido. Segundo Trebat:

A despeito do avanço dos colonos ao longo do rio Ohio nos 1780, não deve existir ilusões quanto à capacidade dos colonos de enfrentar as tribos do vale do Ohio. Como vimos, existe um mito, adotado por Landes e outros historiadores, de que os colonos eram hábeis no manejo de armas e, portanto, superiores aos índios que dispunham arcos e flechas. O acesso de colonos civis a armas de fogo nesse período, porém, era provavelmente tão limitado quanto ao dos índios, que dependiam de fornecedores europeus na região dos Grandes Lagos. Ademais, há evidência, examinado no estudo de Pitcavage sobre as milícias, de que nem as forças armadas organizadas pelas autoridades estaduais e territoriais, agindo de forma autônoma do governo federal, eram eficazes no combate as tribos do velho Noroeste (TREBAT, 2010, p. 101-102).

Mesmo o governo federal teve grande dificuldade em derrotar os indígenas do vale do Ohio. Após 1776, o governo buscou fonte de financiamento para seu orçamento através da venda de lotes de terra nessa região, majoritariamente compradas por setores da elite e grandes empresas de especulação. No entanto, o real assentamento só foi possível após a expansão dos gastos militares após a Constituição de 1789. Inúmeras foram as derrotas do exército naquela região, até que, em 1796, contando com 4.500 tropas, os Estados Unidos derrotaram a Confederação Indígena e abriram espaço para a conquista de todo o noroeste- “territories claimed by the U.S” (Mapa 2).

Mapa 3: Principais Guerras Contra os Índios



Fonte: THE TIMES. Atlas da História do Mundo. Empresa Folha da Manhã S.A., São Paulo, 1995, p.

217.

Com relação às guerras na Europa, os Estados Unidos formularam uma doutrina de neutralidade, na tentativa de auferir, eventualmente, vantagens com ambos os lados. Os espanhóis cederam à pressão dos Estados Unidos pelo território da Florida, e através do Tratado Adams-Onís, de 1819, a Flórida passou para os Estados Unidos por uma soma de cinco milhões de dólares.

No contexto pós-guerra, potências adeptas ao *ancien régime* como Áustria, Prússia e Rússia estabeleceram a chamada Santa Aliança com o objetivo de impedir quaisquer focos de “manifestações liberais”. Em face de tal ameaça o então presidente James Monroe proferiu seu famoso discurso da “América para os americanos” no congresso dos Estados Unidos no ano de 1823, o que ficaria conhecido como Doutrina Monroe, onde em troca da não intervenção dos europeus na América, o presidente prometia a não interferência dos Estados Unidos nas questões exclusivamente europeias. O discurso foi um recado mais para as potências europeias do que para a América Latina, devido ao fato de que os Estados Unidos não possuíam ainda o poder real para manter tal política. No entanto, contava com o apoio da Inglaterra, já potência

hegemônica na América Latina. De toda forma, tal doutrina aliava-se a um elemento ideológico de “destino manifesto” na qual o povo americano, supostamente superior na escala civilizacional, teria a missão de espalhar sua concepção de sociedade para as regiões vistas como carentes e necessitadas de ajuda. Dentro dessa ideia deu-se a expansão para o oeste e as guerras contra o México. A primeira guerra contra o México foi curta e uma imensa tropa norte-americana derrotou os mexicanos em abril de 1836, ano em que o país teve que aceitar a independência do Texas e ceder aos norte-americanos também outros territórios que se estendiam até o Rio Grande. Resolvida a questão do Texas, o presidente James Polk (1845-1849) declarou nova guerra ao México pela conquista da Califórnia, o que levou os mexicanos, ao fim do conflito (1848) a assinarem o Tratado de Guadalupe-Hidalgo, reconhecendo a fronteira do Rio Grande e cedendo o Novo México e a Califórnia aos Estados Unidos. A República do Texas foi anexada em 1845, o território do Oregon foi negociado em 1846 e, por fim em 1853, os Estados Unidos adquiriram o território do Gadsden.

Em termos territoriais, os Estados Unidos recém-independentes contavam com uma área de dois milhões de km² em 1783, no ano do reconhecimento da independência. Só o território da Louisiana comprado dos franceses dobrou o território para quatro milhões de km² em 1803. As outras conquistas representaram aproximadamente mais quatro milhões de km², fazendo os Estados Unidos dobrarem de tamanho duas vezes no mesmo século. Incontáveis batalhas contra tribos indígenas estiveram no coração dessa expansão, assim como a migração de exploradores, fazendeiros e comerciantes. A expansão imperial assumiu um contexto de disputa pelos novos territórios: iriam esses territórios seguir o modelo agrário-escravista do sul ou o modelo nortista? Esse conflito seria fundamental no desenvolvimento da futura guerra civil (1861-1865).

Ainda em 1867 foi negociada a compra do Alasca com a Rússia. Nesse período, entre as décadas de 1860 e 1880, impulsionados pela corrida pelo ouro, os norte-americanos conquistaram a chamada “última fronteira” através da ocupação demográfica em uma região de pradarias, planícies e montanhas onde exterminaram os nativos, região atualmente composta pelos estados de Nevada, Colorado, Idaho, Montana, Arizona e Dakota do Sul. Por fim, em 1898, os Estados Unidos declararam e venceram a Guerra Hispano-Americana e conquistaram - pelo Tratado de Paris de 1898- Cuba, Guam, Porto Rico e Filipinas.

Mapa 4: Expansão territorial norte-americana (1803-1917)



Fonte: U.S Department of Interior. National Atlas of the United States. Disponível em:

<http://www.nationalatlas.gov/>. Acesso em: Dezembro de 2016.

A guerra contra a Espanha, com apoio da Inglaterra, foi uma manifestação evidente da Doutrina Monroe, e o prelúdio do novo século, onde a América Latina seria zona de domínio norte-americana. Seguiu-se o discurso do Presidente Theodore Roosevelt no congresso onde ele reafirmou a Doutrina Monroe, em 1904, conhecido como “corolário Roosevelt da Doutrina Monroe”. Uma escalada colonial iniciava-se, contando com a intervenção no Haiti em 1902, no Panamá em 1903, na República Dominicana em 1905, em Cuba em 1906 e no Haiti em 1912⁴. As ideias de Roosevelt foram influenciadas pelo pensamento geopolítico do oficial da marinha Alfred Mahan, que defendia o fortalecimento do poder naval, o controle do Mar do Caribe e a construção de um canal transoceânico. Os Estados Unidos apoiaram sublevações no Panamá em 1903, incitando a secessão do Panamá com o território colombiano e em troca a construção do canal se deu sob o controle estadunidense, concluída em 1914.

Até o momento, resumiu-se a expansão territorial dos Estados Unidos de sua independência até o século XX. Tal expansão foi primordial para o país consolidar-se

⁴ Ver: FIORI, 2004.

como potência primeiramente hemisférica e, depois, mundialmente. A dinâmica dessa expansão é imprescindível para compreender a própria lógica da sociedade estadunidense e da economia política da guerra no país. Os Estados Unidos surgiram em meio a pressões externas e revoltas internas e a organização de um Estado forte e centralizado que financiasse e planejasse a expansão e a defesa foi fundamental. Materialmente, isso não teria sido possível sem uma indústria da guerra, que se formou ao longo do século XIX e teve o ápice de seu crescimento na Guerra Civil (1861-1865).

A Guerra Conhece a Indústria

1.2.1- Desenvolvimento industrial

A indústria nos Estados Unidos desenvolveu-se progressivamente durante todo o século XIX. Muito do sucesso industrial norte-americano é atribuído ao caráter empreendedor dos colonizadores que trouxeram técnicas artesanais da Europa e à ocupação fundiária com base na pequena propriedade. Muito embora tais fatores certamente tenham contribuído para o desenvolvimento econômico estadunidense, outros elementos, destacados na sequência, pertencentes ao campo da alta política, tiveram papel fundamental em transformar os Estados Unidos na maior economia do mundo em 1870.

Após a independência, os Estados Unidos usufruíram de um promissor mercado exportador graças a sua avançada indústria naval de ponta e sua posição geográfica, ficando no centro do comércio triangular entre a Europa e o Caribe. No entanto, foi somente com o fim das elevadas rendas externas, quando o presidente Jefferson, em 1808, impôs um embargo total a quaisquer produtos de importação ou exportação dos portos norte-americanos, que a indústria realmente floresceu. A indústria têxtil, por exemplo, se beneficiou em larga escala do embargo. Em questão de apenas um ano após o embargo, surgiram 72 novas fábricas têxteis. A proximidade com o sul produtor de algodão foi também essencial para o desenvolvimento da indústria têxtil. Outras indústrias, como a do chumbo, vidro, ferro e produtos químicos também cresceram durante o embargo. Após a guerra de 1812, a indústria já instalada durante o embargo beneficiou-se de outra fase protecionista. Além do crescimento produtivo, a demanda

doméstica pelos produtos industriais cresceu durante todo o século, devido ao aumento populacional motivado pela expansão da fronteira territorial.

A descoberta de outros produtos primários e agrícolas, além de outras matérias primas a um baixo custo também foi importante para o desenvolvimento industrial estadunidense. Nos anos 1830 descobriu-se o carvão antracite na região da Pensilvânia, facilitando que a indústria se instalasse longe de fontes hídricas. A indústria metal-mecânica, a moagem e a mercearia cresceram a partir das décadas de 1830 e 1840 em regiões do meio-Atlântico como Nova Jersey, Delaware, Maryland, e o norte da Virgínia (TREBAT, 2010, p. 50). A descoberta de minério de ferro na região do Minnessota viria a facilitar alta competitividade estadunidense na produção de ferro e aço. Muito embora a abundância de recursos naturais e de fontes energéticas fossem elementos que aumentassem a produtividade na indústria norte-americana, houve outro elemento que permitiu o salto industrial norte-americano. Houve, desde o início, uma percepção pelas elites dos Estados Unidos que sua independência dependia da guerra e a guerra da capacidade de produzir armas, de maneira autônoma. Nesse sentido, torna-se possível traçar um paralelo entre os projetos armamentistas e as inovações tecnológicas do século XX, como o SDI, com os projetos e rupturas tecnológicas do século XIX. No tocante ao processo manufatureiro anterior a Guerra Civil:

Já era perceptível em 1850 que alguns setores nos EUA, como armas de fogo, relógios e implementos agrícolas, adotavam processos produtivos caracterizados por máquinas precisas e bastante automáticas, o que reduzia a autonomia do trabalhador e as próprias necessidades de mão-de-obra. Em 1854, o parlamento inglês enviou um grupo de observadores aos EUA para investigar formas de aumentar a produção de armas na Inglaterra (...) Dois em particular, Joseph Whitworth, inventor e fabricante de máquinas-ferramentas de Manchester, e John Anderson, técnico do Conselho de Artilharia, ajudaram na formação de um consenso em torno da ideia de que o setor manufatureiro inglês dependia mais de mão-de-obra especializada, e que nos EUA máquinas e instrumentos de medição predominavam em fábricas voltadas à produção de produtos finais padronizados com partes intercambiáveis. Whitworth, e especialmente Anderson, demonstraram admiração por diversos aspectos da produção manufatureira americana, especialmente o uso de ferramentas mecânicas e outras máquinas na fabricação de pregos, alfinetes, relógios, marcenaria, e, sobretudo, armas (TREBAT, 2010, p. 53).

As inovações observadas pelos ingleses foram primeiramente introduzidas na indústria de armamentos. O Estado, e o Departamento de Guerra em particular, foi primordial para esse processo, de tal forma que os inspetores voltaram à Inglaterra com a recomendação de que se fosse construída uma fábrica pública de armamentos. Máquinas como o torno elétrico e a fresa, essenciais para o desenvolvimento industrial dos séculos XIX e XX, foram produto dos esforços do setor manufatureiro de armamentos de padronizar e escalar a produção. O Departamento de Guerra envidou tremendos esforços na tentativa de introduzir a intercambiabilidade:

De forma geral, existem duas razões básicas para a centralidade do Departamento de Guerra na introdução da tecnologia intercambiável. Primeiro, a intercambiabilidade era algo completamente além das capacidades financeiras das firmas privadas antes de 1815, e, para a grande maioria, ainda em 1850, independente da existência ou não de uma relativa escassez de trabalho nos EUA em relação à Inglaterra. Tudo indica que foi a Artilharia que introduziu este conceito em empresas privadas, começando com as fábricas de Whitney e North. Segundo, de 1790 a 1860 o Departamento de Guerra foi de longe a maior fonte de demanda para as fábricas armamentistas, públicas ou privadas, e a única exigindo o uso dos processos produtivos modernos adotados nos arsenais federais (TREBAT, 2010, p. 162).

O governo federal forneceu financiamento subsidiado, informação técnica e materiais aos maiores fornecedores de armamentos (Springfield e a Harper's Ferry) e exigia em troca especificações tecnológicas e metodológicas, demandando a entrega de armas com peças intercambiáveis. Já na década de 1840 houve a primeira produção em larga escala de tais armas. Anteriormente a Guerra de Secessão, o grande agente financiador de armas e a chave do desenvolvimento de máquina-ferramentas (Tabela 5) nos Estados Unidos, era, portanto, o Estado nacional através do alto investimento em pesquisa e desenvolvimento.

Tabela 5- Inovações na Tecnologia Intercambiável

Inovação	Empresa/Inventor	Período	Setor Demandante da Inovação*
Fresa	Simeon North	1816	Armas (Springfield)
Fresa	Rifle Works (John Hall)	1818-1825	Armas (Harper's Ferry/Springfield)
Aparelhos de Medição/Fixação	Rifle Works (John Hall)	1818-1825	Armas (Harper's Ferry/Springfield)
Técnicas de Forjamento	Rifle Works (John Hall)	Anos 1820	Armas (Harper's Ferry/Springfield)
Torno mecânico	Thomas Blanchard	1819-1825	Armas (Springfield)
Torno semi-automático	Stephen Fitch	1845	Armas (Exército)
Fresa Lincoln (Lincoln miller)	Robbins and Lawrence/Thomas Warner/Elisha Root	1847-1855	Armas (Springfield)
Técnicas de Forjamento	Elisha Root	Anos 1860	Armas (Colt)
Fresa universal	Brown and Sharpe	1862	Armas (Exército)
Retificadora universal	Henry Leland/Brown and Sharpe	1872	Máquinas de Costurar
Torno automático	Christopher Spencer	Anos 1870	Armas (Colt, Exército)

Fonte: TREBAT, Nicholas Miller. O Departamento de Guerra e o Desenvolvimento Econômico Americano. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p. 170.

Uma peculiaridade dos gastos do Departamento de Guerra em relação a outros gastos do Estado é sua aceitabilidade entre os mais diversos estratos da elite estadunidense e isso confere enorme vantagem a esse tipo de gasto com relação à possibilidade dele gerar casos de *spin-off* para a economia, já que ele está sempre justificado pela necessidade de segurança nacional. Outros casos de investimentos em pesquisa e desenvolvimento que foram financiados pelo Departamento de Guerra, como o desenvolvimento dos cursos de engenharia e os investimentos na malha ferroviária, também tiveram ampla difusão para o processo produtivo como um todo, mas somente expandiram-se significativamente depois da Guerra de Secessão.

As maiores inovações produtivas do século XIX dos Estados Unidos surgiram na indústria armamentista através de forte investimento, gerenciamento e demanda estatal. A localização geográfica de tais indústrias ajuda a entender a superioridade econômica do norte no limiar da Guerra Civil, já que, das oito maiores empresas de armas em 1840, todas se localizavam na região Nordeste; seis na Nova Inglaterra próximo ao arsenal de Springfield—dois em Massachusetts, três em Connecticut e dois em Vermont. As outras duas estavam na cidade de Albany, em Nova York, e no estado de Nova Jersey.

1.2.2- Guerra Civil e consolidação de poder

Às vésperas da Guerra Civil Americana os Estados Unidos já haviam completado a conquista do seu território continental e haviam se expandido no sentido diplomático e econômico para o tabuleiro asiático. Segundo José Luís Fiori “a Guerra Civil (1861-1865), ao mesmo tempo em que provocou uma enorme destruição física e humana, cumpriu também um papel revolucionário, do ponto de vista da reorganização do Estado nacional e do capitalismo americano” (FIORI, 2004, p. 75). A guerra-civil trouxe importantes passos para a consolidação de um poder nacional, entre eles, a consolidação de uma dívida pública da União, a nacionalização de um exército e um sistema de tributação novo e mais eficiente. Tais medidas cumpriram um papel decisivo no financiamento da expansão econômica que se deu durante o século XIX.

Em 1861, a superioridade industrial e econômica⁵ do norte em relação ao sul era patente. O norte possuía uma população duas vezes e meia maior do que a do sul, uma produção de armas 30 vezes maior, uma produção de aço 20 vezes maior, de têxteis 17 vezes maior e mais do que o dobro de milhas de estrada de ferro. No entanto, essa superioridade não se refletia na distribuição do poder político, onde a elite escravocrata do sul ainda era muito influente e exigia a extensão de seu modelo para os novos territórios adquiridos. As disputas acirraram-se diante do que fazer com o Kansas e o Nebraska. Com a eleição do presidente Lincoln em 1860, considerado um antiescravista, a pressão política dos estados do sul aumentou. A Carolina do Sul anulou sua ratificação da Constituição federal e, em pouco tempo, outros estados, como Alabama, Flórida, Mississippi, Geórgia e Texas também se declararam separados da União, formando os chamados Estados Confederados da América e elegendo Jefferson Davis como seu Presidente.

Os conflitos militares começaram em Charleston, seguindo-se anos de sangrentas batalhas. Além de uma superioridade em número (o norte possuía quatro vezes mais pessoas aptas ao serviço militar do que o sul), a diversidade e infraestrutura do norte contaram para a vitória. As ferrovias desempenharam papel fundamental no abastecimento de suprimentos e transporte. O sul, primário-exportador, foi refém da desintegração econômica e ficou impossibilitado de exportar algodão e tabaco e de fabricar armas. O modelo industrial se provaria, naquele como em outros conflitos do século XIX, muito superior em termos de financiamento e manutenção da guerra,

⁵ Ver: THE TIMES, 1995.

alavancando-se no próprio conflito, forçando as indústrias a produzir mais, e conectando o setor financeiro, industrial e científico-tecnológico no mesmo sentido, de vencer a guerra. Na primavera de 1865 deu-se a derrota final das tropas do sul, quando o general Ulysses Grant começou a invasão da Virginia, que colocaria fim ao conflito. Em termos comparativos, a Guerra Civil foi a guerra mais sangrenta da história dos Estados Unidos e uma das mais mortíferas do mundo. Estimam-se mais de 600 mil baixas, já na famosa Guerra do Vietnã, calculam-se 58 mil mortos. Entre os mortos, estavam também escravos fugidos ou libertos, o que conferiu certo “norte moral” à guerra, que se transformou também em uma guerra pela libertação dos escravos.

Já em janeiro de 1863, o presidente Lincoln proclamou a Lei de Emancipação dos escravos. No entanto, a forma pela qual se daria a integração dos escravos libertos na sociedade norte-americana permaneceria incerta durante as próximas décadas, causando uma forte segregação racial que se estendeu formalmente até a luta pelas liberdades civis na década de 1960. A disputa entre grupos que defendiam uma reconstrução radical e moderada terminou com a vitória de grupos defensores da “supremacia branca”.

Com a resolução da ruptura interna os projetos expansionistas das elites vitoriosas puderam ser levados adiante. O avanço no tabuleiro asiático se deu a partir de 1867 quando os Estados Unidos adquiriu o Alasca da Rússia e anexaram a Midway Island. Outros pontos estratégicos no Pacífico foram adquiridos nas décadas seguintes como a American Samoa (1878), a base de Pearl Harbor (1887), o Havaí e a Wake Island (1898). Com o domínio do Caribe e a eventual construção do canal do Panamá, os Estados Unidos e sua marinha obtiveram enorme vantagem geopolítica, com acesso aos principais mercados e potências do mundo.

Embora a indústria norte-americana fosse anterior à Guerra-Civil, foi durante o conflito, com maciço apoio governamental, que ela alcançou patamares de produção que se mantiveram entre os mais altos do mundo durante o resto do século XIX. Nas décadas de 1860 e 1870 a produção americana de carvão aumentou 800%, a produção de trilhos de aço 523%, a milhagem de estradas de ferro 567 e a produção de trigo 256%. O número de banqueiros em Nova York aumentou de 167 para 1800. Segundo José Luís Fiori:

A Guerra Civil Americana teve características e consequências típicas das guerras europeias clássicas entre dois Estados nacionais fronteiriços, no caso, entre a União e a Confederação. E esta Guerra Civil é que foi a grande responsável pela construção do estado moderno e da economia nacional americana, na medida em que obrigou a nacionalização do exército e a consolidação de uma dívida pública da União, que se transformou no lastro do sistema bancário e financeiro, e que se expandiu e nacionalizou naquele período, ao mesmo tempo em que se montava um novo sistema de tributação capaz de avalizar o endividamento de guerra, exatamente como acontecera no caso das guerras europeias, do século XVII e XVIII (...) durante o período de reconstrução, os títulos da dívida pública contraída pela União tiveram um papel fundamental no financiamento das ferrovias que atravessaram o território americano, abrindo os caminhos para a expansão dos negócios e das grandes corporações que integraram o mercado nacional americano (...) quando a Guerra Civil acabou, os interesses do capital financeiro e do estado americano estavam ligados de forma mais estreita do que em qualquer outro momento do século XIX (FIORI, 2004, p. 76).

Na virada do século, os Estados Unidos possuíam cerca de um terço de todas as vias férreas do mundo, cerca de 320 mil quilômetros de trilhos de aço, maior do que todo o sistema europeu. A revolução agrícola, com a introdução de ceifadeira, trançador e debulhador transformaram os Estados Unidos na maior potência agrícola do mundo. Ainda nas décadas posteriores à guerra, famílias como os Carnegie, os Duke, os Hill, os Morgan, os Rockefeller e os Swift acumularam imensas quantidades de riqueza e poder. A introdução do telefone, da luz elétrica e a exploração de petróleo, ao contrário do que se diz, estiveram associadas não a “gênios inventores”, mas sim a uma rede de laboratórios de indústrias e universidades, com amplo apoio financeiro do Estado. A monopolização da indústria e a urbanização alavancaram ainda mais o potencial econômico norte-americano que, em 1900, produzia tanto aço quanto a Inglaterra e a Alemanha juntas, além de já dominarem a indústria do petróleo.

Para se tornarem um poder efetivamente global, no entanto, havia uma tarefa inconclusa. Era necessário aos Estados Unidos conquistar a hegemonia na Europa, o que começou a ocorrer a partir de 1914. As duas guerras mundiais e seus resultados pesaram definitivamente a favor da consolidação do Império norte-americano no século XX e nessa primeira década de século XXI.

1.2.3- Rumo ao Velho Mundo

A Primeira Guerra Mundial significou para as elites estadunidenses a possibilidade de projetarem seu poder internacionalmente de maneira decisiva e ainda enfraquecer alguns de seus principais concorrentes. Bem como os Estados Unidos, a Alemanha havia despontado como potência no século XIX, principalmente após vencer a França na guerra de 1870-1871. No entanto, diferentemente do Tio Sam, a Alemanha era desprovida de margem para expandir-se, já que era cercada geograficamente pelos grandes impérios coloniais, a saber, a Inglaterra e a França. Tal fato gerou na Alemanha uma pulsão expansionista que não poderia ser atendida a não ser pelo uso da força. A população da Alemanha cresceu de 41 milhões em 1870 para 65 milhões logo antes da Primeira Guerra Mundial; sua produção de carvão de 30 milhões de toneladas para 191 milhões; e a de ferro-guisa cresceu de 529 mil toneladas para 15 milhões. A incorporação da região da Alsácia-Lorena na guerra de 1870-1871 foi importante para esse processo, já que a região possuía grandes reservas de ferro, carvão e fósforo. A Alemanha havia desenvolvido para um estágio em que as corporações haviam se fundido em gigantescos cartéis e monopólios interconectados com os banqueiros e financistas (LENS, 2006, p. 356). O Império Austro-húngaro que, era um antigo aliado da Alemanha, juntou-se a ela novamente e, juntamente com a Itália, que também era despossuída em termos de colônias, formaram a Tríplice Aliança. A Itália desertou a Aliança em 1915 e passou para a Tríplice Entente. Esse bloco era formado pela Inglaterra, Rússia e a França. No dia 28 de Junho de 1914, o assassinato do arquiduque austríaco Francisco Ferdinando e sua esposa, foi o último estopim ou “desculpa” para o início do conflito.

Muito embora os Estados Unidos houvessem mantido uma postura de “neutralidade” até 1917, o envolvimento do país com a guerra nesses anos foi extremamente expressivo. Segundo Lens (2006, p. 363), a partir da exportação de bens e a concessão de empréstimos aos membros da Tríplice Entente, os Estados Unidos alteraram permanentemente seu *status* econômico e imperial, pois houve: 1) Uma enorme expansão das instalações industriais; 2) A liquidação de bilhões de dólares de obrigações estrangeiras nos Estados Unidos e a conversão da nação de devedora em credora; 3) A emergência de Nova York em pé de igualdade com Londres como grande centro bancário mundial; 4) A aquisição dos investimentos ingleses, alemães e outros na América do Sul. Em termos de comércio exterior, o resultado foi impressionante. De 1914 a 1917 o produto das exportações de aço quadruplicou e o dos compostos

químicos, corantes e drogas subiu de 22 milhões para 181 milhões de dólares. A exportação de munições aumentou de 6 milhões de dólares, em 1914, para 1,7 bilhão em 1916. O fato dos Estados Unidos manterem seu arsenal industrial e militar praticamente intactos durante a guerra, beneficiados pela geografia e pelas próprias alianças da guerra, foi um fator decisivo no desenvolvimento de seu complexo industrial militar. Os Estados Unidos entraram na Guerra em 1917, quando a capacidade de importação da França e a Inglaterra estava gravemente ameaçada. A entrada dos Estados Unidos foi decisiva para a vitória da Entente. Setores importantes da elite advogaram fervorosamente para a entrada dos Estados Unidos na guerra, sob a liderança da Casa Morgan, que visava proteger e expandir seus massivos negócios na Europa. Com o fim da guerra a recompensa viria às elites financeiras e industriais dos Estados Unidos.

A Primeira Guerra Mundial foi a primeira grande guerra em que os Estados empregaram de maneira massiva as tecnologias advindas das revoluções industriais. O desenvolvimento do motor a explosão e o motor elétrico possibilitaram o emprego do automóvel, do avião e do tanque. O submarino começou a ser utilizado, transformando permanentemente a guerra nos oceanos. O desenvolvimento da indústria química possibilitou o emprego de gases e lança-chamas (ARARIPE, 2013, p. 326). Os Estados Unidos não só eram líderes na produção de praticamente todas as tecnologias necessárias para produzir as inovações mencionadas como já haviam dominado a utilização de outros equipamentos chave na Guerra Civil, como: a estrada de ferro, a telegrafia sem fio e a metralhadora. Com seu parque industrial intacto e produzindo extensivamente para os esforços de guerra, quando os Estados Unidos entraram na guerra, possuíam enorme vantagem em relação aos já desgastados combatentes.

Os Estados Unidos mobilizaram quase cinco milhões de homens para o conflito. Desses, houve 116.516 mortos e 204.002 feridos. A Áustria-Hungria, em comparação, teve cinco milhões de baixas, a Alemanha, 6 milhões, a Inglaterra, 3 milhões, a França 5,5 milhões e a Rússia 6,5 milhões. O governo estadunidense gastou enormes quantidades de recursos com a guerra, fazendo sua dívida nacional saltar de 1 bilhão de dólares antes do conflito para 26,6 bilhões em agosto de 1919. Mas o *establishment* norte-americano foi em muito beneficiado pela guerra. Os Estados Unidos emergiram da guerra produzindo um quinto do ouro; aproximadamente um terço da tonelagem de exportações; dois quintos do ferro, carvão, estanho e prata; dois terços do petróleo; 85%

dos automóveis (LENS, 2006, p. 391). A Primeira Guerra Mundial significou para os Estados Unidos um salto qualitativo para o status de potência mundial.

A década de 1920 foi, por consequência, de expansão e domínio norte-americanos. Os banqueiros estadunidenses passaram a conceder empréstimos a governos estrangeiros em valores multimilionários. Somente a J.P Morgan & Co., concedeu empréstimos a Bélgica, França, Inglaterra, Itália, Suíça, Noruega, Áustria, Alemanha, Austrália, Chile, Japão e Cuba, que somavam 1,5 bilhão⁶ de dólares, entre 1919 e 1926. Todos os empréstimos feitos pelos banqueiros norte-americanos possuíam em seus contratos condições duríssimas⁷, exigindo concessões aos Estados Unidos e suas empresas e a internacionalização do dólar como moeda de referência. No *front* da intervenção direta não houve um dia em que os fuzileiros navais americanos não interviessem em outro país ou até mesmo os ocupassem. Era um novo tipo de colonialismo, supostamente, anticolonialista. As forças americanas ocuparam Cuba de 1917 a 1919. Entre 1918 e 1919 as tropas americanas invadiram o México três vezes. Os *marines* fizeram ainda “incursões” no Panamá entre 1918 e 1928, em Honduras em 1919, na China em 1920 e na Costa Rica em 1921. Entre 1926 e 1933, forças americanas ocuparam a Nicarágua. De acordo com Sidney Lens:

Como praticado na década de 1920, as portas abertas eram um meio de coroar a vitória imperial conquistada por Washington na Primeira Guerra Mundial. Usando seu grande poder econômico, diplomático, e ocasionalmente, militar, os Estados Unidos arrombavam as portas fechadas para os negócios americanos (LENS, 2006, p. 416).

No entanto, a crise de 1929 e a crescente competitividade interestatal colocou o novo império em uma espécie de xeque. A economia norte-americana precisava de projetos que estimulassem a demanda. O pacote de incentivo de Roosevelt, o *New Deal*, não teria sido tão ovacionado se não fosse a eclosão da Segunda Guerra Mundial e as despesas militares que estimularam o emprego, a transformação tecnológica, e o crescimento. No início do conflito, os Estados Unidos ficaram novamente de fora e cumpriram a posição de provedor de equipamentos bélicos. Em 1939, as cerca de 10

⁶ Todas as somas referidas no presente tópico estão em valores nominais e provem de fontes secundárias.

⁷ Como resultado de um empréstimo de 110 milhões de dólares a Alemanha em 1924, suas ferrovias nacionalizadas foram submetidas a uma comissão americana e três curadores. Para Cuba, um empréstimo de 50 milhões exigiu alterações na legislação fiscal da ilha (LENS, 2006, p. 398).

milhões de pessoas desempregadas foram reincorporadas no processo produtivo e, em dois anos, as fábricas duplicaram a produção. O governo norte-americano enviou rifles, metralhadoras e cinquenta *destroyers* para os ingleses em troca do arrendamento de bases navais e aéreas. Em 1941, Roosevelt conseguiu aprovar a *Lend-Lease Act* que permitia ao chefe do Executivo vender, transferir, permutar, arrendar e emprestar qualquer material bélico para qualquer país que o presidente julgasse vital para a defesa dos Estados Unidos (LENS, 2006, p. 470). O complexo industrial-militar dos Estados Unidos aos poucos transformou as elites norte-americanas em elites mundiais responsáveis pela segurança do mundo capitalista. Durante a Segunda Guerra Mundial, a União Soviética, comandada por Stálin, também contou com o fornecimento de material bélico dos Estados Unidos. Os Estados Unidos enviaram à URSS 427 mil caminhões, 13 mil veículos de combate, duas mil locomotivas, 11 mil vagões de trem, quatro milhões de pares de botas, tanques, aviões e gasolina para conter o avanço de Hitler no *front* oriental.

O Japão ameaçava, assim como a Alemanha e a Itália, alterar o *status quo*. No entanto, ao avançar pelo tabuleiro asiático e no pacífico conquistando, entre 1931 e 1937, a Manchúria, o Jehol, a Mongólia Central, as províncias da China Setentrional e, posteriormente e, as províncias de Tientsin, Pequim, Nanquim, Hankow e o Cantão, a posição dos Estados Unidos estava gravemente ameaçada. Teoricamente, desse ponto em diante, os Estados Unidos e o Japão já estavam em guerra. No entanto, a formalização do conflito só veio diante do bombardeio japonês em Pearl Harbor no dia 7 de dezembro de 1940. Em ocasião do ataque o governo obteve o apoio necessário para declarar guerra ao eixo. Foram encomendadas das fábricas americanas 297 mil aviões e 86.338 tanques; navios de desembarque; cinco mil cargueiros; seis mil navios de guerra e 2,5 milhões de metralhadoras. O governo dos Estados Unidos investiu massivamente na construção de instalações industriais de guerra para uso da iniciativa privada- cinco sextos de toda a produção industrial nesse período (LENS, 2006, p. 479). A entrada dos Estados Unidos na guerra, bem como as derrotas de Hitler na URSS, contou decisivamente a favor da derrota do final do Eixo.

O chamado “dia D” (6 de junho de 1944) foi a ocasião em que tropas aliadas conseguiram atravessar o Canal da Mancha e desembarcaram na Normandia. Paulatinamente, a partir de então, os aliados foram recuperando as posições perdidas para o Eixo. Paris foi recuperada em agosto, a Romênia rendeu-se aos russos, os

americanos tomaram o sul da França. Finalmente, em fevereiro de 1945, a ofensiva final foi dada, levando ao suicídio de Hitler em maio do mesmo ano. O fim da guerra veio quando representantes do imperador Hirohito assinaram os documentos de rendição no dia 2 de setembro de 1945, após os Estados Unidos lançarem a bomba atômica sobre Hiroxima, no dia 6 de Agosto, e Nagasaki, em 9 de Agosto.

Em termos de perdas, os Estados Unidos saíram do conflito em vantagem, comparado aos outros Estados. Do lado americano houve 292 mil mortos e 671 mil feridos, enquanto a União Soviética teve seis milhões de mortos e 14 milhões de feridos. Entre 1940 e 1945, a renda nacional dos Estados Unidos dobrou. Após o conflito, os Estados Unidos, com 6,5% da população mundial, produziam um terço da produção mundial de grãos; metade da de algodão; fundiam 55% do aço; extraíam 70% do petróleo do mundo; usavam 50% da borracha e desfrutavam de 45% da renda anual da humanidade (LENS, 2006, p. 496). Os norte-americanos detinham uma máquina produtiva sem precedentes que necessitava de mercados para escoar seus produtos.

As fábricas norte-americanas, a Boeing, Ford, General Motors, Martin, Douglas, North American, Lockheed, Curtiss, Bell e a Grumman, produziram, entre 1940 e 1945, 109.601 aeronaves (TOTA, 2013, p. 356). Começavam a se tornar mais orgânicas no próprio capitalismo norte-americano, as mesmas elites que conduziram a estratégia da *contenção* e que apoiariam o SDI. O presidente Truman cercou-se de banqueiros, generais e industriais. Esse é o *establishment* estadunidense que Wright Mills descreveu nos anos 1950. É essa elite que lideraria o imperialismo global no pós-guerra.

A Segunda Guerra Mundial significou, para os Estados Unidos, a possibilidade de disputar a hegemonia na Europa e no sudeste asiático simultaneamente (FIORI, 2004, p. 85). As potências industriais tardias, rivais econômicos e políticos dos Estados Unidos, perderam a guerra. As antigas potências coloniais também saíram da guerra completamente devastadas, bem como a URSS, principal competidora dos Estados Unidos no século XX. Com uma indústria de bens de capital invejável, o monopólio da bomba atômica, explosivo baseado em fissão nuclear e a liderança política dos aliados e da maior parte do mundo, os Estados Unidos saíram da guerra com a possibilidade de moldar as instituições internacionais e o funcionamento do mundo capitalista de acordo com os interesses da sua elite, fortemente vinculada ao complexo industrial-militar.

Consolidação do Império

1.3.1- Estados Unidos, poder global

No fim da Segunda Guerra Mundial, os aliados, já confiantes de sua vitória, engajaram-se em negociações para arquitetar as bases da configuração do mundo pós-guerra. Completamente devastadas pela guerra, as potências tradicionais da Europa, a saber, França e o Reino Unido viram-se sem margem de manobra para negociar com os Estados Unidos, que havia ascendido ao *status* de potência mundial praticamente inconteste em todos os domínios, além de possuir o monopólio nuclear. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), muito embora bastante prejudicada pela guerra (com milhões de baixas), despontou como a única potência capaz de rivalizar com os Estados Unidos e seus aliados. A incompatibilidade ideológica e econômica não tardou em transformar-se em uma disputa de fato pela supremacia mundial, a Guerra Fria. Imortalizada nas palavras de Winston Churchill, em 1946, a “cortina de ferro” que separava o bloco Ocidental capitalista do bloco Oriental socialista era a nova realidade geopolítica mundial.

A bipolaridade pautaria então as relações internacionais do pós-guerra, bem como mobilizaria e determinaria a intelectualidade e os atores que definiam a política externa dos Estados Unidos a partir de então. Dada a nova realidade política internacional, a atuação dos Estados Unidos no sistema internacional a partir do fim do conflito orientou-se por dois eixos principais complementares: 1) A construção da ordem pós-guerra; 2) A *contenção* da URSS.

A construção da nova ordem, liderada pelos Estados Unidos, visava a garantir o interesse nacional⁸ do mesmo, através de sua liderança na consolidação de um sistema internacional estável e favorável a sua expansão (PECEQUILO, 2003, p. 130). Tal processo se deu no campo institucional através da criação de Organizações Internacionais (OI's). Ainda durante a guerra, nas Conferências de Dumbarton Oaks e Bretton Woods foram criadas, respectivamente, a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O regime monetário internacional passou a ser o padrão dólar-ouro. Cabe destacar também a

⁸ A categoria de análise “interesse nacional” é contestada na perspectiva desse trabalho já que se privilegia, como se verá mais adiante, o estudo dos atores, muitas vezes conflitantes entre si que compõem o Estado.

criação do mecanismo de segurança internacional dentro ONU, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no qual cinco membros permanentes (Estados Unidos, URSS, França, Inglaterra e China) decidiriam sobre as principais questões pertinentes à segurança internacional.

A política de *contenção*, levada adiante durante toda Guerra Fria, nasceu da percepção por parte das potências ocidentais de que a URSS, a época liderada por Stálin, era essencialmente expansionista e necessitava ser contida. Fato que confirmava tal necessidade para o mundo ocidental era a interferência soviética na questão greco-turca em 1946. Em relação a esse conflito, o presidente Truman proferiu um discurso no Congresso no qual afirmou que deveria ser política dos Estados Unidos “apoiar os povos livres” que “resistem à tentativa de subjugação pelas minorias armadas ou pelas pressões externas” (PECEQUILO, 2003, p. 143). Dessa forma, nasce a Doutrina Truman, a qual lança os Estados Unidos como paladino na defesa da liberdade e democracia no mundo inteiro. Tal doutrina foi, posteriormente, chamada de doutrina da *contenção* (*containment*). Esse termo foi utilizado pela primeira vez por George Kennan, que na época, assinou seu artigo na revista *Foreign Affairs, The Sources of Soviet Conduct* em 1947, anonimamente. Dentro da concepção de Kennan, a política soviética pautava-se pelo antagonismo entre o socialismo e o capitalismo, e a necessária, inevitável e irreversível extinção do último. Dessa forma, era mister que a pressão soviética fosse contida pela vigilante aplicação de contrapressões em uma série de pontos geográficos e políticos em constante mudança, correspondentes às alterações e manobras da política soviética (KENNAN, 1947). Formalmente, a *contenção* foi expressa na National Security Council (NSC)-68 em 1950 e serviu de fórmula para a atuação dos Estados Unidos durante toda a Guerra Fria, justificando diversas ações e intervenções.

As primeiras iniciativas levadas a cabo por Washington dentro da lógica da *contenção* foram o Plano Marshall, em 1948, e a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949. O Plano Marshall era um plano gigantesco de auxílio econômico para a reconstrução da Europa e foi concebido na percepção, por parte dos Estados Unidos, de que países economicamente desfavorecidos eram vulneráveis à ascensão do socialismo. O outro objetivo que justificava a implementação do Plano Marshall era a ideia de que a recuperação das principais potências europeias-França, Inglaterra e Alemanha- como centros de poder, impediriam a entrada da URSS

no Ocidente, ou seja, formariam polos de contrapressão e impediriam que mais países caíssem sob a influência do Kremlin. A OTAN nasceu como um arcabouço institucional complexo e amplo que possuía como principais objetivos justamente a *contenção* soviética e a proteção da Europa do comunismo.

Além da Europa existia outro tabuleiro geopolítico impreterivelmente necessário para a consolidação dos Estados Unidos como potência hegemônica mundial, a saber, o leste asiático. Já no início da Guerra Fria, começaram-se as negociações e os acordos entre os Estados Unidos e o Japão, além da Guerra da Coreia (1950-1953). A “perda” da China com a revolução de 1949 tornou ainda mais patente a necessidade de priorizar-se o leste-asiático. Com a escalada da Guerra Fria, a *contenção* foi tornando-se uma tarefa global. O mundo pós-segunda guerra significou para o *establishment* estadunidense o fim de qualquer possibilidade de retomar-se uma postura “isolacionista” na condução de sua política exterior, ideário tão presente na tradição do discurso político do país e de suas elites.

Feito esse panorama brevíssimo da configuração do mundo Pós-Segunda Guerra, destaca-se que os arranjos iniciais não sofreram grandes alterações nas décadas seguintes. O período que vai de 1945-1975, tempo de uma geração, significou para os países capitalistas desenvolvidos a “era de ouro” (HOBSBAWM, 2009, p 223). Os anos dourados foram marcados pelo crescimento econômico e distribuição de renda, assim como avanços sociais. As economias socialistas também cresceram rapidamente, muito embora em menor ritmo. As independências no terceiro mundo, apoiadas pelas superpotências, significaram também a inclusão de diversos atores novos no sistema internacional. O rápido crescimento demográfico mundial foi acompanhado por um crescimento exponencial da produção industrial. No entanto, os pilares que sustentavam a ordem internacional liberal começariam a serem corroídos, tornando urgente a necessidade de novos arranjos por parte dos principais atores, como se verá mais adiante.

Sobre as cinzas do conflito, as elites estadunidenses organizaram, de acordo com seus interesses, a nova ordem que emergira. O domínio estadunidense deu-se em diversos planos. Quanto aos países do antigo eixo, por exemplo, os Estados Unidos haviam ocupado diretamente com suas tropas o Japão e o general MacArthur liderou a remodelagem da estrutura política japonesa para adaptá-la aos interesses

estadunidenses. As partes de Berlim e da Alemanha Ocidental tomadas pelos Estados Unidos, França e Inglaterra também estavam sob o controle de Washington. Esses dois países seriam fundamentais para a estratégia de *contenção* durante a Guerra Fria devido a sua posição geográfica. Diversos outros países estavam em dívida com os Estados Unidos e tornaram-se, pouco a pouco, “Estados clientes” do Tio Sam. Para Howard K. Smith, observador do *State of Europe*, em 1949:

A América verdadeiramente tem o poder de controlar o mundo. Para a América, tornar-se “imperialista” é tão fácil quanto fazer rolar um tronco. Com seu poder preponderante, e estando grande parte do mundo numa crise de escassez, não há necessidade de conquistas brutais; elas podem ser levadas a cabo com gentileza, invisivelmente, pelos meios de sub-reptícios da riqueza, através de investimentos que permitem o controle silencioso e de verbas de ajuda acompanhadas de sugestões polidas a respeito da política da nação recipiente (APUD: LENS, 2006, p 500).

Essa forma “gentil” de imperialismo deu-se principalmente no plano institucional. O FMI tinha como objetivo ser um banco de compensação para pagamentos internacionais, para países com balanças comerciais negativas comprar moeda estrangeira. O Banco Mundial tinha como objetivo conceder empréstimos para países subdesenvolvidos ou aqueles devastados pela guerra. As instituições tinham como seus maiores sócios os Estados Unidos e, para fazer parte do sistema Bretton Woods, o país tinha que concordar com as regras de conduzir seu comércio de acordo com o padrão norte-americano. Em 1947, os países da Europa ainda não conseguiam retomar seu crescimento econômico e enfrentavam graves problemas, entre eles o desemprego, escassez de alimentos e moradia. O secretário de Estado americano George Marshall elaborou um plano de ajuda econômica que originalmente previa o envio de 17 bilhões de dólares em um período de quatro anos para os países afetados pelo conflito. Através das condições impostas pelo Plano Marshall, as grandes empresas norte-americanas adquiriram participação nos mercados e nas empresas europeias. As portas do comércio dos países europeus e as colônias foram abertas para investidores americanos e as matérias primas foram colocadas à disposição dos Estados Unidos.

O período que sucede a Segunda Guerra Mundial até a posteriormente discutida crise dos anos 1970 é considerado um período de “hegemonia benevolente” por parte dos Estados Unidos. Tal percepção advém da percepção de que os Estados Unidos, desprovido de colônias e que já não se expandia territorialmente, era qualitativamente

diferente dos antigos impérios. A ideia de benevolência também estava amparada na ideia de que os Estados Unidos incorporaram tanto os países derrotados quanto aqueles aliados em sua esfera de influência, principalmente econômica. A ideia de hegemonia⁹, em Gramsci, foi elaborada visando ao plano doméstico e tratava-se de um domínio exercido com uma combinação de coerção e consentimento. De fato, muitos elementos de “consentimento” foram utilizados pelos Estados Unidos, como a expansão de sua cultura e ideologia. No entanto, a forma de domínio através do poder econômico, na percepção desse trabalho, é sempre coercitiva. Se um banco executa a busca e apreensão de um imóvel por inadimplência, por exemplo, ele está certamente amparado pela lei e pela força policial, notoriamente coercitiva. A metáfora não é precisa, mas ajuda a ilustrar que com a maior parte dos meios de violência e o amparo da legislação internacional, os Estados Unidos puderam exercer domínio sobre vastos territórios sem a necessidade de controle territorial direto. O *soft power*¹⁰, apesar de importante, é apenas a faceta de aparência da condução de política exterior das elites, que é indubitavelmente a coerção através do *hard power*.

A política de *contenção* dos Estados Unidos e a fundação da OTAN em 1947 foram as pedras angulares desse “*hard power*”. O Tratado fundador da OTAN estabelecia que qualquer ataque armado contra um ou mais dos países membros na América do Norte ou na Europa seria considerado um ataque contra todos. O primeiro comandante supremo da OTAN nomeado foi o general Eisenhower, futuro presidente dos Estados Unidos. A ajuda econômica e o guarda-chuva militar sobre a Europa tinha o objetivo de preservar o *status quo* e conter possíveis revoluções, através da pressão militar sobre a URSS e a estabilização interna das economias capitalista. Segundo Lens:

Através da OTAN, então, os Estados Unidos estacionaram uma força permanente de centenas de milhares de seus próprios homens solidamente

⁹ A ideia de hegemonia em Gramsci, é apoiada na metáfora do poder em Maquiavel, na qual a imagem do poder é um Centauro: meio homem, meio monstro, uma mistura necessária de consentimento e coerção. Normalmente a hegemonia baseada no consentimento é suficiente para modelar o comportamento, e a coerção é utilizada casos marginais. Quando a coerção se sobressai ao consentimento é um indicativo de enfraquecimento da hegemonia. O movimento para a conquista da hegemonia, para Gramsci, é a passagem da esfera produtiva (estrutura) para a complexa esfera das superestruturas, o que significa passar dos interesses específicos de um determinado grupo ou classe para a construção de instituições e a elaboração de ideologias. Ver: (GRAMSCI; 1991).

¹⁰ O conceito de “*soft power*” foi elaborado por Joseph Nye em contraposição com o “*hard power*”. Trata-se da condução do poder através de elementos “não coercitivos” onde ao em vez de atacar ou ameaçar outros Estados busca-se atraí-los ou cooptá-los para que queiram o mesmo que “você” (NYE; 2004).

alinhados diante do império soviético e adquiriram controle sobre outra força formada por europeus e canadenses. Até 1949, tinha quatrocentas bases ao longo do perímetro soviético para conter um urso russo que, como observou Dulles naquele mesmo ano, não tinha a menor intenção de se expandir através de avanço militar, mas sim pela revolução (LENS, 2006, p. 532).

A estratégia de *contenção* permitiu o avanço das forças militares estadunidenses ao redor do globo sem a necessidade de travarem grandes guerras. A Alemanha e o Japão viraram pivôs regionais, com grandes privilégios econômicos concedidos pelos Estados Unidos. Nesses dois países os Estados Unidos instalaram as principais bases militares fora do território dos Estados Unidos e, como perdedores da guerra, eles foram desarmados de forma permanente, tornando-se protetorados militares e “convidados econômicos” dos Estados Unidos (FIORI, 2004, p. 89). Em 1949 havia 582 bases norte-americanas fora do território estadunidense, durante a Guerra Fria esse número expandiu-se, atingindo 815 em 1953, 883 em 1957 e 1.014 em 1967¹¹. A esse respeito David Harvey indaga aos cidadãos norte-americanos:

(...) toda guerra norte americana é um exercício de imperialismo. Isso talvez choque aos norte-americanos, que não gostam de conceber seu país como um império. Mas que outro nome podemos dar às legiões norte-americanas de soldados, de agentes secretos e de forças especiais espalhadas pelo globo (HARVEY, 2004, p. 13)?

Sob a bandeira da *contenção* e da Doutrina Truman, elaborada em 1947, que desenhava a estratégia norte-americana, da seguinte maneira: “a política dos Estados Unidos será de apoio permanente aos povos livres que queiram resistir à dominação de minorias armadas ou de forças externas” (TRUMAN, APUD: KISSINGER, 1994, p. 442) a intervenção em outros países tornou-se prática comum para o *establishment* norte-americano. Armamentos americanos e o apoio da CIA e dos militares estadunidenses derrubaram governos na Guatemala, Irã, Bolívia, Guiana Inglesa, Brasil, Camboja e Indonésia e apoiaram, clandestinamente, governos conservadores no Congo, Tailândia, Vietnã, Laos e Etiópia. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em 1947, no Rio de Janeiro, permitiu que os Estados Unidos

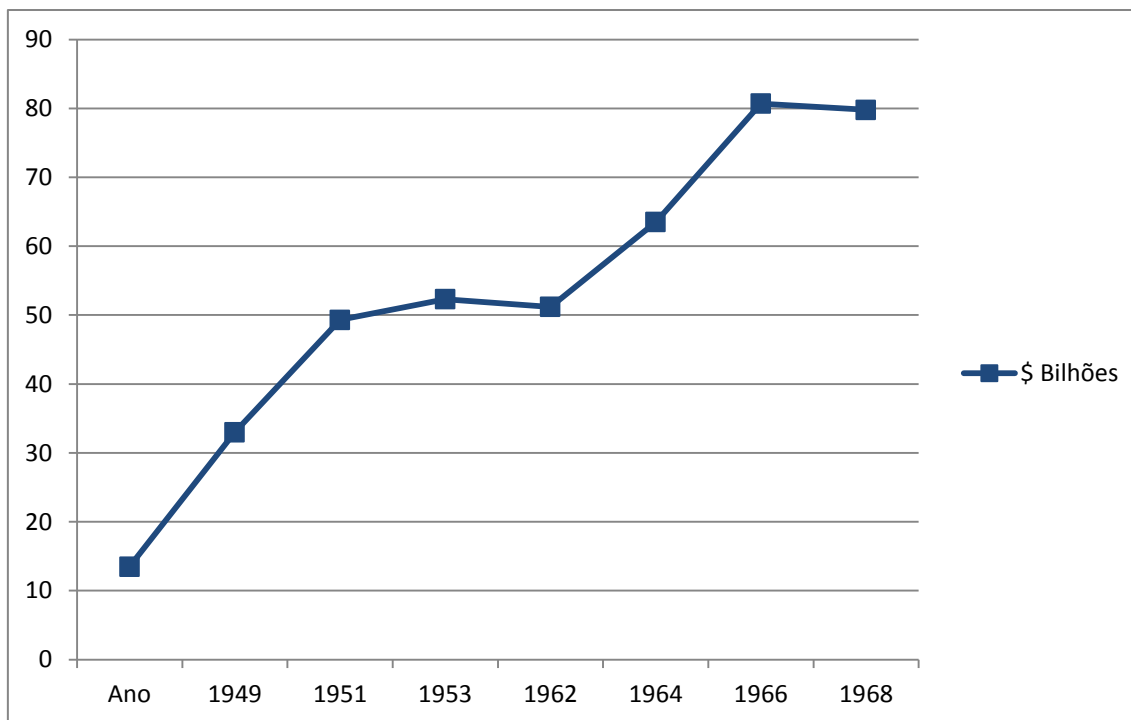
¹¹ Ver em: REVIEW, Monthly. U.S Military Bases and Empire. Volume 53, Issue 10 (March), 2002. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2002/03/01/u-s-military-bases-and-empire/>. Acesso em: Janeiro de 2017.

treinassem os militares que depois derrubariam governos supostamente comunistas no Paraguai, Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, República Dominicana e outros lugares.

A política exterior dos Estados Unidos e sua política de segurança ao longo da história possuem características que foram paulatinamente evoluindo até tornarem-se bem evidentes no pós-Segunda Guerra Mundial. Essas características pertencem à temporalidade longa da história estadunidense e algumas podem ser consideradas estruturais e subjacentes ao próprio funcionamento do Estado capitalista norte-americano. Trata-se, principalmente, da definição da estratégia de política exterior como o produto da disputa interna das elites e da sociedade civil estadunidense. Mills (2000) destaca algumas tendências da elite estadunidense que começaram a se consolidar a partir da Segunda Guerra Mundial. Uma das mais pertinentes para o presente estudo é o fenômeno que o autor chamou de “ascendência militar”, ou seja, o papel cada vez maior exercido por generais e almirantes no processo de tomada de decisão governamental. A confluência desse processo com uma elite corporativa de um capitalismo cada vez mais monopolizado deu gênese ao que Mills chamou de “economia de guerra”. Alguns anos mais tarde, em 1962, em seu famoso discurso de despedida, o presidente Dwight Eisenhower abordou o tema: “Nós fomos compelidos a criar uma indústria de armamentos permanente e de grandes proporções¹².” Eisenhower clamou para que “nos conselhos do governo, nós devemos nos defender contra a influência não autorizada ou justificada” do que ele chamou de “complexo industrial- militar”.

Gráfico 1: Expansão dos gastos militares nos Estados Unidos em U\$ Correntes (1949-1968)

¹² Dwight Eisenhower Presidential Library, Museum and Boyhood Home. *The Farewell Address*. Janeiro, 1961, p. 13-15. Disponível em: https://www.eisenhower.archives.gov/research/online_documents/farewell_address/Reading_Copy.pdf. Acesso em: Julho de 2016.



Fonte: Stockholm International Peace Research (SIPRI)¹³. Elaboração Própria.

A tendência que observavam o presidente Eisenhower e Mills pode ser percebida no Gráfico 1. Os gastos dedicados ao setor militar nos Estados Unidos saltaram de \$13,5 bilhões em 1949 para \$ 49,3 bilhões em 1953, ano de posse de Eisenhower. Isso representou um aumento de 8,2 pontos percentuais na participação do setor militar no Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos no mesmo período, aumentando de 5,1% para 13% em um intervalo de apenas quatro anos. A Guerra da Coreia poderia explicar tal aumento, no entanto, essa tendência se consolidou e tornou-se parte do próprio funcionamento do capitalismo estadunidense, atingindo a marca de \$ 80 bilhões em 1968, ano em que o mundo clamava por paz.

O que Mills identificou como “economia de guerra” tratava-se de uma mobilização permanente para o conflito, um incessante estado de guerra. Eisenhower, em situação de observador privilegiado, percebeu a força dos *lobbies* do complexo industrial-militar para aumentar os recursos destinados ao setor, o que era um problema não só pelo fato do possível *trade off* entre gastos militares e sociais, mas também porque a demanda do setor dependia da deflagração constante de novos inimigos. Essa tendência tornou-se característica orgânica da elite dos Estados Unidos, com os setores

¹³ Stockholm International Peace Research (SIPRI). *SIPRI Military Expenditure Database*. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em: Julho de 2016.

corporativo e militar cada vez mais interdependentes entre si. Essa característica, que se consolidou após a Segunda Guerra Mundial, é essencial para melhor compreender as políticas do governo Reagan e os setores que advogavam a favor das mesmas, assim como para compreender os percalços da política externa estadunidense até os dias atuais. Na visão da elite estadunidense, a *contenção* significava a mobilização para a guerra e a militarização da política externa.

Ilustrativas são as palavras de Charles Wilson, da General Eletric em 1944: o que a nação precisava era de uma permanente economia de guerra (LENS, 2006, p. 556). O que se configurou e que na perspectiva desse trabalho não é um fenômeno exclusivo do pós-Segunda Guerra Mundial foi a formação de um bloco de poder que confluía em diversos aspectos, formado por quadros do governo, militares, industriais e financistas. O complexo industrial-militar de Eisenhower pouco se diferencia daquele do SDI, conta com diversas das mesmas empresas, além de *think tanks*, universidades e *lobbies* no Congresso.

Através da Lei de Segurança Nacional de 1947 que instituiu o NSC, os militares obtiveram a institucionalização de um mecanismo de aconselhamento e deliberação da política presidencial. Diversos militares vieram a fazer parte do alto escalão do executivo, do congresso e até mesmo das grandes empresas. Inversamente, líderes da indústria e das finanças passaram a ocupar cargos-chave no Pentágono. Havia aqueles que possuíam interesse em contratos lucrativos com o governo e aqueles setores da elite que apoiavam o expansionismo de maneira mais geral para conquistar mercados e matérias primas no exterior. Muito embora o complexo industrial-militar tenha se sofisticado durante a Segunda Guerra Mundial, os elementos primordiais do funcionamento da economia de guerra, que estão presentes no SDI e em outros grandes projetos militares dos Estados Unidos datam do início da história dos Estados Unidos.

Figura 1- Estrutura Básica da Economia de Guerra



Fonte: Elaboração Própria.

Como se sugere acima (Figura 4) a estrutura básica da economia de guerra está centrada em torno da demanda estatal por segurança através da percepção de ameaças. O poder estatal então contrata as empresas ligadas a alta tecnologia que podem cumprir com as exigências dos militares. O Estado e as grandes empresas são também financiados pelos grandes bancos. Com a crescente demanda por pesquisa e desenvolvimento as universidades começaram a cumprir um papel fundamental nesse processo. Dado a solidificação dos grandes interesses envolvidos nesse processo, as elites começaram a organizarem-se em *lobbies* e *think tanks* para pressionar o poder público e até mesmo identificar novas ameaças que façam essa “maquina girar”. E por fim, o gasto público e as inovações produzem *spin offs* para a economia como um todo, explicando, parcialmente, o sucesso do modelo estadunidense de desenvolvimento através do investimento militar. Sob a ótica da análise das elites, não é difícil perceber que grandes banqueiros, industriais, estadistas, intelectuais e generais unam-se em torno de um “ciclo virtuoso”. Cabe ressaltar que com a consolidação da economia de guerra, os grandes banqueiros e industriais passaram a ser primordiais na definição das ameaças para proteger seus investimentos no exterior.

Os elementos supracitados pertencem à longa duração do funcionamento da sociedade estadunidense e são visíveis no SDI. A partir da percepção de uma ameaça, a saber, o crescente poder atômico da URSS, pelo alto escalão do governo Reagan e os militares a ele associados, o governo demandou de grandes empresas como a Lockheed e a Boeing, além das Universidades, pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias ABM. *Lobbies* e *think tanks* entraram em ação para convencer a sociedade e o Congresso que tal projeto era prioritário. As elites que definiam a estratégia de segurança de Reagan estavam, dessa forma, alicerçadas em uma estrutura presente em diversos outros momentos aqui mencionados da história norte-americana, desde o desenvolvimento do torno elétrico até a bomba atômica. Ver-se-á, a seguir, alguns dos projetos, que como o SDI buscavam romper fronteiras tecnológicas após a conquista do poder global pelos Estados Unidos.

1.3.2- A conquista do átomo e do espaço

Em 1939 a comunidade científica internacional soube que físicos alemães haviam feito testes repartindo o átomo de urânio. Diante da percepção crescente da ameaça que isso poderia representar em termos destrutivos diante da energia que tal processo produzia, o governo norte-americano decidiu iniciar o Projeto Manhattan. O objetivo era, evidentemente, o desenvolvimento da bomba atômica. A elite acadêmica com nomes como Albert Einstein e Robert Oppenheimer foi mobilizada para o desenvolvimento do projeto. Eventualmente, cerca de 120 mil norte-americanos foram recrutados para participar do Projeto Manhattan e o governo despendeu dois bilhões de dólares em pesquisa e desenvolvimento. O projeto era secreto e poucas pessoas, mesmo dentre aqueles que trabalhavam nele, sabiam da totalidade de seus objetivos. O primeiro teste foi realizado no deserto do Novo México em 1945. O mundo entrou na era nuclear.

Após os eventos de Hiroshima e Nagasaki as elites regentes dos Estados Unidos possuíam o domínio dos ares, dos mares, da terra e haviam conquistado o átomo. Mas a indiscutível preponderância norte-americana não significava que o complexo industrial-militar poderia ser parado ou até mesmo freado. Havia a necessidade de uma ameaça. A União Soviética e o comunismo cumpriram esse papel. As elites ocidentais percebiam um país completamente destruído como um império expansionista. Mas os soviéticos, de fato começaram a se armar rapidamente e tornaram-se uma ameaça potencial precisamente no dia 28 de agosto de 1949, quando, na cidade de Semipalastink, no

Cazaquistão, explodiram sua primeira bomba atômica. Os Estados Unidos, em novembro de 1952, colocaram-se novamente à frente com a explosão da bomba de hidrogênio, 50 vezes mais destrutiva, com 10,4 megatons. Em 1955, a União Soviética também explodiu a bomba de hidrogênio. Em 1957 a União Soviética colocou o primeiro satélite artificial na órbita do espaço, o Sputnik, e a Guerra Fria ganhou uma nova conotação, era agora a conquista da *last frontier* o que estava em jogo.

A partir daí programas militares espaciais tornaram-se cada vez mais frequentes nos Estados Unidos. O complexo-industrial militar funcionou a todo vapor na ocasião do programa Apollo da *National Aeronautics and Space Administration* (NASA). Em 1966, a NASA representou 20.8% de todo gasto em pesquisa e desenvolvimento e empregava 92.000 cientistas e engenheiros com um custo de bilhões de dólares por ano (ZEGVELD; ENZING, 1987, p. 29). A luz dos dias atuais é mais fácil ver os benefícios em termos de poder e riqueza que os programas espaciais proporcionaram aos Estados Unidos. Tecnologias como o GPS e a internet foram revolucionárias no sentido da organização da economia estadunidense e modificaram profundamente a própria guerra.

Tanto o projeto Manhattan quanto o projeto Apollo são representativos do que se defende no presente capítulo. Durante a história dos Estados Unidos, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento na indústria militar foram primordiais para o desenvolvimento capitalista do país e trouxeram as inovações fundamentais para o sucesso dos Estados Unidos nas guerras e na economia. Esses investimentos contaram com o apoio de uma elite bem estruturada e garantiu coesão no próprio jogo de forças doméstico. Essa confluência de interesses teve início na expansão territorial dos Estados Unidos e no hábil jogo diplomático com as potências europeias. Após a Guerra da Secessão as elites nortistas tornaram o modelo industrial-militar vitorioso e unificaram a nação através dele. Em todo o processo de expansão e em todas as guerras que o país se engajou nos cem anos seguintes, o industrial, o general, o banqueiro e o político andaram lado a lado. É evidente que mesmo no complexo industrial-militar há disputas e discordâncias internas. No entanto, conjectura-se nesse capítulo, que o SDI a luz da história representa essa elite estrutural que na maior parte das vezes age em confluência de interesses.

Retomaram-se, nesse brevíssimo ensaio, as condições antecedentes ao advento do objeto central do presente trabalho. Buscou-se privilegiar a constituição e a

configuração das elites ligadas ao que se chamou de economia política da guerra. Dessa forma, destacaram-se na reconstrução histórico-social os elementos chave ligados a configuração do território nacional estadunidense através das guerras e da percepção de ameaça por parte das elites regentes. Além disso, privilegiou-se a narrativa da participação da demanda estatal por armamentos na geração de novas tecnologias. A evolução dos mecanismos institucionais, sociais, e da base produtiva dos Estados Unidos, através, principalmente de sua participação em guerras ou a preparação para as mesmas concretizou um aparato de poder que deu luz a diversos projetos de pesquisa e desenvolvimento, entre eles o Manhattan e o Appollo. Feito essa averiguação histórica inicial, adentrar-se-á, no próximo capítulo na conjuntura e nos eventos que levaram a organização de setores importantes da elite em torno da candidatura de Ronald Reagan. Bem como, analisar-se-á como se configurou o governo e quais foram os passos tomados em direção à gênese da guerra nas estrelas.

CAPÍTULO 2- A GÊNESE DA GUERRA NAS ESTRELAS

What if free people could live secure in the knowledge that their security did not rest upon the threat of instant U.S. retaliation to deter a Soviet attack, that we could intercept and destroy strategic ballistic missiles before they reached our own soil or that of our allies?

Ronald Reagan (1983)

As décadas de 1970 e 1980 foram cruciais na configuração do mundo contemporâneo, já não mais inteiramente representativo da ordem mundial que emergiu do pós-2ª guerra mundial, em 1945. No período, eventos e conjunturas de “turbulência sistêmica”, em alguma medida, foram decisivos para a edificação do sistema internacional, no pós-guerra fria. São nos anos que vão do começo da década de 1970 ao fim da Guerra Fria que se desenham grande parte das mudanças responsáveis pela gênese do mundo em que vivemos hoje. Podemos citar, de modo apenas a exemplificar, as mudanças nos padrões de acumulação de capital e na configuração de poder no sistema internacional, além das bases científico-tecnológicas e ideológicas da sociedade contemporânea.

Para tanto, retomar-se-á, neste segundo capítulo, de maneira sucinta, alguns dos principais eventos e mudanças conjunturais da década de 1970 até a eleição de Ronald Reagan. Dessa forma, espera-se explicar porque e de que maneira as elites dos Estados Unidos organizaram-se em torno do projeto de Reagan e perceber quais são os possíveis elementos estruturais que explicam projetos tais como o SDI. No tópico seguinte do presente capítulo, trabalhar-se-á com os eventos em torno do processo eleitoral que permitiu a ascensão de fato de Reagan e de seu *staff*, dessa forma, analisar-se-á a construção do discurso e a composição do novo governo. Tais informações são importantes para se analisar as principais propostas e diretrizes pelo qual se guiou a elite política estadunidense na década de oitenta. Finalmente, um terceiro tópico será dedicado exclusivamente para entender o SDI, principalmente em seus aspectos

formais, desde sua idealização e a construção do discurso em sua defesa até os detalhes e objetivos do programa.

A Crise dos Anos 1970

A crise no sistema internacional da década de 1970 e a resposta dos tomadores de decisão é essencial para compreender a ascensão de Ronald Reagan e os elementos constitutivos do mundo de hoje. Foi justamente quando os movimentos progressistas, de esquerda, estavam em seu ápice que o mundo assistiu a uma virada conservadora de grande envergadura. Cabe destacar que tanto o sistema de equilíbrio de poder, com o declínio relativo dos Estados Unidos como potência hegemônica, quanto às estruturas do próprio Estado liberal e do mercado auto-regulável, sofreram transformações profundas. O padrão dólar-ouro acabou e as instituições criadas em Bretton Woods tiveram que ser modificadas.

Uma das facetas da crise foi a transformação da economia dos Estados Unidos. No período que vai de 1959 a 1969 a economia estadunidense cresceu a uma média de 4,7%, enquanto no período de 1970 a 1980 essa média caiu 2,8 pontos percentuais, para 2,9%.¹⁴ Enquanto a economia estadunidense tinha, tradicionalmente, como característica uma balança de pagamentos superavitária, com uma economia quase autossuficiente, essa tendência foi revertida na década de 1970 quando a balança de pagamentos dos Estados Unidos tornou-se deficitária, chegando a atingir um balanço negativo próximo de \$4 bilhões em meados daquela década. Tal característica tornou-se parte da economia dos Estados Unidos desde então.

A participação da economia estadunidense na produção mundial caiu pela metade entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a década de 1970. Tal fato devia-se a crescente ameaça representada pela concorrência de outras potências capitalistas, que os Estados Unidos haviam ajudado a se desenvolverem, em especial a Alemanha e o Japão. A crescente competitividade da indústria desses países, exportadores de alta tecnologia, foi fundamental para a transformação sistêmica. Além de importadores de bens e

¹⁴ Bureau of Economic Analysis (BEA). *National Economic Accounts*. Disponível em: <http://www.bea.gov/national/index.htm#gdp>. Acesso em: Julho de 2016.

serviços, os Estados Unidos, tradicionalmente credores do sistema financeiro, tornaram-se devedores. Em agosto de 1971, o então presidente Richard Nixon anunciou que os Estados Unidos romperiam com o padrão dólar-ouro, não garantindo mais a conversibilidade, dessa forma, pondo fim ao arranjo formado em Bretton Woods em 1944 (EICHENGREEN, 2010, p. 183). Isso significou que a partir daí as moedas flutuariam de acordo com o dólar, moeda de referência no sistema internacional e reserva de valor. Isso deu aos Estados Unidos uma capacidade sem precedentes de endividamento através da captação de recursos vendendo papéis do tesouro ancorados na moeda. Desde então, a dívida dos Estados Unidos expandiu-se continuamente.

A legitimidade da ordem mundial de então começou a ser questionada pelos países do Terceiro Mundo. Muitos deles, recém-independentes, exigiam reformas nos arranjos institucionais pós-guerra, de maneira a também usufruírem do desenvolvimento capitalista. Tais ações tiveram impactos devastadores na economia dos Estados Unidos. Outros países do Terceiro Mundo organizavam-se em torno do Movimento dos Não Alinhados, em referência à disputa entre o mundo capitalista e socialista, questionando o *status quo* vigente e a institucionalidade representativa do mesmo. Outra turbulência advinda do Terceiro Mundo foram os chamados “choques do petróleo” quando os países da Organização de Produtores de Petróleo (OPEP) elevaram radicalmente os preços da *commodity* (1973 e 1979).

Outra face da crise da década de 1970 foi político-militar. A Guerra do Vietnã (1965-1974) expôs os Estados Unidos e suas ações ao mundo, pondo em xeque a credibilidade do país como líder democrático e paladino da liberdade, principalmente no plano doméstico, onde a guerra sofreu forte oposição. A luta dos soldados estadunidenses contra Ho Chi Minh e os guerrilheiros Viet Congs deixou 57 mil mortos do lado americano, enquanto os vietnamitas sofreram quatro milhões de baixas. Quando, em 1968, uma companhia de soldados liderados pelo tenente William Calley abriu fogo contra quinhentos civis, dentre eles mulheres, crianças e idosos, na aldeia de MyLai ficou claro para a opinião pública que os Estados Unidos também eram capazes de atrocidades (KARNAL, 2014, p. 240-242). A sociedade civil engajou-se fortemente em oposição à guerra do Vietnã, movimento que contou com o apoio de associações estudantis, grupos de direitos civis, veteranos de guerra, intelectuais, sindicatos e artistas. Em 1971, 61% da população dos Estados Unidos era contrária à guerra. O governo foi forçado a retirar o remanescente de suas tropas em 1974, dessa forma, os

Estados Unidos perdiam sua primeira guerra em 150 anos. O fracasso da intervenção ficou marcado na memória dos estadunidenses e a “Síndrome do Vietnã” assombra os tomadores de decisão até o presente. A crise de legitimidade do governo agravou-se ainda mais quando, em 1974, o presidente Richard Nixon foi forçado a renunciar diante do Escândalo de Watergate.

O fim do padrão ouro, a derrota no Vietnã e o choque do petróleo encerraram a era de ouro do capitalismo do pós-Segunda Guerra Mundial. Foi diante de tal conjuntura que muitos teóricos começaram a profetizar o fim da hegemonia mundial dos Estados Unidos, o declínio do poder americano. Dentro do campo de discussão da Economia Política Internacional (EPI) diversas publicações surgiram a respeito da problemática. O que Benjamim Cohen chamou de “The Really Big Question¹⁵” (COHEN, 2008, p. 66), a saber, a temática da transformação sistêmica ou da *ascensão e queda das grandes potências* tornou-se a grande questão para os estudiosos da EPI. O primeiro a abordar o problema foi o economista estadunidense Charles Kindleberger em sua obra “The World in Depression” no qual o autor afirma que a economia mundial necessita de uma potência hegemônica que cumpra papel de estabilizadora da ordem mundial (KINDLEBERGER, 2013, p. 291-309). Essa potência teria como função garantir alguns serviços essenciais ao sistema, tais como, uma moeda de referência, a defesa do livre-comércio, a garantia do sistema financeiro e a coordenação das políticas econômicas. Kindleberger teoriza (2013), no entanto, que essa liderança sempre foi temporária e obedece a uma lógica cíclica, ao longo da história, em que sucessivamente uma nova potência passa a cumprir essas funções diante do declínio da anterior. Para o autor, o papel dos Estados Unidos como líder do sistema internacional começa a declinar depois da crise de 1970.

A tese de Kindleberger ganhou força entre vários círculos acadêmicos¹⁶ e desenvolveu-se a chamada Teoria da Estabilidade Hegemônica¹⁷. Os teóricos dessa linha argumentavam pela necessidade de uma potência para assegurar a ordem econômica e a paz no sistema internacional. A preocupação desses autores era como

¹⁵ Benjamim Cohen realiza um estudo sobre a história da disciplina da EPI anglo-saxônica, seus principais teóricos e seus debates mais pertinentes em: COHEN, Benjamim J. *International political economy: an intellectual history*. Princeton, New Jersey, 2008.

¹⁶ Dentre os *gramscianos*, por exemplo, destaca-se a obra: COX, Robert W. *Approaches to world order*. Cambridge University Press, 1996.

¹⁷ No original, Theory of Hegemonic Stability (THS), tem como seus principais expoentes Robert Gilpin e Robert Keohane.

assegurar o bom funcionamento das relações internacionais em um mundo pós-hegemônico¹⁸, depois do declínio dos Estados Unidos a partir da crise de 1970. Os neomarxistas Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi contribuíram com afinco à temática. Wallerstein previu o fim da hegemonia estadunidense a partir de uma abordagem teórica parecida com a de Kindleberger. O autor argumentava que um país consegue impor sua vontade aos demais por um período de tempo, vindo a ser substituído por outro, inevitavelmente. No entanto, Wallerstein vai além e argumenta que a crise que começou na década de 1970 foi um prelúdio da grande crise terminal do sistema internacional moderno, nascido no século XVI, e que estaria próximo de ser substituído por uma “nova ordem mundial”. Já o italiano Giovanni Arrighi desenvolve uma complexa teoria¹⁹ em que identifica uma série de hegemonias no sistema mundial moderno. Sucessivamente, na história do capitalismo, Gênova, Holanda, Grã-Bretanha e Estados Unidos ocuparam o papel de potência hegemônica. A queda de uma potência hegemônica estaria associada ao fim da possibilidade de sua expansão produtiva, então essa potência entraria em uma fase de expansão financeira e logo seria substituída em seu papel como potência hegemônica por outra. Arrighi argumenta que a década de 1970 significou para os Estados Unidos a “crise inicial” de sua hegemonia e profetiza que a “crise terminal” da hegemonia estadunidense estaria em pleno curso, no início do século XXI. Arrighi aponta ainda o “arquipélago asiático” ou a China como prováveis sucessores da hegemonia estadunidense.

Paul Kennedy, em 1987, também argumentava que os Estados Unidos estariam em declínio devido ao excessivo fardo dos altos gastos militares que, por não obedecerem à lógica da livre-competição, colocariam o Estado em crescentes prejuízos. No entanto, o mesmo autor deixou uma pista em sua obra muito pertinente à discussão, pois afirmava ele que “o mundo da política e da diplomacia nunca seguiu linhas retas” (KENNEDY, 1989, p. 417). O distanciamento histórico permite avaliar com melhor precisão o que de fato estava em curso na década de 1970. Aqueles indicadores que apontavam para o declínio dos Estados Unidos, paulatinamente transformaram-se em elementos que na verdade cumpriram função oposta, fortalecendo a potência. Os Estados Unidos passaram de credor para o principal devedor do sistema financeiro internacional no início daquela década. No entanto, essa mesma dívida cumpriu papel

¹⁸ Vide, por exemplo: KEOHANE, Robert. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Oxfordshire: Princeton University Press, 2005.

¹⁹ Ver em: (ARRIGHI, 1996; 2007).

de alicerce de toda a economia mundial e sua expansão nas décadas que se seguiram. A crise que acabou com o sistema de Bretton Woods substituiu o padrão dólar-ouro por um novo regime monetário internacional, o padrão dólar-flexível, que possibilitou aos Estados Unidos a capacidade de exercer um controle sem precedentes do sistema monetário e financeiro internacional²⁰. Já a Guerra do Vietnã e a derrota dos Estados Unidos colocaram também em curso a aliança e parceria estratégica entre a China e os Estados Unidos, indispensável para o fim da Guerra Fria. A dupla formada entre o presidente Richard Nixon e o então assessor de Segurança Nacional e secretário de Estado Henry Kissinger, possuíam uma visão realista do mundo, baseadas nas ideias de equilíbrio de poder. Eles avaliaram que os Estados Unidos haviam perdido poder relativo e era necessária uma ressignificação da *contenção*, transformando-a em uma cruzada antissoviética ao invés de anticomunista, considerada excessivamente idealista pelos mesmos. Dessa forma, a aliança dos Estados Unidos com a China, formalizada pelo Comunicado de Xangai e o reconhecimento da República Popular da China (RPC), “reverteu” o balanço de poder mundial em favor dos Estados Unidos no que foi chamado por Kissinger de “uma revolução diplomática mundial” (KISSINGER, 2007, p 613-640).

Maria da Conceição Tavares (1997) sustenta que as crises dos anos 1970 foram seguidas de dois movimentos de reafirmação da hegemonia americana no plano geoeconômico (diplomacia do dólar) e no plano geopolítico (diplomacia das armas) que modificaram, profundamente, o funcionamento e a hierarquia das relações internacionais a partir do começo da década de 80 (TAVARES, 1997, p. 55). Na esteira da crise estava, portanto, em curso uma estratégia ostensiva e expansiva, de enquadramento econômico, político, militar e ideológico por parte dos Estados Unidos e de suas elites de seus parceiros e adversários. Fenômenos que só seriam compreendidos mais tarde como o *neoliberalismo* e a *financeirização*, além de mudanças profundas nas bases tecnológicas e na organização da produção.

No âmbito da Guerra Fria, a década de 1970 ficou conhecida pela *detente*, uma espécie de trégua entre Estados Unidos e URSS. Dentro do âmbito da *detente* dois tratados de redução de armas foram assinados, o Strategic Arms Limitation Talks

²⁰ Além disso, a desregulação do mercado financeiro, apontado por muitos como estratégia de uma economia em crise, foi o primeiro passo de uma desregulação progressiva até a vitória da globalização do capital financeiro norte-americano. Ver em: (FIORI; MEDEIROS; SERRANO, 2008).

(SALT) I e II. O SALT I (1972-1974) entrou em vigor, enquanto o SALT II, que foi negociado entre 1977 e 1979, não foi ratificado pelo Senado estadunidense, apesar de assinado por Jimmy Carter e Brejnev, em represália a invasão do Afeganistão pelas tropas soviéticas na véspera de Natal de 1979, encerrando-se assim a *deténte* (PECEQUILO, 2003, p. 191-204). Naquele mesmo ano, no dia 1º de Abril, a Revolução Iraniana ou Revolução Islâmica depôs o xá Reza Pahlevi, monarquia autoritária que contava com o apoio estadunidense. O aiatolá Ruhollah Khomeini tornou-se, então, o governante e líder religioso do país, consolidando a primeira revolução ganha sob uma bandeira de fundamentalismo religioso. Militares iranianos tomaram a embaixada dos Estados Unidos em Teerã no dia 4 de novembro de 1979 e fizeram 52 norte-americanos reféns, iniciando assim a Crise de Reféns do Irã, disputa diplomática que só seria resolvida 444 dias depois, como se verá mais adiante. Paul Volcker, na presidência do Federal Reserve (FED), empreendeu uma imponente política monetária para combater a inflação. O que ficou conhecido como “choque Volcker” constituiu-se de um aumento radical na taxa de juros anual básica, que chegou à casa dos 20% em 1980, mergulhando o país em uma recessão entre os anos de 1980 e 1982. A percepção por parte de muitos setores importantes nos Estados Unidos era de que o país estava adotando uma estratégia permissiva e frágil na Guerra Fria, além de sua economia estar “em colapso”. Os problemas com o Irã e o Afeganistão iriam se somar a crise econômica e os outros fatores desestabilizadores aqui mencionados às vésperas das eleições presidenciais de 1980. Jimmy Carter, notório defensor dos direitos humanos mundo afora, seria um dos poucos presidentes na história recente dos Estados Unidos que não seria reeleito.

Os acontecimentos acima discutidos, tanto os do plano doméstico estadunidense como aqueles do sistema internacional e suas estruturas de governança, foram decisivos na constituição do mundo pós-1980. Isso se deve ao fato de que o objeto que aqui se pretende analisar está inserido em um contexto mais amplo. As ações da estratégia de política exterior dos Estados Unidos são fundamentais para uma melhor compreensão dos fenômenos da EPI, classicamente definida por Robert Gilpin, como a busca por compreender “a interação recíproca e dinâmica nas relações internacionais entre a busca pela riqueza e a busca pelo poder” (GILPIN, 1987, p. 65). No entanto, como já se destacou anteriormente, a proposta metodológica do presente estudo não

entende o Estado como um ente fechado, como o ator fundamental da EPI²¹. É na interação entre os diferentes grupos de interesse no plano doméstico e a resposta aos acontecimentos do cenário internacional que se molda a política externa de um país. Dessa forma, o desenrolar das estratégias de política exterior é muito mais nebuloso do que previsível, dependendo de decisões tomadas no dia-a-dia, no tempo curtíssimo da história.

Dessa forma, podemos afirmar que a política exterior de um país é resultado da soma de interesses e percepções dada pela correlação de forças no plano doméstico. As elites, ou grupos dirigentes, a institucionalidade que os abriga é o elemento fundamental da política externa. Ora, se os conflitos internos de um país são tão recorrentes, podemos nos questionar: como uma determinada elite consegue empreender uma estratégia de inserção internacional coesa e duradoura? Antônio Gramsci (1991) afirma que a própria sobrevivência das classes dirigentes e sua permanência em condições de prosperidade dependem de sua capacidade de manter o equilíbrio interno. Por equilíbrio deve-se entender a tranquilidade interna, o grau e a intensidade da função hegemônica do grupo social dirigente. A capacidade de coesão interna dos grupos dirigentes é, para Gramsci, condição *sine qua non* para a manutenção do status de grande potência do país. A capacidade de manter o domínio hegemônico da área social é a tarefa permanente das elites, no plano internacional, a tarefa se torna mais árdua, como argumenta Gramsci:

Mas, como a área social de cada país é limitada, será levado a estendê-la às zonas coloniais e de influência, entrando em conflito com outros grupos dirigentes que aspiram ao mesmo fim, ou em cujo prejuízo a sua expansão deveria necessariamente se verificar, já que também o globo terrestre é limitado (GRAMSCI, 1991, p. 194).

No caso específico dos Estados Unidos, o século XX significou a ampliação de sua base social e os interesses das elites para o globo todo já que, devido à envergadura do país como potência, quaisquer acontecimentos no sistema internacional não poderiam mais ser negligenciados sob o risco de ameaçar a acumulação de poder e riqueza da superpotência. A política externa passou a ser então prioridade das elites estadunidenses, principalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial. Em um estudo

²¹ Críticas à concepção realista do Estado como unidade fundamental de análise na EPI podem ser encontradas em: PUTNAM, 2010; KATZENSTEIN, 1976. A crítica construtivista também contribui para essa desconstrução, vide: BIERSTEKER, 2008; BARRET, SIKKING, 2008.

minucioso de caráter antropológico das elites estadunidenses na década de 1950, Charles Wright Mills (2000) identifica que as classes dirigentes possuíam certa homogeneidade social. Na época, o autor observou que os membros das elites corporativas, militares e políticas eram, em sua maioria, “recrutados” dos mesmos nichos sociais. Eles frequentavam as mesmas escolas privadas e as universidades da Ivy League, e eram em sua maioria brancos, homens e protestantes. A elite reunia-se em clubes de alto prestígio e seus membros circulavam entre cargos de grande influência no mundo corporativo e postos no alto escalão do governo, incluindo cargos de comando militar. Esses elementos são fundamentais para compreender a coesão da elite estadunidense. Quando, por exemplo, a revolução no Irã, em 1979, ameaçou a indústria petrolífera estadunidense no Oriente Médio, aquele mesmo grupo de pessoas que eram os dirigentes das corporações, membros do governo ou generais, além de ex-colegas de escola, possuía maior facilidade para elaborar uma resposta.

Até o presente momento abordaram-se, algumas tendências, conjunturas e eventos, bem como se delinearão algumas percepções conceituais consideradas pertinentes para compreender a década de 1980, a política exterior do governo Reagan e, por fim, o SDI. O mundo que emergiu das cinzas da Segunda Guerra Mundial era um mundo norte-americano. Com metade da produção industrial do mundo, o território praticamente intocado (com a exceção dos ataques japoneses em Pearl Harbor), uma supremacia militar incomparável e o monopólio atômico, os Estados Unidos tornaram-se a maior potência do mundo. Dessa forma, as elites estadunidenses não poderiam mais optar por uma via isolacionista na condução de sua estratégia de inserção internacional. A guerra trouxe ainda para os Estados Unidos um aparato militar permanente e uma elite militar, chamada por Mills (2000) de “Warlords”, classe que não poderia mais ser negligenciada em qualquer análise da correlação de forças nos Estados Unidos e que logo se associou de maneira definitiva com o mundo político e corporativo, constituindo o complexo-industrial-militar. O domínio norte-americano no pós-guerra foi também garantido pela ampla institucionalidade internacional que o país criou com seus aliados. Políticas de corte keynesiano e o modo fordista de produção em massa proporcionaram às populações das economias capitalistas avançadas algumas décadas de crescimento econômico e distribuição de renda. Além do bom funcionamento econômico, movimentos progressistas em luta por direitos civis e melhores condições de vida tiveram êxito transformando o período no que ficou conhecido como era de ouro do

capitalismo. No entanto, havia também a constante ameaça de holocausto nuclear advinda da disputa entre os Estados Unidos e a URSS para garantir a superioridade militar na Guerra Fria.

Para finalizar esta seção, cabe ressaltar que o sistema internacional organizou-se de modo bipolar, com a hegemonia dos Estados Unidos sempre ameaçada pela URSS. As duas potências engajaram-se em uma corrida armamentista e espacial. Em 1949, a URSS já havia desenvolvido seu primeiro artefato atômico. Em 1957 lançaram o primeiro satélite artificial, o Sputnik. A percepção dos tomadores de decisão nos Estados Unidos era a incompatibilidade da existência das duas potências e seus respectivos sistemas econômicos e ideológicos. Dessa forma iniciou-se uma verdadeira cruzada anticomunista que tomou o globo, em ações justificadas pela doutrina denominada de *contenção* pelo teórico George Kennan. A disputa por “mentes e corações” pautou o discurso político nos Estados Unidos a partir daí e a materialidade da Guerra Fria traduziu-se na organização do aparato econômico-político-militar e científico da sociedade estadunidense em função da competição com a URSS. A crise da década de 1970 colocou a hegemonia estadunidense em xeque. No entanto, o que os teóricos da queda do poder americano não puderam perceber é que o desfecho histórico dependia mais das estratégias e condições materiais dos principais atores do sistema do que de qualquer movimento cíclico “inevitável”. A elite dos Estados Unidos organizou seus projetos expansivos de acordo com as ameaças colocadas a manutenção de seu poder. A resposta da elite à crise reorganizaria o sistema mundial. Quando as elites se organizaram para as eleições presidenciais de 1980, o discurso de crise foi fundamental para justificar as mudanças que os republicanos propunham. A invasão do Afeganistão, a Revolução Iraniana e a frágil conjuntura econômica seriam fundamentais para a vitória conservadora.

Viu-se, nesse tópico, o que se chamou de “antecedentes estruturais” da história recente - considerados aqui elementos constituintes da ordem internacional e da configuração de poder político interno dos Estados Unidos. Tentou-se, dessa forma, traçar um panorama das principais tendências estruturais e da conjuntura anterior a Ronald Reagan, para melhor compreender como as elites se organizaram para definir a agenda de segurança na década de 1980. O próximo tópico será dedicado ao entendimento da conjuntura de ascensão da elite conservadora em torno do processo político-eleitoral de 1980. Trabalhar-se-á, dessa maneira, com os eventos do tempo

curto, do específico, antes de se analisar a “virada conservadora” e suas principais consequências de maneira mais geral.

A Ascensão de Ronald Reagan

2.2.1- Campanha, eleição, posse e composição da equipe

Muito embora poucos indivíduos possam de fato alterar o andar da carruagem da história, alguns merecem destaque. Esse é o caso de Ronald Reagan, o 40º presidente dos Estados Unidos. Figuras como Reagan levantam a questão: como a elite recruta seus representantes? Reagan não era um membro da elite, nascido em 1911, foi criado por uma família de baixa renda no Estado de Illinois. Reagan trabalhou como locutor de rádio e ator e entrou na política como líder do sindicato dos atores. Em 1964, Reagan proferiu um discurso em apoio à candidatura de Barry Goldwater à presidência. O discurso, denominado “Time for Choosing”, logo colocaria Reagan nos holofotes, transformando-o no porta-voz dos conservadores. Reagan decolou em sua carreira política a partir daí e elegeu-se Governador da Califórnia duas vezes (1966 e 1970), ficando conhecido por reprimir duramente os manifestantes da Universidade da Califórnia, no final da década de 1960. Logo, Reagan tornou-se um dos principais nomes do Partido Republicano para a presidência. Em 1968 e 1976, disputou as primárias presidenciais do partido, no entanto, não obteve sucesso²². Muito embora não fosse um membro da elite, Reagan era o que a elite precisava naquela conjuntura. Notório orador e fiel defensor dos ideais conservadores, o ex-ator se mostraria como um verdadeiro mobilizador do público em um período em que a habilidade de se valer dos meios de comunicação em massa tornou-se essencial para o sucesso político. Dessa forma, quando Reagan anunciou sua candidatura, em novembro de 1979, ninguém se surpreendeu.

O Partido Republicano lançou a plataforma política da campanha e o plano de governo oficial na convenção nacional do partido em Detroit no dia 15 de Julho de 1980. O documento “The Republican Platform 1980” traçou as principais diretrizes do futuro governo e deu a tônica da campanha. O documento diagnosticava a crise do fim

²² Para um bom ensaio biográfico sobre Ronald Reagan, vide: (BRANDS, 2015)

da década de 1970 como “o mais sério desafio à sobrevivência dos Estados Unidos em seus dois séculos de existência”²³. O Comitê Nacional Republicano segue no documento criticando duramente a condução da política externa pelo governo Carter, afirmando que o governo não possuía um conceito estratégico coerente para a condução da mesma e isso resultou em uma ameaça sem precedentes à segurança dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. A plataforma delineou uma série de propostas para superar a crise, dentre elas: 1) Atingir a superioridade militar e tecnológica em relação à URSS; 2) Criar uma defesa civil estratégica para proteger a população estadunidense contra uma possível guerra nuclear com a URSS, pelo menos tão eficiente quanto os mecanismos de proteção soviéticos; 3) Reestabelecer as capacidades de segurança e inteligência; 4) Manter uma economia forte e proteger o provimento de energia e matérias primas do além-mar. Os republicanos apoiavam a política de paz através da força, argumentando que é a fraqueza que provoca a agressão. A ideia geral era de unificar a economia, a política externa e a defesa em um tripé que permitisse dissuadir a URSS de atacar e, caso houvesse o conflito, garantir a vitória aos Estados Unidos.

Ronald Reagan aceitou sua nomeação pelo Partido Republicano vencendo as primárias no dia 17 de Julho de 1980. Em seu discurso de nomeação, Reagan advertiu que “nunca antes na história os norte-americanos haviam sido convocados para superar as três grandes ameaças à existência dos Estados Unidos”²⁴. Para Reagan, tanto a ruína econômica quanto a defesa enfraquecida ou a crise energética poderiam destruir o país. No plano econômico, Reagan ressaltou que a administração Carter havia colocado o país em um cenário de carestia, alto desemprego e recessão. O déficit e a crise energética haviam coroadado a situação estagnante. Reagan argumentou que o governo havia crescido além do saudável. Dessa forma, o candidato propôs a redução dos gastos governamentais, corte nos impostos e uma expansão no investimento em energia nuclear para sanar a dependência dos Estados Unidos na importação de petróleo. O presidenciável criticou o que chamou de desarmamento unilateral por parte do governo Carter argumentando que a paz nunca foi tão certa como no tempo em que os Estados Unidos possuíam uma margem de segurança em seu poder militar que era tão irrefutável que nenhum adversário teria coragem de atacar o país.

²³ The American Presidency Project. *The Republican Platform of 1980*. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25844>. Acesso em: Julho de 2016.

²⁴ Ronald Reagan Presidential Library & Museum. *Republican National Convention Acceptance Speech*. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/7.17.80.html>. Acesso em: Julho de 2016.

O fim do ano de 1980, nos Estados Unidos, foi marcado pela corrida presidencial. A disputa principal travava-se entre o então presidente Jimmy Carter e o candidato de oposição do Partido Republicano, Ronald Reagan. A campanha de Reagan assumiu um tom crítico, principalmente em relação à política externa e à performance econômica do governo democrata. Reagan defendia uma maior assertividade na condução da política de defesa, propondo aumento nos gastos e da diplomacia, diante do suposto avanço da URSS no tabuleiro geopolítico global. Ao ser criticado por sua postura belicista, o candidato proferiu um discurso televisionado no dia 19 de Outubro de 1980. No discurso nomeado “Discurso pela Paz”²⁵, Reagan afirmou que a paz mundial era seu principal objetivo, caso eleito. No entanto, Reagan defendeu a ideia de que os Estados Unidos enfrentavam uma crise de enfraquecimento e que a paz, em sua opinião, vinha necessariamente da força militar, econômica e estratégica. Era a margem de superioridade de poder que os Estados Unidos mantinham em relação ao rival comunista que garantia a paz e a estabilidade do sistema internacional. O candidato criticou o governo de Jimmy Carter e o julgou responsável pelo enfraquecimento dos Estados Unidos e sua respectiva perda de legitimidade. No debate televisionado²⁶ do dia 28 de Outubro daquele ano, Reagan reafirmou sua postura crítica. Para o candidato, a ocupação do Afeganistão pelas tropas soviéticas, em 1979, e a Revolução Iraniana daquele mesmo ano significavam que os Estados Unidos estavam perdendo para a União Soviética. Sobre a questão nuclear, Jimmy Carter afirmou que os Estados Unidos deveriam continuar progredindo na negociação com a URSS para o controle de armamentos nucleares, enquanto Reagan afirmou que era necessário aumentar a margem de poder dos Estados Unidos para que o país possuísse maior capacidade persuasiva nas negociações com a URSS. Reagan estendeu ainda seu discurso de crise para a área econômica e social, quando afirmou que a irresponsabilidade fiscal do governo Carter e de seus predecessores democratas havia colocado o país em recessão, com baixo índice de crescimento e com uma taxa de inflação que ultrapassava a casa dos 10% anuais, caracterizando assim, um cenário de *estagflação*. A má gestão do Estado estaria, para o candidato republicano que ratificou essa postura durante toda a campanha, no seu inchaço desnecessário, característico do Estado de bem estar social do período pós Segunda Guerra Mundial. Esse suposto descaso teria efeitos sociais, como

²⁵ Ronald Reagan Presidential Library & Museum. *A Strategy for Peace in the 1980s*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bjb-EdY5yB4>. Acesso em: Julho de 2016.

²⁶ Ronald Reagan Presidential Library & Museum. *Presidential Debate with Jimmy Carter*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kXFEh4cdCog>. Acesso em: Julho de 2016.

o aumento da criminalidade e o agravamento da questão racial. Reagan propunha um corte radical dos gastos do governo e dos impostos para “libertar” o “espírito empreendedor tipicamente americano”. No dia 3 de Novembro de 1980, véspera da eleição, Ronald Reagan afirmou:

Não me compreenda mal, nenhum homem razoável que vê o mundo como ele está, que vê a deterioração das nossas relações com nossos aliados, que vê, o enfraquecimento da nossa economia, o crescente aumento do poder soviético e os sofrimentos do nosso passado recente pode subestimar as dificuldades diante de nós (...). No entanto, se os eleitores apostarem no nosso projeto, o mundo irá ver que os Estados Unidos ainda estão unidos, forte, e lutando pelo sonho de paz e liberdade. Os Estados Unidos ainda está disposto a ficar do lado daqueles que são perseguidos e solitários (REAGAN, 1980²⁷).

O discurso de crise, aliado a uma moralidade conservadora, levaram o candidato Ronald Reagan à vitória no dia 4 de Novembro de 1980, quando venceu em 44 dos 50 estados, obteve 489 dos votos de colégios eleitorais e 54% dos votos populares. Foi um verdadeiro *landslide*. É importante destacar que, para aqueles que votaram em 1980, os Estados Unidos estavam de fato enfrentando uma crise sem precedentes. A elite conservadora soube explorar esse momento histórico para fazer ascender seu projeto sob a voz de Ronald Reagan. Ainda em seu discurso final, Reagan deu um tom quase apocalíptico à conjuntura de crise: “Pela primeira vez em nossa memória, muitos americanos estão perguntando: a história ainda tem um lugar para os Estados Unidos, seu povo e seus ideais”? (REAGAN, 1980). A justificativa da austeridade e do incremento militar necessita de uma ameaça permanente ao mais básico direito do ser humano, o direito à vida.

A elite dos Estados Unidos, além da participação direta no processo político, historicamente organizou-se institucionalmente para influenciar os processos de tomada de decisão, através de *think tanks* e *lobbies*. Uma organização lobista que merece grande destaque na campanha presidencial de Ronald Reagan é a *Business Roundtable*, organização fundada em 1972 por líderes do setor empresarial que “viam a necessidade de uma organização na qual Chief Executive Officers (CEO’s) de empresas líderes

²⁷ Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Election Eve Adress “A Vision for America”. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/11.3.80.html>. Acesso em: Julho de 2016.

pudessem encontrar-se, estudar questões relevantes, tentar desenvolver um consenso, formular posições e advogar essas visões”²⁸. Em 1980, mais de 200 empresas eram representadas na *Business Roundtable*. Outra forma de organização datada dos anos 1970 representante do poder empresarial na política, são os Political Action Committees (PAC’s). Os PACs surgiram na década de 1970, quando a Suprema Corte decidiu que empresas não poderiam mais fazer doações diretas às campanhas, as doações se dariam através de indivíduos ou dos PACs. Dessa forma, a plataforma política que mobilizou Reagan e sua agenda: corte de impostos, desregulamentação dos negócios, diminuição do papel do Estado na economia, combate aos sindicatos, entre outros, não era alienígena ao eleitorado, pois as elites já haviam apresentado essa solução através de suas organizações e *think tanks*, difundido seus ideais ao grande público.

No dia 21 de Janeiro de 1981, deu-se a posse de Ronald Reagan como o 40º presidente dos Estados Unidos e o mais velho a tomar posse até então, faltando poucas semanas para completar 70 anos de idade. O novo governo tomou posse já com uma imagem positiva, pois naquele mesmo dia, uma operação bem sucedida resolveu o caso dos reféns norte-americanos no Irã. O discurso presidencial, especialmente no caso de Ronald Reagan, haja vista sua retórica notável, é uma importante fonte histórica para a análise política e econômica. Além de serem preparados por uma equipe de especialistas do alto escalão do governo, os discursos do presidente são representativos da elite e do projeto que o governo representa. Em seu discurso de posse²⁹, Ronald Reagan enfatizou a vocação democrática e libertadora dos Estados Unidos e fez referência às democracias aliadas. Quanto ao tratamento dos adversários, Reagan lembrou a preferência pela paz que guiaria seu governo. No entanto, o presidente recém-eleito afirmou que “nossa benevolência não deve ser mal interpretada, nossa relutância ao conflito não significa falta de disposição para agir. Quando a ação for necessária para preservar nossa segurança nacional, nós iremos agir” (REAGAN, 1981). Reagan ainda fez referência à divindade do destino dos Estados Unidos, país abençoado por Deus e governado por ele, e invocou os ideais patrióticos para diante da crise fazer os sacrifícios necessários para realizar a empreitada de reduzir os impostos e combater a inflação. Ainda delineando sua futura política econômica, Reagan enfatizou que “na presente crise, o governo não é

²⁸ Maiores informações podem ser encontradas em: www.businessroundtable.org/about/history. Acesso em: Julho de 2016.

²⁹ Ronald Reagan Presidential Library & Museum. *First Inaugural Address*. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/speeches/1981/12081a.htm>. Acesso em: Julho de 2016.

a solução para nossos problemas, o governo é o problema” (REAGAN, 1981), frase que viraria uma máxima da retórica neoliberal.

A composição do novo governo, em seus escalões mais altos, pode acrescentar muito na análise da distribuição de forças nos Estados Unidos no período, além de prover importantes pistas das bases sociais da elite que sustentava os projetos do governo Ronald Reagan. Representativo das elites ascendentes do pós-Segunda Guerra Mundial descrita por Mills foi a nomeação do Secretário de Estado. Reagan nomeou para o cargo o General Alexander Haig, que já havia liderado as tropas da OTAN na Europa, servido no governo Nixon e trabalhado como CEO da United Technologies Corporation, empresa especializada em equipamentos militares. Reagan queria reverter a influência do arquiteto da *deténte* Henry Kissinger no Departamento de Estado, e iniciar uma forma de *hard diplomacy* com essa nomeação. Para Secretário de Defesa, Reagan nomeou Caspar Willard Weinberger, diretor da Bechtel Power Corporation, gigantesca empreiteira americana, também ligada ao complexo industrial-militar. Weinberger possuía muita experiência com orçamento, pois já havia trabalhado com Reagan no governo da Califórnia. Para a Defesa, os planos de Reagan eram uma expansão sem precedentes dos gastos, aparentemente contraditório com o discurso e as propostas para as outras áreas do governo. Para Secretário de Tesouro, o quadro indicado por Reagan veio de Wall Street. Donald Regan era CEO da Merrill Lynch Corporation, importante banco de investimento financeiro. Outros nomes de destaque no governo foram William Casey para Diretor da Central Intelligence Agency (CIA), James Baker para Chief of Staff e Raymon J. Donovan, vice-presidente de uma grande construtora, para Secretário de Trabalho³⁰. Por fim, “Economic Policy Advisory Board”, nomes como Milton Friedman³¹ e George Shultz³² foram contemplados.

2.2.2- A nova estratégia: configuração inicial.

Os dois primeiros anos do governo Reagan foram dedicados ao seu plano econômico. Até 1983, não se viram muitos resultados. No entanto, uma série de eventos e viradas estratégicas faria o ano de 1983 ganhar destaque como “turning point” da

³⁰Ronald Reagan Presidential Library & Museum. *Nominations*. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.archives.gov/archives/speeches/1981/12381a.htm>. Acesso em: Agosto de 2015.

³¹Nobel em Economia em 1976 foi um dos predecessores dos “Chicago Boys”, geração conhecida por desafiar a teoria keynesiana e defender políticas de livre-mercado.

³²CEO da Bechtel Corporation viria a substituir Alexander Haig em 1982 como Secretário de Estado do governo Reagan.

estratégia Reagan e do cenário internacional como um todo. Para Reagan, o ataque à inflação seria feito com um progressivo corte de impostos e de gastos públicos. O corte de impostos, de caráter expansionista, normalmente é visto como uma medida inflacionária. No entanto, a equipe de Reagan acreditava que se o gigante industrial que estava adormecido acordasse e o incentivo ao investimento retornasse era possível reverter a *estagflação*. Logo no primeiro dia de seu mandato, Reagan assinou uma ordem de “congelamento” de contratações de servidores públicos no governo executivo. No dia 29 de janeiro, o presidente revogou a Ordem Executiva nº 12092³³ de controle de salários e estabilidade de preços. No dia 5 de fevereiro, o presidente Reagan proferiu um discurso televisionado³⁴ sobre a economia, onde afirmava que o país estava em sua pior situação econômica desde a crise de 1929. Reagan conclamou a nação para que se juntasse a ele em uma empreitada rigorosa para combater os altos impostos, gastos públicos e inflação. Já no dia 18 de fevereiro, Reagan enviou ao congresso seu programa para a recuperação econômica³⁵ que se constituía de quatro eixos principais: 1) Um plano de orçamento para o corte de gastos públicos; 2) Propostas para reduzir o imposto de renda para uma alíquota de 10% ao ano; 3) Um programa de desregulamentação dos contratos; 4) Uma proposta de política monetária junto ao FED de redução da oferta monetária para combater a inflação. Esses quatro programas teriam que contar com amplo apoio do congresso e da população já que iriam afetar imediatamente a vida de milhões de pessoas dependentes dos gastos públicos.

As políticas recessivas provocam forte oposição da sociedade no curto prazo. Ironicamente, uma tragédia assegurou, pelo menos por algum tempo, a popularidade do novo presidente. No dia 30 de Março de 1981, um jovem de Oklahoma chamado John Hinckley tentou assassinar o presidente quando este saía do Washington Hilton Hotel após proferir um discurso. O presidente sofreu um tiro no seu ombro esquerdo e foi encaminhado para o hospital. John Hinckley³⁶ foi inocentado por alegação de insanidade e foi recluso em instituição psiquiátrica. O presidente Reagan saiu do

³³ Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Termination of Wage and Price Regulatory Program. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.archives.gov/archives/speeches/1981/12981c.htm>. Acesso em: Agosto de 2015.

³⁴ Ronald Reagan Presidential Library & Museum. *Address to the Nation on the Economy*. Disponível em: <https://reaganlibrary.gov/speeches/major-speeches-1964-1989/29-archives/speeches/1981/132-20581c>. Acesso em: Agosto de 2015.

³⁵ The American Presidency Project. *White House Report for Economic Recovery*. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=43427>. Acesso em: Julho de 2016.

³⁶ Hickley era obcecado pela atriz norte-americana Judie Foster e, segundo ele, havia tentado assassinar o presidente em uma tentativa de impressioná-la.

hospital no dia 11 de Abril do mesmo ano sem sequelas. A tentativa de assassinato do presidente resultou em um aumento de sua popularidade para 73% em pleno cenário de corte gastos e recessão econômica. O primeiro discurso do presidente após a sua hospitalização foi proferido no dia 28 de Abril em uma sessão conjunta do Congresso Nacional e constituiu-se em uma tentativa persuasiva para o Congresso aprovar seu pacote de recuperação econômica com urgência.

Mesmo com a popularidade em alta e sendo um líder carismático, Reagan não ficou isento de forte oposição devido ao seu tratamento em relação às políticas socioeconômicas. No dia 3 de Agosto de 1981, em meio a uma greve dos controladores de voo, Reagan argumentou que greves no setor público eram ilegais de acordo com a lei estadunidense. Reagan já havia sido sindicalista, mas argumentou que era a favor de greves no setor privado. No entanto, tais movimentos no setor público feriam o bem estar e o interesse nacional. Reagan encerrou as negociações com o sindicato e em um ultimato anunciou que se a categoria não retornasse ao trabalho em 48 horas ele iria demitir todos os grevistas. Ronald Reagan já havia se preparado para a possibilidade de não se chegar a um acordo com os sindicatos e havia treinado substitutos secretamente. Vencido o prazo sem acordo, Reagan demitiu 11.359 grevistas e proibiu a readmissão dos mesmos no serviço público³⁷. Tal fato constituiu-se na maior derrota sindical nos Estados Unidos em sessenta anos.

No dia 13 de agosto do mesmo ano, Ronald Reagan assinou o “Economic Tax act” e o “Omnibus Budget Reconciliation Act”. Tais documentos prometiam um corte de gastos governamentais de \$130 bilhões nos três anos subsequentes e uma redução de impostos de \$750 bilhões em cinco anos. No dia 24 de setembro, o presidente proferiu um discurso³⁸ no qual anunciou a aprovação do congresso desses documentos e ratificou que seu governo havia atacado a crise econômica reduzindo os gastos governamentais, cortando os impostos, desregulamentando os contratos e reduzindo a oferta monetária através do FED. Nesse sentido, Reagan pediu paciência aos cidadãos estadunidenses já que tais programas demorariam a fazer efeito.

³⁷ O Globo. *Nos EUA, greve de controladores foi derrotada por Reagan*, 31/03/2007. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/no-eua-greve-de-controladores-foi-derrotada-por-reagan-4205186>. Acesso em: 25 de Julho de 2015.

³⁸ Ronald Reagan Presidential Library & Museum. *Address to the Nation on the Economy*. Disponível em: <https://reaganlibrary.gov/sspeeches/major-speeches-1964-1989/29-archives/speeches/1981/132-20581c>. Acesso em: Agosto de 2015.

As políticas recessivas de Reagan surtiram efeito já nos dois primeiros anos de seu mandato. Ao fim de 1982, essas transpareciam nos índices e estatísticas. No dia 13 de outubro³⁹, o presidente foi à televisão defender seu programa de recuperação econômica frente à oposição que se articulava devido às altas taxas de desemprego divulgadas naquele ano. Ronald Reagan admitiu que a “nuvem negra” do desemprego atingia a vida de 11 milhões de estadunidenses. No entanto, para Reagan, as raízes do desemprego estariam nos gastos excessivos do governo federal e nas altas taxas de juros e inflação. Reagan, portanto, defendeu a ideia de que a crise vivida naquele momento era o resultado de décadas de erros. Para o presidente, os governos passados haviam remediado as taxas de desemprego com aumento de gastos e impostos, mas não atacado as raízes do problema, que Reagan defendeu ser a tendência inflacionária. Para Reagan, essa tendência inflacionária era o resultado de um déficit fiscal acumulado ao longo de uma geração. A oferta excessiva de moeda e os empréstimos feitos pelo governo elevavam a inflação e as taxas de juros longas. Essa era a causa do desemprego para Reagan. Para ele:

A maior responsabilidade de um presidente é a de proteger o povo de seus inimigos, domésticos e externos. No plano doméstico o maior inimigo a ser enfrentado é econômico- a assustadora erosão do “american way of life ” e do sonho americano que resultou na atual estagnação econômica e desemprego” (REAGAN, 1982).

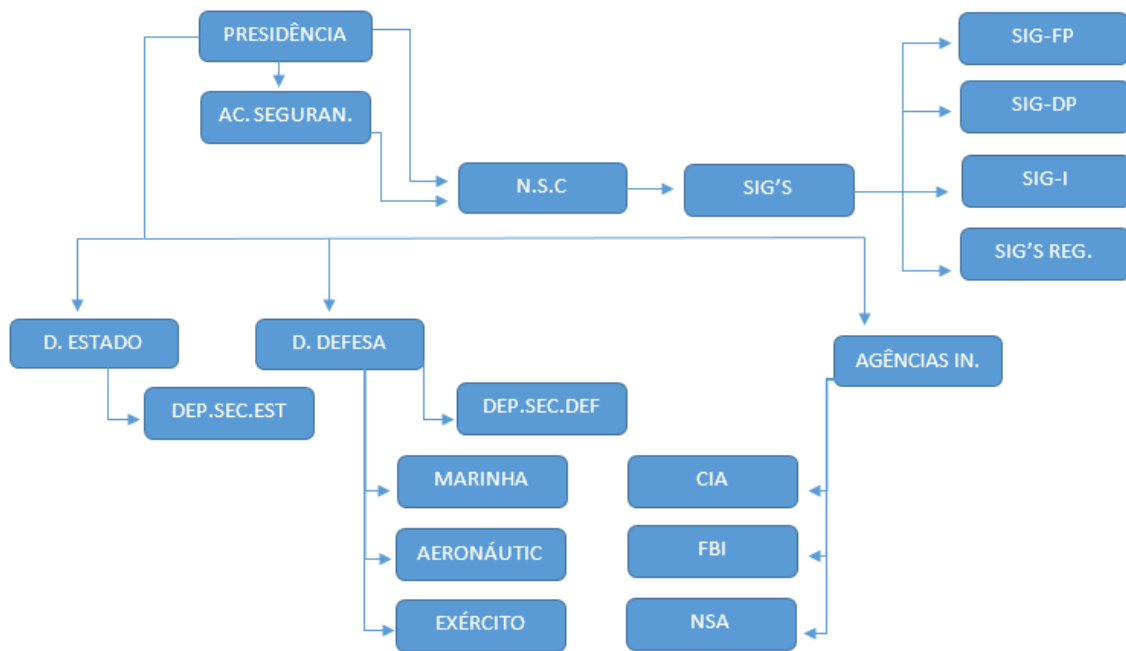
O presidente pediu paciência aos americanos quanto aos resultados de suas políticas. Reagan argumentou que do mesmo modo que a inflação e os juros levaram ao desemprego, a atual política de diminuição da inflação e dos juros iria resultar em aumento do emprego. A prova da recuperação econômica estadunidense, para Reagan, estaria no crescente número de investimentos nos mercados financeiros e nos títulos da dívida pública estadunidense. Reagan ainda utilizou-se do discurso para pressionar o Congresso para aprovar seus pacotes econômicos, que impunha resistência, principalmente no que se referia a cortes orçamentários. De fato, a inflação havia começado a ceder, passando de um aumento de 13,5 % em 1980 para 10,4% em 1981 e 6,2% em 1982. No entanto, a recessão econômica em termos gerais havia se agravado no início do mandato de Reagan. O desemprego havia saltado de 7.2% em 1980 para

³⁹ Ronald Reagan Presidential Library & Museum. *Address to the Nation on the Economy*. Disponível em: <https://reaganlibrary.gov/sspeeches/major-speeches-1964-1989/30-archives/speeches/1982/1728-101382d>. Acesso em: Agosto de 2015.

9.7% em 1982. O PIB real apresentou uma queda de 1,9% naquele mesmo ano. Somente em 1983 a tríade inflação-emprego e crescimento se apresentou de maneira favorável, revelando impressionante sucesso econômico do governo.

A política externa e sua articulação com a política de defesa do governo permaneceram relativamente tímidas nos dois primeiros anos de mandato. No entanto, sabe-se que os holofotes da diplomacia presidencial são sempre utilizados para contrabalançar uma conjuntura doméstica desfavorável e Reagan e sua equipe utilizavam-se dessa estratégia em meio à crise econômica. A estrutura de comando da política de defesa dos Estados Unidos permaneceu praticamente inalterada desde 1947, quando foi instituído o National Security Council (NSC) através do “National Security Act”. O NSC reúne-se periodicamente para deliberar sobre a conjuntura e a estratégia de defesa. Oficialmente, o NSC é presidido pelo presidente dos Estados Unidos, mas o mesmo pode indicar alguém para presidir as reuniões, no caso de Reagan, o “National Security Advisor”, por muitas vezes, cumpriu esse papel. O NSC é composto pelo comando das forças militares e de inteligência, além de contar com a participação do corpo diplomático, representado pelo Secretário de Estado e o Subsecretário de Estado (Deputy Secretary of State). Essa interação tripartite, entre as agências de inteligência “independentes”, o corpo diplomático, e os líderes civis e militares da defesa nacional, compõe o órgão, que é o principal formulador da estratégia de defesa nacional. O NSC, nos anos de Reagan, compunha documentos oficiais chamados National Security Decision Directives (NSDD’s), assinados pelo presidente, para traçar as diretrizes de segurança nacional a serem implementadas. Liberadas ao público, paulatinamente, a partir dos anos 2000, pelo NSC, as 325 NSDD’s dos mandatos de Reagan, permitem fazer uma análise minuciosa da política de defesa do presidente.

Figura 1: Formulação e implementação da política de defesa nos anos de Reagan (estrutura de comando hierárquico)



Fonte: Elaboração Própria⁴⁰.

O NSDD °2⁴¹ instituiu a estrutura de funcionamento do NSC para os governos de Reagan. O documento atribuiu a função de coordenar o NSC e suas reuniões para o assessor de segurança nacional de Reagan (National Security Advisor). Além disso, esse documento explicitou as responsabilidades do Secretário de Estado, do Secretário de Defesa e do Diretor da CIA para com o NSC. O NSDD°2 criou os Senior Interagency Group's (SIG's). Os quatro SIG's, de política externa, defesa, inteligência, e o de assuntos regionais, seriam grupos formados pelo alto escalão das diferentes agências para diagnosticar e normatizar sobre os temas de sua respectiva responsabilidade e levá-las ao NSC. Segundo o NSDD°2 o SIG de assuntos regionais, seria responsável por diagnosticar crises potenciais e formular planos de contingência para saná-las em qualquer parte do mundo.

Constituída sua formação e funcionamento, o NSC atuaria incansavelmente durante o período Reagan (1981-1989). No dia 1 de Outubro de 1981, o NSC elaborou o NSDD °12⁴², chamado de "Strategic Forces Modernization Program". A diretriz seria

⁴⁰ Com base no documento NSDD°2.

⁴¹ National Security Council. *National Security Council Structure*. NSDD°2. 12 de Janeiro de 1982. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDs/NSDD2.pdf>. Acesso em: Setembro de 2015.

⁴² National Security Council. *Strategic Forces Modernization Program*. NSDD°12. 1 de Outubro de 1982. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em:

um guia de longo prazo para a modernização das forças estratégicas e convencionais dos Estados Unidos. O objetivo do programa, segundo o NSDD°12, era de “retomar” a balança de poder estratégica com a URSS e alcançar uma capacidade de dissuasão mais segura e estável. Além disso, como resultado, os incentivos para a URSS negociar programas de redução de armas estratégicas genuínos iriam aumentar. O programa constituía-se de cinco eixos principais: 1) tornar mais resistente os sistemas de comando estratégico e comunicação, para mantê-los funcionando, mesmo após um ataque nuclear; 2) modernizar a força bombardeadora estratégica com a adição de dois novos tipos de bombardeadores; 3) aumentar a capacidade destrutiva e a precisão dos mísseis balísticos lançados dos submarinos (SLBM) e a adição de mísseis de cruzeiro baseados no mar (SLCM); 4) o melhoramento das defesas estratégicas; 5) a entrega de um novo, maior e mais preciso míssil balístico baseado em terra. O documento destacou como o item mais importante do programa o primeiro, que possibilitava um sistema de comunicação e comando para as forças estratégicas antes, durante e após um ataque soviético, sistema que não existia ainda. O “Strategic Forces Modernization Program” detalhou ainda o prazo e as características para a execução dos itens 2,3 e 5. Quanto ao item 4, o NSDD° 12, comandou a implementação de um programa extenso de pesquisa e desenvolvimento de um programa de defesa contra mísseis balísticos.

Em julho de 1981, o NSC elaborou a diretriz NSDD °6⁴³, com base nas pesquisas dos SIG’s, delineando a política dos Estados Unidos sobre redução de armas estratégicas (nucleares). O NSDD ° 6 estabeleceu como prioridades para os Estados Unidos oito diretrizes no que tange a essa questão: 1) Encarar a questão da proliferação nuclear como política de segurança e prioridade na política externa estadunidense; 2) Reduzir a motivação dos países para adquirir armamentos nucleares; 3) Continuar a apoiar o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares e o Tratado de Tlatelolco⁴⁴, para que os países não signatários se tornem signatários; 4) Perceber a violação dos

<https://reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDs/NSDD12.pdf>. Acesso em: Setembro de 2015

⁴³ National Security Council. *United States Non-Proliferation and Peaceful Nuclear Cooperation Policy*. NSDD°6. 16 de Julho de 1981.. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDs/NSDD12.pdf>. Acesso em: Setembro de 2015.

⁴⁴ O Tratado de Tlatelolco foi assinado em 1967 por todos os países da América Latina e do Caribe com a exceção de Cuba. Nele os países signatários comprometiam-se a não desenvolver, testar ou possuir quaisquer armamentos nucleares. Já o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares foi assinado em 1968 e entrou em vigor em 1970. Esse tratado tinha como objetivo o não desenvolvimento de armas nucleares por países que não possuíssem tal tecnologia, proibindo os países detentores de armamentos nucleares de transferir essas tecnologias e limitando a quantidade de armamento dos mesmos.

tratados acima mencionados como grave insulto a ordem internacional e as relações bilaterais dos Estados Unidos e perceber uma explosão nuclear por parte de um país não-nuclear como assunto gravíssimo; 5) Apoiar a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para fortalecer o regime internacional de segurança nuclear⁴⁵; 6) Agir em conjunto com países parceiros para perseguir os objetivos anteriormente mencionados; 7) Envidar esforços para manter a imagem dos Estados Unidos como Estado-nuclear responsável; 8) Manter uma ampla documentação de inteligência no que concerne à questão nuclear. Além dessas diretrizes, o NSDD 96 enumera uma lista de responsabilidades para a Secretaria de Estado e de Defesa, para que tais objetivos fossem atingidos. Por fim, o documento não aborda a questão de redução de armas estratégicas por parte dos Estados Unidos.

No dia 18 de Novembro do mesmo ano, Reagan proferiu um discurso para a imprensa⁴⁶ abordando a questão de redução das armas estratégicas. O presidente afirmou que no fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos estavam no ápice de seu poder militar, mas, em vez de escolher a “dominação mundial”, optaram por reconstruir os países do mundo, incluindo aqueles que haviam sido inimigos na Segunda Guerra Mundial. Reagan disse que era naquele espírito que os Estados Unidos iriam entrar nas negociações de paz que começariam em Genebra, na Suíça, no dia 30 de Novembro daquele ano. Reagan enfatizou que os Estados Unidos e seus aliados, através da OTAN haviam atuado através da dissuasão, diálogo e na manutenção da balança de poder. No entanto, para Reagan, a atual política de fortalecimento da URSS ameaçava a eficiência da OTAN. Enquanto os Estados Unidos haviam reduzido suas forças militares e cortado gastos na última década, a URSS havia aumentado suas tropas convencionais e armas estratégicas, fortalecido seu tradicional poder terrestre, e avançado muito em seu poder marítimo. Reagan ressaltou que seu governo já havia tomado medidas para contrabalançar o avanço soviético na tríade aérea, marítima e terrestre para retomar o “balanço” de que dependia a segurança dos Estados Unidos. Para Reagan, a questão chave daquele momento era uma suposta “ameaça” que pairava

⁴⁵ A AIEA foi um aparato institucional proposto pelo presidente dos Estados Unidos Dwight Eisenhower e criado dentro do âmbito da ONU em 1969. A agência tem como objetivo fiscalizar a utilização pacífica da tecnologia militar além de monitorar o cumprimento de tratados na área.

⁴⁶ Ronald Reagan Presidential Library & Museum. *Remarks to Members of the National Press Club on Arms Reduction and Nuclear Weapons*. Disponível em: <https://reaganlibrary.gov/speeches/major-speeches-1964-1989/29-archives/speeches/1981/758-111881a>. Acesso em: Setembro de 2015.

sobre a Europa Ocidental. A URSS possuía três tipos de mísseis de alcance intermediário, o SS-20, o SS-4 e o SS-5, todos com a capacidade de atingir a Europa Ocidental. Para o presidente, a única resposta a tal situação era o desenvolvimento de uma força dissuasiva, e era nesse sentido que a OTAN havia decidido, em 1979, desenvolver o Pershing II, míssil de alcance intermediário para responder à ameaça soviética. Reagan afirmou que havia proposto ao líder da URSS Brejnev, em uma carta, uma proposta “simples e direta”, como objetivo a ser atingido para as negociações em Genebra. Reagan anunciou ao público que os Estados Unidos iriam para as negociações na Suíça com a proposta de abrir mão de desenvolver o Pershing II e outros mísseis baseados em terra de cruzeiro se a URSS se comprometesse em dismantelar seu arsenal dos SS-20, SS-4 e SS-5, reduzindo assim, mutuamente, as armas nucleares de alcance intermediário. Para simbolizar a iniciativa, Reagan afirmou que chamariam as negociações de START (Strategic Arms Reduction Talks). A proposta anunciada por Reagan estava respaldada no documento NSDD °15⁴⁷, elaborado pelo NSC, no dia 12 de Novembro, para indicar qual seria o posicionamento dos Estados Unidos nas negociações na Suíça. Reagan ressaltou ainda, nesse discurso, que o resultado dependia da boa-fé soviética, já que os Estados Unidos não iriam reduzir armas unilateralmente.

Ao longo dos governos de Ronald Reagan, os NSDD's, versaram sobre os mais diferentes temas, desde economia e meio ambiente à situação política da maior parte dos países do mundo. Alternaram-se documentos importantes sobre a estratégia para lidar com a URSS, uns atribuídos às negociações de redução de armas estratégicas, e outros diagnosticando os avanços soviéticos e delineando a estratégia de resposta por parte dos Estados Unidos. Destacam-se, entre essas diretrizes, aquelas que ancoraram a política de defesa dos Estados Unidos. Entre esses documentos, ressalta-se a importância do NSDD° 32 e do NSDD° 119⁴⁸ que representam os pilares da estratégia mais geral de defesa dos Estados Unidos.

O NSDD°32, elaborado pelo NSC no dia 20 de Maio de 1982, é intitulado “U.S National Security Strategy”, e versa sobre os pilares mais gerais da estratégia de defesa

⁴⁷ National Security Council. *Theater Nuclear Forces (Intermediate-Range Nuclear Forces)*. NSDD°15. 16 de Novembro de 2016. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDs/NSDD15.pdf>. Acesso em: Setembro de 2015.

⁴⁸ National Security Council. *The Strategic Defense Initiative*. NSDD°119. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDs/NSDD119.pdf>. Acesso em: Agosto de 2015.

a ser implementada pelo governo de Ronald Reagan. O documento de oito páginas, em seu preâmbulo, diz “nossa estratégia de segurança nacional requer o desenvolvimento e a integração de uma gama de estratégias, incluindo diplomática, de inteligência, econômica, política e militar”⁴⁹. A diretriz delibera que a estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos seria guiada por onze “objetivos globais”: 1) a dissuasão de um ataque militar da URSS e seus aliados contra os Estados Unidos, seus aliados, e outros países importantes, e derrotar tal ataque caso a dissuasão venha a falhar; 2) fortalecer a influência dos Estados Unidos no mundo através da formação de alianças de interesse dos Estados Unidos, através da atuação diplomática, política, econômica e de inteligência; 3) conter e reverter a expansão do controle soviético e sua presença militar no mundo e aumentar o custo do subsídio soviético a forças terroristas e subversivas; 4) neutralizar os esforços da URSS em aumentar sua influência através de seu uso da diplomacia, transferência de armamentos, pressão econômica, ação política, propaganda e desinformação; 5) apoiar, se possível em consonância com nossos aliados, o embargo a gastos militares soviéticos, desencorajar a expansão soviética, enfraquecer o sistema de alianças soviéticas fazendo a URSS arcar com os custos de suas ações econômicas e encorajar tendências nacionalistas e liberalizantes na URSS e seus países aliados; 6) limitar a capacidade militar Soviética fortalecendo a capacidade militar dos Estados Unidos, buscando acordos de controle de armamentos verificáveis e igualitários e prevenindo o fluxo de tecnologias militares e recursos para a URSS; 7) Assegurar o acesso dos Estados Unidos a mercados estrangeiros e dos Estados Unidos e de seus aliados a recursos minerais e energéticos estrangeiros; 8) Assegurar o acesso dos Estados Unidos ao espaço e aos oceanos; 9) Desencorajar a futura proliferação de armamentos nucleares; 10) Encorajar programas de comércio e investimento que fortaleça e promova desenvolvimento econômico e o fortalecimento da ordem política e econômica no terceiro mundo; 11) Promover um sistema econômico internacional de bom funcionamento com mínimas distorções para o comércio, com um mecanismo de resolução de controversas eficiente.

O mesmo documento NSDD ° 32 delibera ainda, a respeito das ameaças à segurança nacional estadunidense; o papel a ser desempenhado por aliados e outros; os

⁴⁹ National Security Council. *US National Security Strategy*. NSDD°32. 20 de Maio de 2016. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDS/NSDD32.pdf>. Acesso em: Setembro de 2015.

objetivos estratégicos regionais; as forças nucleares; as forças de propósito geral; a assistência de segurança e a integração das forças. Sobre as ameaças à segurança nacional, o NSDD°32 afirma que a ameaça chave para a segurança dos Estados Unidos na década de 1980 continuará a ser representada pela URSS e seus aliados e clientes mesmo com as crescentes pressões sobre a economia Soviética e as crescentes vulnerabilidades de seu império, as forças militares soviéticas continuarão a se expandir e se modernizar. Para o NSDD°32, um confronto direto com a URSS era improvável. No entanto, havia a possibilidade de um conflito com um Estado cliente da URSS por conta de tensões regionais e, em um conflito com um Estado cliente da URSS, a chance de um confronto direto continuava. A diretriz afirma que o “papel a ser desempenhado por aliados e outros” era o de fornecer recursos indispensáveis, devido ao crescente fortalecimento da capacidade militar soviética, e destaca o papel fundamental a ser desempenhado por recursos advindos do Terceiro Mundo. O NSDD° 32 reitera, no entanto, que os Estados Unidos permaneceriam como o poder militar chave para combater a URSS. O documento destaca, ainda, que uma maior autonomia militar japonesa e sul-coreana deveria ser encorajada. Quanto aos “objetivos militares regionais” o documento destaca que um conflito com a URSS poderia se expandir para diversos “teatros” regionais e em tempos de guerra a prioridade seria dada a América do Norte, posteriormente a OTAN, seguido de garantir o acesso ao petróleo no Sudoeste Asiático, depois proteger os aliados no pacífico e, por último, a defesa de outras nações amigas da América Latina e da África.

2.2.3- 1983: o *turning point*

Conforme o mundo aproximava-se de 1984, imaginado por George Orwell, em sua célebre obra literária, muito embora alguns de seus aspectos viessem a reforçar a profecia do gênio, o desfecho dos eventos e as mudanças tecnológicas e culturais aproximavam-se mais de um “admirável mundo novo”, conforme será aprofundado no decorrer do presente trabalho. Se inclinarmos a ampulheta da história em uma espécie de corte sincrônico, no ano de 1983, apresenta-se uma conjuntura decisiva para a implementação da estratégia das elites estadunidenses. É nesse ano que se anuncia o SDI, discutido com maiores detalhes no próximo tópico. Além disso, o milagre da “reagonomics” começa a transparecer nas estatísticas e a política de defesa dos Estados Unidos é delineada e posta em prática com sucesso.

O ano de 1983 foi chave na estratégia de política de defesa de Ronald Reagan. Documento indispensável para o entendimento da estratégia das elites e da vitória estadunidense na Guerra Fria, o “NSDD 75- U.S Relations with the USSR”⁵⁰ foi elaborado no dia 17 de Janeiro de 1983. O documento aponta uma estratégia tripartite para desestabilizar a URSS. O primeiro objetivo foi o de conter e reverter o imperialismo soviético, através de uma competição sistemática e eficiente em todos os palcos internacionais, particularmente na paridade militar e nas áreas geográficas prioritárias para os Estados Unidos. O segundo objetivo tratava de promover políticas para a mudança interna na URSS, através da desestabilização da elite regente, patrocinando a instituição de um regime econômico e político mais pluralista. Finalmente, o documento propunha manter negociações com a URSS para proteger e promover os interesses dos Estados Unidos. O documento era ainda dedicado à estratégia ideológica e propunha a máxima divulgação da superioridade dos valores do livre-mercado, livre-imprensa e da democracia política comparado com a repressão soviética. Entre as oito medidas concretas deliberadas pelo NSDD 75 estão: o crescimento de longo prazo da capacidade de gastos em defesa dos Estados Unidos, tanto com as capacidades nucleares como convencionais; a articulação do hemisfério Ocidental em direcionar uma política coerente em relação à URSS, assim como pressionar os aliados a gastarem mais com defesa; a manutenção de uma relação estratégica com a China; a oposição à ocupação soviética no Afeganistão; bloquear a expansão da influência soviética no leste-asiático e no Oriente Médio; incentivar a emancipação da Polônia.

No dia 1 de Setembro daquele ano, jatos interceptadores soviéticos derrubaram um avião civil sul-coreano. As 269 pessoas a bordo do voo KAL 007, incluindo passageiros e tripulantes, morreram. No dia 5 daquele mês, o presidente Reagan pronunciou um discurso⁵¹ televisionado sobre o incidente. Reagan ressaltou sua indignação com o que chamou de “massacre”, para ele “completamente sem nenhuma justificativa moral ou legal” (REAGAN, 1983). Reagan falou das diversas evidências que, para ele, apontavam prova irrefutável da barbárie soviética, destacando que os

⁵⁰ National Security Council. *U.S Relations with the USSR*. NSDD° 75. 17 de Janeiro de 1983. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDS/NSDD75.pdf>. Acesso em: Setembro de 2015.

⁵¹ Ronald Reagan Presidential Library & Museum. *Address to the Nation on the Soviet Attack on a Korean Airliner (KAL 007)*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dppdtCLvKts>. Acesso em: Agosto de 2015.

soviéticos sabiam que o avião era civil e mesmo assim o derrubaram. O presidente fez ainda duras críticas ao regime soviético e sua atuação internacional, afirmando que a URSS era a maior ameaça à paz mundial. Reagan disse ainda que os Estados Unidos e seus aliados estavam empenhados em buscar justiça e reparação para as famílias das vítimas. O presidente anunciou que acordos bilaterais com a URSS haviam sido suspensos. No entanto, as negociações para redução de mísseis de alcance intermediário, que iriam recomeçar em Outubro, estavam mantidas, devido a sua importância para a paz. O NSC elaborou no mesmo dia do discurso do presidente Reagan, o NSDD°102⁵², intitulado “Resposta dos Estados Unidos à destruição do avião coreano”. Segundo o documento, o ocorrido reafirmava a relutância soviética em agir de modo civilizado e, portanto, ratificava a decisão estadunidense de lidar com a URSS com força e realismo. O NSDD°102 deliberou sobre os passos necessários para reparar as famílias, realizar uma investigação minuciosa do ocorrido e promover os esforços necessários para que a URSS não voltasse a atacar aviões civis. A diretriz anunciou ainda que a derrubada do avião coreano representava uma oportunidade para piorar a imagem internacional da URSS, destacando as diferenças entre sua retórica e ações. Além disso, o documento enfatizou que um dos objetivos da resposta estadunidense ao ocorrido era atuar com os aliados para que não se mostrasse intimidação com a ofensiva soviética, que segundo o NSDD°102, era o objetivo dos soviéticos ao derrubar o avião. Entre as deliberações do documento estava a de anunciar a suspensão da renovação do tratado sobre transportes com a URSS e iniciar um grande debate doméstico e diplomático sobre a ação soviética, ações tomadas por Reagan no discurso supracitado já no mesmo dia.

No dia 25 outubro do mesmo ano, os Estados Unidos invadiram Granada, ex-colônia britânica no Caribe. Desde março de 1979, Maurice Bishop, líder alinhado com Cuba e a URSS, governava o país. Em outubro de 1983, Bishop foi morto e deposto por uma facção de dentro do governo. No que ficou conhecido como “Operação Fúria Urgente”, Reagan anunciou a invasão. As tropas estadunidenses sofreram pouca resistência, pois o governo de Granada contava apenas com 1.500 soldados e algumas centenas de combatentes cubanos, enquanto os Estados Unidos contavam com mais de

⁵² National Security Council. U.S. *Response to Soviet Destruction of KAL Airliner*. NSDD°102. 5 de Setembro de 1983. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDS/NSDD102.pdf>. Acesso em: Agosto de 2015.

sete mil soldados. As tropas dos Estados Unidos permaneceram em Granada até a posse do primeiro-ministro Herbert Blaize, eleito em dezembro de 1984⁵³. O NSDD° 110⁵⁴, do dia 21 de outubro, não completamente desclassificado até a presente data, delibera sobre as ações que deveriam ser tomadas para responder a situação política em Granada. Segundo o documento, estudantes americanos encontravam-se na ilha e o regime que tomou posse iria aprofundar a influência cubana e soviética no Mar do Caribe. A diretriz ordena que forças anfíbias dos *marines* e forças aéreas deveriam se aproximar do local para minimizar a chance de resposta militar por parte do inimigo. Além disso, a diretriz atribuiu ao Diretor da CIA e ao Secretário de Estado a responsabilidade de atuar no sentido de organizar uma força multinacional para restaurar a ordem no país.

No dia 27 de outubro, Reagan discursou na televisão para prestar esclarecimentos sobre a atuação dos militares estadunidenses no Líbano e em Granada⁵⁵. Cerca de uma semana antes, um homem-bomba havia matado cerca de 200 *marines* estadunidenses no Líbano. Reagan, então, esclareceu para os cidadãos dos Estados Unidos sua política para o país e a região do Oriente Médio para justificar a presença dos Estados Unidos no local. O presidente afirmou que a paz e a estabilidade no Oriente Médio eram vitais para a vida política e econômica do Ocidente. O presidente ressaltou a importância estratégica dos recursos energéticos e do Canal de Suez, assim como o bem-estar dos quase 200 milhões de pessoas que habitavam a região. Reagan destacou que Israel era um aliado chave dos Estados Unidos e uma potência militar que seria indispensável caso alguém tentasse controlar a região. O presidente falou ainda que a Síria, com seus planos de ocupar o Líbano e apoio soviético, era uma ameaça à segurança dos Estados Unidos. Segundo Reagan, havia milhares de conselheiros militares soviéticos na Síria, e mísseis de base terrestre SS-21 que poderiam ameaçar Israel. O presidente Ronald Reagan enfatizou que a força multinacional havia feito um enorme progresso no Líbano, ajudando a instalar e cooperando com um governo legítimo, liderado pelo presidente Gemayal e que o país já

⁵³ O Globo. *Outubro de 1983: EUA invadem Granada*. 9 de Setembro de 2013. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/outubro-de-1983-eua-invadem-granada-9888350>. Acesso em: Agosto de 2015.

⁵⁴ National Security Council. Granada: *Contingency Planning*. NSDD°110. 21 de Outubro de 1983. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDS/NSDD110.pdf>. Acesso em: Agosto de 2015.

⁵⁵ Ronald Reagan Presidential Library & Museum. *Address to the Nation on Lebanon and Grenada*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wFLGDxnRH-Q>. Acesso em: Agosto de 2015.

possuía um bom exército nacional. Para Reagan, o fato dos terroristas atacarem só significava que a força multinacional estava fazendo um bom trabalho. Reagan afirmou que, se os Estados Unidos abandonassem o país naquele momento, isso passaria a mensagem errada aos terroristas e todos os inimigos da liberdade. Para o presidente, o país deveria arcar com suas responsabilidades. O NSDD° 117⁵⁶, elaborado pelo NSC no dia 1 de dezembro daquele ano ordenou que se tomassem medidas de proteção à missão multinacional no Líbano, autorizando ataques a áreas não altamente populosas, contra alvos suspeitos. O mesmo documento deliberou que o governo do Líbano deveria tomar uma postura de segurança mais agressiva para proteger a missão de ataques de radicais libaneses ou estrangeiros.

No mesmo discurso, Reagan falou sobre a situação em Granada. O presidente disse que o país havia se tornado uma colônia de Cuba e da URSS e que o novo governo, que tomou posse no *coup d'état* de outubro, era ainda mais radical e perigoso que aquele de Maurice Bishop. Reagan enfatizou ainda que havia cerca de mil cidadãos estadunidenses na ilha, 800 dos quais eram estudantes de Medicina. O presidente falou que a invasão a Granada ocorreu devido à preocupação com a vida desses cidadãos e respaldando um pedido de ajuda da Organização dos Estados do Caribe Ocidental (OECS) que, segundo o presidente, pediram uma interferência dos Estados Unidos legitimamente. Segundo Reagan, esses fatos haviam ditado sua decisão em ocupar Granada. Reagan lembrou o incidente dos reféns estadunidenses no Irã, e disse que a ocupação também era necessária para que “aquele pesadelo jamais se repita”. O presidente destacou ainda o sucesso da operação, que revelou intenso apoio soviético e cubano para o novo governo. Segundo o presidente, mais de 600 cubanos haviam sido capturados na invasão de Granada e uma base com armas e equipamentos completa havia sido encontrada. Reagan disse, ainda, que os eventos no Líbano e em Granada estavam intimamente relacionados, ambos eram o resultado da atuação soviética que, segundo ele, haviam encorajado e apoiado a violência na região.

Visto o processo político-eleitoral que levou a ascensão da elite neoconservadora sob a candidatura de Reagan e a configuração dos principais quadros do governo e a posse do mesmo, analisou-se o início de seu mandato. Nos anos de 1981 e 1982, o

⁵⁶ National Security Council. *Lebanon*. NSDD°117. 1 de Dezembro de 1983. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDD%20NSDD117.pdf>. Acesso em: Agosto de 2015.

governo Reagan delineou sua política econômica através de corte nos impostos e corte nos gastos governamentais, aprofundando a recessão no curto prazo e entrando em confronto com vários setores da sociedade civil. A análise dos NSDD's elaborados pelo NSC revela que a política de defesa e a política exterior dos Estados Unidos são dotadas de imensa complexidade. Temas diversos com um escopo geográfico global são securitizados pela elite estadunidense. Observou-se uma política de endurecimento em relação à URSS e um extenso programa de rearmamento. O ano de 1983 foi identificado como chave na perspectiva desse trabalho, já que a conjuntura econômica e militar guinou-se favoravelmente ao governo Reagan e vários eventos de imensa importância ocorreram. O presente estudo tem como objeto central, o SDI, e em geral, os grandes projetos militares no governo Reagan e sua relação com as elites econômicas e políticas. Dessa forma, o próximo tópico será exclusivamente dedicado à compreensão da construção do discurso e do lançamento da Guerra nas Estrelas. Os resultados do SDI e da política de Reagan serão mais bem analisados no próximo capítulo.

A Guerra nas Estrelas

Conforme já foi anteriormente mencionado, Ronald Reagan possuía imensa habilidade retórica. O governo valia-se dessa habilidade para contornar a oposição congressual, de maioria democrata, no começo da década de 1980. Através de discursos televisivos, Reagan apelava para o povo estadunidense pressionar o Congresso para aprovar seus projetos. No plano da política exterior e da política de defesa, Reagan advogava por um aumento monumental dos gastos, um *military build-up*, sem precedentes. Na contramão do resto de suas políticas que impunham austeridade sobre a população, como o governo justificaria esse *build-up* para o povo que via seus direitos sumirem devido à necessidade de se poupar? Historicamente, tais projetos foram justificados através da alteridade estratégica. É sempre necessária a construção do *outro*, através do discurso e muitas vezes da ameaça real. No entanto, a ameaça que representava a URSS naquele período foi muitas vezes exagerada para a elite conseguir aprovar seus projetos e talvez principalmente, o SDI. Ver-se-á, nesse tópico, a concepção do SDI, a construção do discurso que o sustentara e a elaboração concreta do

projeto, para posteriormente analisar que papel esse e outros projetos de larga escala na área de defesa cumpriram na estratégia das elites estadunidenses no período.

2.3.1- A construção do discurso

A posição do governo Reagan em relação à URSS era por muitas vezes dúbia. De um lado, os Estados Unidos entendiam, analisavam e agiam como se a URSS fosse um mal irrecuperável, e a única saída para a Guerra Fria era a conversão da mesma aos valores americanos pondo fim ao bloco socialista. A outra via era focada em negociações árduas de redução de armamentos estratégicos, pressões em áreas geográficas chave e a escalada na corrida de armamentos. Tratava-se de uma combinação entre idealismo e realismo, muito presente na retórica do presidente.

A equipe de Reagan, desde o começo do governo, opôs-se a principal doutrina de manutenção da segurança na Guerra Fria. O Mutual Assured Destruction (MAD) era uma estratégia de dissuasão baseada na ideia de que a perspectiva de destruição massiva por parte de um ataque adversário impedia que uma das superpotências tomasse a iniciativa de um ataque nuclear (KRAMER, 2015, p. 296-297). Em uma visita ao North American Aerospace Command (NORAD), no dia 31 de Julho de 1979, Ronald Reagan descobriu o quão vulnerável os Estados Unidos eram a um ataque nuclear. Se a URSS lançasse um míssil, os Estados Unidos saberiam de imediato, no entanto, teriam apenas 15, no caso dos SLBM's, e 25 minutos, no caso dos Intercontinental Ballistic Missiles (ICBMs), para reagir. As únicas opções seriam lançar mísseis em retaliação ou nada fazer. Muito embora Reagan fosse aconselhado a não propor mudanças na política nuclear durante a campanha, o documento "The Republican Platform 1980" já esboçava a ideia inicial do SDI, propondo:

criar uma estratégia e defesa civil que virá a proteger a população americana contra a guerra nuclear tão bem quanto a população soviética está protegida (...) e aprofundar pesquisas vigorosas e o desenvolvimento de um sistema de defesa contra mísseis balísticos, de tal forma como já está posto na União Soviética, assim como tecnologias 'anti-ballistic missile' (ABM) mais modernas⁵⁷.

⁵⁷The American Presidency Project. *The Republican Platform of 1980*. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25844>. Acesso em: Julho de 2016.

Para Reagan, a ideia do MAD era irracional e suicida. O lado idealista de sua conduta clamava que deveria haver uma solução para o impasse. Em sua autobiografia “*An American Life*”, Reagan recordou:

Eu tomei posse com um preconceito formado contra o acordo tácito com a União Soviética em relação a mísseis nucleares. Eu falo da política MAD, a ideia que a dissuasão é a base da segurança enquanto cada uma das superpotências teria o poder de destruir a outra com mísseis nucleares se alguma lançasse o primeiro ataque. De alguma forma isso não parecia para mim algo que iria proporcionar um sono tranquilo. Era como se, como em um filme de faroeste, dois homens apontassem uma arma um para o outro, permanentemente. Deveria haver um jeito melhor. No início do meu primeiro mandato, eu chamei uma reunião com o *Joint Chiefs of Staff* e falei a eles: Cada arma ofensiva já inventada pelo homem resultou na criação de uma defesa contra ela; não seria possível nessa “era de tecnologia” que pudéssemos inventar uma arma defensiva que poderia interceptar armas nucleares e destruí-las durante sua trajetória? Eles se olharam, conversaram um pouco e rapidamente falaram ‘Sim, é uma ideia que vale a pena ser explorada’. Eu respondi, ‘vamos fazê-lo!’ Então nasceu o SDI, e logo depois alguém no Congresso e na imprensa o nomeou ‘Star Wars’ (REAGAN, 1990, p. 173).

Para o governo Reagan, levar adiante sua estratégia militar e, em especial nuclear, era necessário desarticular a *deténte* de Kissinger e Nixon. Os acordos assinados por Richard Nixon e Leonid Brezhnev na cúpula Estados Unidos- URSS no dia 26 de maio de 1972 impunham restrições legais ao desenvolvimento da política de defesa de Reagan. O tratado ABM⁵⁸ foi incorporado ao SALT I e proibia o desenvolvimento de sistemas antimísseis. Em seu Artigo I, o tratado afirma que as partes concordam em não desenvolver sistemas ABM para a defesa de seu território e seu país com exceção (Artigo III) da capital da cidade ou em bases de ICBM. O Artigo V determinava que as partes se comprometessem em não desenvolver, testar ou implantar sistemas ABM ou seus componentes com base em mar, ar, terra, ou espaço. Os partidários de Reagan argumentavam que a URSS cingidamente continuou a pesquisar, desenvolver e implementar tecnologias ABM, além de construir centenas de *bunkers* no subsolo para proteger centros militares, políticos e industriais chave.

⁵⁸ U.S Department of State. *Strategic Arms Limitation Talks (SALT I)*. Disponível em: <http://www.state.gov/t/isn/5191.htm>. Acesso em: Julho de 2016.

Conforme foi anteriormente analisado, na política do governo em relação à URSS, oficializada no NSDD 75 em janeiro de 1981, o discurso pró-Occidente também fazia parte da estratégia de convencer o público norte-americano da necessidade de investimentos no setor militar. A *alteridade* em relação ao bloco socialista foi cuidadosamente construída pela equipe de Reagan. Muito embora o discurso popular destoasse muito da avaliação técnica do setor militar da URSS e seu desrespeito em relação ao ABM e ao SALT, esse também cumpria importante papel nas manobras táticas da Guerra Fria. Em um discurso proferido por Reagan para a Congressional Delegation of Evangelicals⁵⁹, na Florida no dia 8 de Março de 1982, o presidente imortalizou a expressão “Evil Empire” ao se referir a URSS, quando afirmou que os Estados Unidos não deveriam “ignorar os fatos históricos e os impulsos agressivos de um império maligno, chamar a corrida armamentista simplesmente de um tremendo desentendimento e, portanto, retirar-se da luta entre o certo e errado, entre o bem e o mal⁶⁰” (REAGAN, 1983).

No mesmo discurso, apelando para o público evangélico, base de sustentação do Partido Republicano já na década de 1980, Reagan sustentou a moralidade conservadora posicionando-se contra o aborto. Com base na religião cristã, disse que “o Marxismo-Leninismo é, na verdade, a segunda forma de fé mais antiga, primeiramente proclamada no Jardim do Éden com as palavras de tentação “vós sereis como Deuses” (REAGAN, 1983)”. Para a sorte das elites dos Estados Unidos, para seguir o caminho de Deus e combater o mal no mundo era necessário:

Sim, rezemos pela salvação de todos aqueles que vivem na escuridão do totalitarismo – rezemos que descubram o prazer de conhecer Deus. Mas até que o façam, deixe que fiquemos atentos ao fato de que enquanto eles propaguem a supremacia do Estado, declarando sua onipotência diante indivíduo, e prever sua dominação de todas as populações da Terra, que eles são o foco do mal no mundo” (REAGAN, 1983).

Quando chegou a hora de anunciar o SDI para a população, a estratégia militar de Reagan já estava traçada (NSDD^o 32), bem como sua política para armas estratégicas

⁵⁹ Ronald Reagan Presidential Library & Museum. *Remarks at the Annual Convention of the National Association of Evangelicals in Orlando*. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/speeches/1983/30883b.htm>. Acesso em: Agosto de 2015.

⁶⁰ No original: “ignore the facts of history and the aggressive impulses of an evil empire, to simply call the arms race a giant misunderstanding and thereby remove yourself from the struggle between right and wrong and good and evil” (REAGAN, 1982)”.

(NSDD° 12). O discurso de necessidade de fortalecimento da capacidade de defesa e de superação do MAD já havia sido construído desde a campanha. Da mesma forma, a percepção da URSS como inimiga do mundo livre e ameaça imediata a segurança de todos os estadunidenses, havia sido reiterada diversas vezes. A equipe de Reagan elaborou o discurso proferido pelo presidente no dia 23 de Março, televisionado a partir do Salão da Casa Oval, intitulado “Adress to the Nation on Defense and National Security”⁶¹. Reagan abriu o discurso afirmando que “Esse assunto envolve a ‘mais básica tarefa’ que qualquer presidente e o seu povo compartilham, o dever de proteger e fortalecer a paz (REAGAN, 1983)”. Reagan afirmou que o SDI:

Isso é parte de um cuidadoso plano de longo-prazo para fazer a América forte novamente depois de muitos anos de negligência e erros. Nossos esforços para reconstruir as defesas dos Estados Unidos e fortalecer a paz começaram há dois anos quando requisitamos um grande aumento para o programa de defesa” (REAGAN, 1983).

Na perspectiva deste trabalho, entende-se que, além do convencimento da população, as elites conservadoras buscaram, através do discurso supracitado, pressionar o Congresso para aprovar seu orçamento em defesa. Reagan argumentou que o orçamento para defesa não podia ser calculado com base em uma perspectiva aritmética conforme os liberais no Congresso estavam propondo. Era necessária a avaliação cuidadosa do *establishment* militar das necessidades de segurança do país e de seus aliados, e, dessa forma, chegar a um valor. Reagan afirmou que o orçamento proposto por ele não estava um dólar acima do estritamente necessário para a segurança nacional. O argumento principal utilizado para a sustentação do programa foi o do fortalecimento da URSS frente aos Estados Unidos, tornando inevitável uma resposta por parte do governo americano, o que não significaria gastos dispensáveis ou uma atitude agressiva já que a doutrina utilizada era simplesmente a da *dissuasão*:

Os Estados Unidos não começam brigas. Nós nunca seremos o agressor. Nós mantemos nossa força para que possamos dissuadir e nos defendermos contra o agressor – para preservar a liberdade e a paz (...). *Dissuasão* significa simplesmente isso: garantir que qualquer adversário que pense em atacar os Estados Unidos, ou seus aliados, ou seus interesses vitais, conclua que os riscos a ele se sobressaem seus ganhos em potencial. Quando ele entender

⁶¹ Ronald Reagan Presidential Library & Museum. *Adress to the Nation on Defense and National Security*. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/speeches/1983/32383d.htm>. Acesso em: Agosto de 2015.

isso, não atacará. Nós mantemos a paz através da força; a fraqueza só provoca agressão” (REAGAN, 1983).

Reagan seguiu afirmando que isso não significava que a URSS planejava atacar os Estados Unidos, mas o país precisava estar preparado para responder adequadamente a todas as possíveis ameaças. Segundo a equipe de Reagan, “nos últimos vinte anos a URSS havia acumulado um poder militar formidável” (REAGAN, 1983). Reagan, então, apresentou um diagnóstico militar para a população (Tabela 1), que provava que a URSS havia ultrapassado os Estados Unidos em seu poder militar:

Tabela 2: Produção Militar dos Estados Unidos vs. URSS (1968-1983)⁶²

	Estados Unidos	União Soviética
ICBM's		5 classes novas
		8x potência
SLBM's	2 Classes Novas	4 classes novas
	-10 Submarinos	60 novos submarinos
Bombardeadores		200 Backfire Bombers
Intermediate Nuclear Forces (INF)		700 novos SS-20 (desde 1978)
Aviões de Combate	3.050 aeronaves (desde 1974)	6.100 aeronaves (desde 1974)
Submarinos de Ataque	27 submarinos (desde 1974)	61 submarinos (desde 1974)
Veículos de Combate	11.200 novos (desde 1974)	54,000 novos (desde 1974)

Reagan criticou duramente os defensores do MAD ou aqueles que advogavam a redução de armas estratégicas- ou o “congelamento” delas- afirmando que esse foi o mesmo erro cometido pelos europeus na década de 1930, o que segundo ele, acabou levando à Segunda Guerra Mundial:

Eu sei que todos vocês querem paz, e eu também quero. Eu sei que muitos de vocês acreditam seriamente que o “congelamento nuclear” iria resultar em maior paz. Mas o congelamento iria resultar em uma diminuição da segurança e, com certeza, aumentar os riscos de guerra e não diminuí-los.

⁶² Elaboração própria. Tabela elaborada com base no discurso de Ronald Reagan: Ronald Reagan Presidential Library & Museum. *Address to the Nation on Defense and National Security*. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/speeches/1983/32383d.htm>. Acesso em: Agosto de 2015.

Com a presente margem de superioridade soviética, por que iriam concordar em reduzir seu arsenal de armamentos sabendo que estamos proibidos de alcançá-los?” (REAGAN, 1983).

O presidente Reagan anunciou, então, o projeto do SDI, que se tratava justamente de uma iniciativa, um projeto de pesquisa em longo prazo. O projeto visava a estabelecer um sistema defensivo ABM. Reagan reconheceu as limitações tecnológicas que tal empreitada podia se deparar, além de reconhecer que a principal forma de defesa na Guerra Fria continuava a ser a *dissuasão* através do desenvolvimento ofensivo, representada pelo MAD. Portanto, Reagan propôs que os Estados Unidos continuassem a se empenhar em desenvolver armas estratégicas e convencionais. Ao mesmo tempo, Reagan propôs que os Estados Unidos continuassem a se engajar em negociações de reduções de armamentos, revelando a posição dúbia diante da URSS que esteve presente durante todo seu governo, que oscilava entre confrontação – principalmente no discurso- e negociações e diplomacia extensa. Em tempos de crise econômica, o discurso foi de esperança no que tange a maior preocupação dos cidadãos, sua segurança:

E se os povos livres pudessem viver a salvo com a certeza de que sua segurança não dependesse da ameaça de uma retaliação imediata por parte dos Estados Unidos para dissuadir um ataque soviético, de que pudéssemos interceptar e destruir mísseis balísticos estratégicos antes que eles alcançassem o nosso solo ou o dos nossos aliados? Eu reconheço que essa é uma tarefa técnica formidável, uma que talvez não seja alcançada antes do fim desse século. No entanto, a tecnologia atual alcançou um nível de sofisticação que torna razoável começarmos esse esforço (...). Enquanto isso, nós continuaremos a buscar reduções reais em armas nucleares, negociando através de uma posição de força que só pode ser garantida através da modernização das nossas forças estratégicas. Ao mesmo tempo, nós devemos tomar medidas para reduzir o risco de um conflito tradicional escalar para uma guerra nuclear através do melhoramento de nossas capacidades não nucleares (...). Eu convoco a comunidade científica de nosso país, aqueles que nos deram as armas nucleares, para direcionar seus imensos talentos as causas da humanidade e paz mundial, para nos dar os meios de tornar essas armas nucleares impotentes e obsoletas. Essa noite, consistentemente com nossas obrigações diante do tratado ABM e reconhecendo a necessidade de maiores consultas com nossos aliados, estou dando um importante primeiro passo. Estou direcionando um intenso esforço para definir um projeto de pesquisa e um programa de desenvolvimento em longo prazo para começar a

alcançar nosso objetivo último de eliminar a ameaça posta por mísseis nucleares estratégicos. Meus caros americanos, essa noite estamos iniciando um esforço que possui a promessa de mudar o curso da humanidade (REAGAN, 1983).

No dia seguinte ao anúncio do presidente, o senador Ted Kennedy, do Partido Democrata, criticou o programa acusando Reagan de estar perdido em “esquemas inconsequentes de guerra nas estrelas”. A partir de então, o programa ficou conhecido como “Star Wars” pela mídia e pelos críticos. Apesar das críticas, o Pentágono, o governo e as empresas engajadas no programa não o consideravam nada lúdico. A recepção do SDI pela sociedade estadunidense e a disputa política interna em torno do programa serão detalhadamente analisados no próximo capítulo. Ver-se-á, a seguir, a oficialização do programa por parte do NSC, conferindo-o um caráter institucional.

2.3.2- A institucionalização do SDI

Apenas dois dias após o anúncio oficial da presidência do SDI, no dia 25 de março de 1983, o NSC elaborou a NSDD° 85, intitulada “Eliminating the Threat From Ballistic Missiles”⁶³. Tratava-se da idealização do SDI e das primeiras etapas da realização do programa. A diretriz reiterava a responsabilidade do presidente em aproveitar quaisquer oportunidades para promover a paz e a estabilidade no sistema internacional. O documento destaca que as negociações para redução de armas estratégicas e de mísseis de alcance intermediário que já estavam acontecendo eram uma forma de lidar com o problema nuclear. A NSDD° 85 afirmou ainda que a vontade do governo era de superar a dissuasão através do MAD buscando a construção de sistemas defensivos, através de um programa extenso de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para contrapor a ameaça de mísseis balísticos nucleares. A diretriz encomendou um estudo a ser completado, de caráter prioritário, para explorar as possíveis funções que a defesa contra mísseis balísticos poderia desempenhar na estratégia de defesa dos Estados Unidos e de seus aliados. Esse estudo identificaria, entre outras coisas, as condições de orçamento para pesquisa e desenvolvimento a ser incorporada pelo plano quinquenal do orçamento de defesa em 1985. A responsabilidade em coordenar o estudo ficou com o Assessor Nacional de Segurança.

⁶³ National Security Council. *Eliminating the Threat From Ballistic Missiles*. NSDD°85. 25 de Março de 1983. The Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDS/NSDD85.pdf>. Acesso em: Agosto de 2015.

Os National Security Study Directives (NSSD's) são planos elaborados pelo NSC em questões relativas à segurança nacional dos Estados Unidos. O estudo encomendado pelo NSDD° 85 foi concluído no dia 18 de Abril daquele mesmo ano, o NSSD° 6-83 e foi chamado “Study on Eliminating the Threat Posed by Ballistic Missiles”⁶⁴. A maior parte do estudo segue “classificado” e não está disponível ao público, o que revela que o SDI segue relevante para a estratégia de defesa dos Estados Unidos nos dias atuais. Segundo o documento, o objetivo do estudo era explorar o papel a ser cumprido por sistemas defensivos na futura estratégia de defesa nacional e definir um programa de pesquisa e desenvolvimento para eliminar a ameaça posta por mísseis balísticos. Tal objetivo seria cumprido com base em duas ações: “Future Security Strategy” e “Defense Technology Plan”.

Tais iniciativas levaram ao desenvolvimento do NSDD° 119, o “Strategic Defense Initiative”⁶⁵, oficializado pelo NSC no dia 6 de janeiro de 1984. Em suas considerações iniciais, o documento reconhece que a estratégia baseada na ameaça de retaliação havia sido bem sucedida até então. No entanto, tal estratégia estaria sujeita a vários fatores desestabilizadores na futura geração. O diagnóstico procede afirmando que os Estados Unidos já haviam tomado eficientes medidas no que tange a modernização de suas armas estratégicas e nas negociações de redução de armamentos nucleares. No entanto, a diretriz aponta que a URSS não estava disposta a colaborar com a redução de armamentos e, portanto, a modernização das armas estratégicas iria continuar para a garantia da dissuasão e segurança dos Estados Unidos e de seus aliados. Dada a incerteza diante do futuro da dissuasão ofensiva, os Estados Unidos deveriam investigar possibilidades de barrar iniciativas hostis através do desenvolvimento de um conceito defensivo. O NSDD° 119 aponta que os recentes desenvolvimentos tecnológicos possibilitavam, aparentemente, a chance de ajudar a eliminar a maior ameaça aos Estados Unidos e seus aliados- mísseis balísticos nucleares. Segundo o documento, os estudos encomendados pelo NSSD° 6-83 haviam confirmado que uma defesa contra esses mísseis poderia ser desenvolvida e desempenhar importante papel na dissuasão. O “Defensive Technologies Study” havia

⁶⁴ National Security Council. *Study on Eliminating the Threat Posed by Ballistic Missiles*. NSSD° 6-83. 18 de Abril de 1983. Federation of American Scientists. Disponível em: <http://fas.org/irp/offdocs/nssd/nssd-6-83.pdf>. Acesso em: Julho de 2016.

⁶⁵ National Security Council. *Strategic Defense Initiative*. NSDD°119. 6 de Janeiro de 1984. The Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDS/NSDD119.pdf>. Acesso em: Agosto de 2015.

revelado um programa de pesquisa, desenvolvimento e demonstração que poderia resultar na implementação de um sistema ABM. O NSDD° 119 aponta ainda que haviam evidências do desenvolvimento de tecnologia defensiva por parte da URSS o que, se de fato se concretizasse unilateralmente, iria proporcionar ao bloco socialista a possibilidade de chantagem e ameaça real. Dessa forma, a diretriz propôs uma série de ações para levar adiante o projeto do SDI, entre elas: 1) os Estados Unidos iriam desenvolver uma série de ações para o desenvolvimento e demonstração de tecnologias associadas à defesa contra mísseis balísticos guiado pelo Defense Technologie Study; 2) o programa de defesa seria articulado e integrado com os demais programas estratégicos; 3) o SDI seria coordenado pelo Departamento de Defesa, o Secretário de Defesa ficaria responsável por criar uma estrutura de gerenciamento do programa e coordená-la, bem como recomendar a quantia necessária de dinheiro a ser designada para o SDI e reportar os progressos do programa periodicamente à presidência; 4) O SIG de política de defesa ficaria responsável por desenvolver um programa de pesquisa avaliando continuamente as implicações do SDI para a defesa nacional dos Estados Unidos e seus aliados; 5) O Diretor da CIA aumentaria os esforços na tarefa de identificar o desenvolvimento de defesa estratégia por parte da URSS e realizar uma análise na capacidade dos Estados Unidos em identificar os sistemas nucleares defensivos e ofensivos da URSS.

É importante frisar que o SDI fazia parte de uma estratégia mais geral da elite estadunidense de desenvolvimento e aprimoramento do arsenal nuclear estratégico durante a fase da Guerra Fria nos anos 1980 conhecida como II Guerra Fria, que deixou para trás as iniciativas da *deténte* e adotou uma estratégia mais agressiva em relação ao rival socialista. Essa mudança de postura partiu de um diagnóstico feito por grupos conservadores em ascensão na crise da década de 1970 de que a URSS havia ultrapassado os Estados Unidos no desenvolvimento tecnológico e militar. A necessidade de rearmamento e aumento de gastos para o setor de defesa foi amplamente defendida durante a campanha de Reagan e seus primeiros anos de mandato. Dessa forma, o governo adotou uma postura diplomática em relação ao rival soviético que contaria com uma margem de superioridade no poder militar, acreditando que essa era a melhor forma para persuadir o adversário a não se engajar em uma disputa militar de fato. Havia, desde o início do governo, a ideia de que a economia soviética não suportaria o aumento exponencial de gastos no setor militar para manter-se na disputa,

já que a estrutura da economia e os benefícios sociais daquela já estavam em crise. O SDI aceleraria essa crise e daria aos Estados Unidos maior margem de manobra para sua política exterior. No campo do ideal, o SDI eliminaria de uma vez por todas a ameaça de ataques nucleares em solo norte-americano.

Até o presente momento, trabalhou-se de maneira muito sucinta a evolução do sistema internacional no pós-Segunda Guerra Mundial e a transformação das elites regentes nos Estados Unidos nesse período. Observou-se que as décadas que se seguiram ao fim do conflito foram de relativa estabilidade e expansão do aparato institucional internacional que garantia a governança da elite norte-americana. Os Estados Unidos emergiram das trincheiras europeias como potência global incontestável. Dessa forma, o isolacionismo não era mais uma opção. Os interesses norte-americanos passaram a representar um escopo geográfico praticamente ilimitado. A lógica interna das elites consolidou o que ficou conhecido como complexo-industrial-militar e a própria economia tornou-se uma economia de guerra, norteadada para a produção militar. A ameaça à acumulação de poder norte-americano vinha agora da URSS e o discurso de insegurança cumpriu importante papel no desenvolvimento interno das forças produtivas e da consciência coletiva da sociedade estadunidense. A expansão do consumo e dos bens materiais incorporou camadas marginalizadas ao “American Way of Life” e o movimento por direitos civis fez com que a elite dos Estados Unidos fosse obrigada a aceitar uma sociedade mais igualitária. A “era de ouro”, no entanto, durou pouco mais que uma geração. Analisando a “crise da década de 1970”, observou-se que o fim do padrão dólar-ouro do sistema Bretton Woods, os dois choques no preço de petróleo da OPEP, o fracasso norte-americano na Guerra do Vietnã e a ameaça à economia norte-americana representada pela competitividade industrial exportadora da Alemanha Ocidental e do Japão levaram muitos analistas e teóricos a profetizar o fim da hegemonia estadunidense. A estrutura do sistema estava de fato em transformação. No entanto, dependia da ação dos atores com maior poder de moldar o cenário. Já na década de 1970, algumas ações resultaram em ganhos para o poder norte-americano. Dentre elas destaca-se a aliança dos Estados Unidos com a China, arquitetada por Richard Nixon e Henry Kissinger. O padrão dólar-flexível concedeu aos Estados Unidos enorme poder de endividamento, essencial para sua escalada militar e controle da economia mundial. Em 1979, o “choque Volcker” mergulhou o Terceiro

Mundo, em especial a América Latina, em uma crise de endividamento sem precedentes.

A verdadeira resposta estratégica dos Estados Unidos à conjuntura deu-se na década de 1980. A elite lançou Ronald Reagan à presidência com uma plataforma de campanha conservadora que propunha dismantlar o Estado de bem-estar social. No plano econômico, os republicanos prometiam reduzir impostos, cortar os gastos governamentais, desregular as finanças e os contratos para libertar o “espírito empreendedor” norte-americano. A postura em política externa era clara: o endurecimento das relações com o rival socialista. Isso significou, na prática, uma escalada nos gastos militares sem precedentes. O discurso foi de crise e a resposta à crise foi austeridade e militarização. Os primeiros anos do governo Reagan foram de crise econômica e as medidas de austeridade provocaram conflitos sociais e aprofundaram a recessão. A conjuntura mudou em 1983, quando o governo utilizou-se da política externa e do patriotismo para moldar a opinião pública. A invasão de Granada, a liderança da força multinacional no Líbano e a resposta à queda do voo comercial sul-coreano, além de uma postura de confronto diante do “Evil Empire” foram representativas do direcionamento estratégico do governo na Guerra Fria. Além de um aumento exponencial de produção de mísseis balísticos, respaldados pela NSDD^o 12, o governo lançou o projeto do SDI em 1983. Tratava-se de uma iniciativa ousada, que desafiaria o MAD, que até então havia garantido estabilidade ao sistema internacional.

Da construção do discurso aos documentos do NSC, focou-se, até o presente momento, no tempo curto da história. O tempo curto é o tempo dos eventos, dos fatos, do jornalístico. A análise documental proporciona a possibilidade de um estudo minucioso dessa temporalidade. No entanto, conforme nos alertava Fernand Braudel “o tempo curto é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações” (BRAUDEL, 2009, p. 43). Principalmente sob a ótica do tempo presente, o tempo curto pode ser demasiadamente alarmista – erro cometido por aqueles que previam o colapso do poder americano na década de 1970, por exemplo. Não se deve, no entanto, abandonar o tempo curto como o fazem aqueles que buscam modelos sociais atemporais. O tempo curto pode proporcionar o testemunho de movimentos muito profundos. Nenhum fenômeno social escapa ao imperativo do tempo. A análise dos documentos nos proporciona identificar as singularidades sociais no tempo e no espaço. No entanto “a

história não é apenas a diferença, o singular, o inédito- o que não se verá duas vezes! Aliás, o inédito não é jamais perfeitamente inédito. Ele coabita com o repetido ou o regular” (BRAUDEL, 2009, p. 96). E é das tendências repetitivas que se pode compreender melhor a história. Incliná-se-á, portanto, a “lupa” da história para uma temporalidade um pouco mais longa, no próximo capítulo, sem abandonar aqueles eventos e fatos jornalísticos imperativos ao entendimento do nosso objeto, mas buscando significá-lo em uma conjuntura econômico-política e social mais ampla, no plano doméstico estadunidense e na conjuntura da Guerra Fria.

CAPÍTULO 3- ELITES DO PODER

É axiomático que a política externa de uma nação reflita o impulso de seus negócios domésticos ou, mais particularmente, os desejos de suas elites nacionais. Sabe-se que o homem comum, o cidadão médio, normalmente se deixa mobilizar e segue as elites que alimentam seu senso de orgulho nacional, de destino manifesto da nação e coisas semelhantes; mas são os homens poderosos- e, acima de tudo, o poder econômico- que dão a sociedade sua orientação interna e, conseqüentemente, também a externa. Sabe-se que esse fenômeno não é simples de descrever, pois a nação é um crisol de inúmeros interesses conflitantes, até mesmo entre as elites.

Sydney Lens (2006, p. 235-236).

Tão importante quanto a cuidadosa construção de inimigos externos, a manutenção do poder por parte das elites nos Estados Unidos exige coesão interna no que se refere à identificação de inimigos internos. Alguns dos valores propagados pelas elites têm que se adaptar às condições conjunturais concretas. Na esteira da crise da década de 1970, as elites diagnosticaram o Estado do bem-estar social e as políticas de corte *keynesiano*, introduzidas primeiramente por Franklin D. Roosevelt como resposta à crise de 1929, e tão características das décadas posteriores, como o elemento desestabilizador da economia. A rejeição da interferência do Estado na economia ganhou notoriedade acadêmica e foi incorporado pela plataforma republicana na campanha de Ronald Reagan. Para a elite conservadora dos Estados Unidos, os gastos públicos geravam o aumento da carestia e paralisavam os investimentos devido à alta carga tributária que demandavam. Esse cenário, somado ao déficit interno e externo, colocava a economia em recessão e gerava desemprego. Os gastos sociais eram vistos pela elite como antidemocráticos e até socialistas e totalitários. Reagan tornou-se, então, um estadista que tinha como maior inimigo o Estado. No entanto, dismantelar o Estado de bem-estar social e o *New Deal* de Roosevelt não seria tarefa simples para as elites atreladas a Reagan. A “reaganomics” contou com a mobilização de um amplo aparato

mediático, político e ideológico. Dos *think tanks* aos debates no congresso, a diminuição do papel do Estado na economia contou com forte oposição, não só da sociedade civil, mas de setores fortemente vinculados aos benefícios das políticas *keynesianas*.

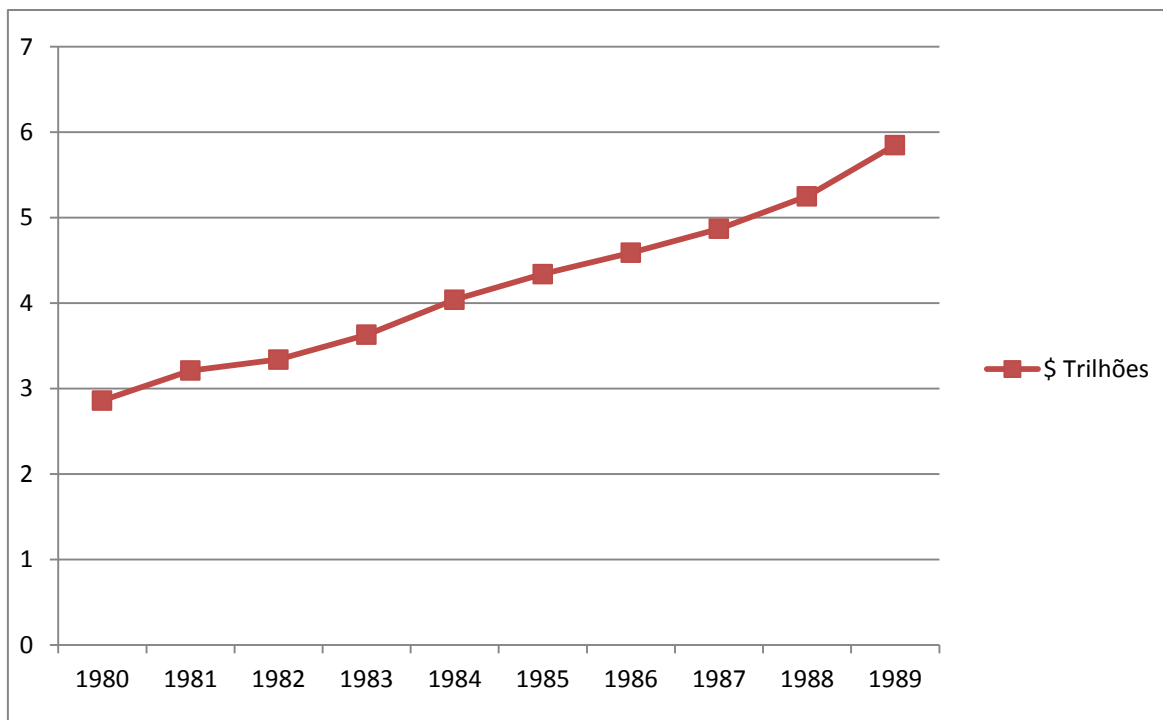
As políticas econômicas do governo Ronald Reagan, muito embora fortemente questionadas, obtiveram um imenso sucesso. O cenário macroeconômico do período revela um aumento no emprego, crescimento econômico e diminuição da inflação. Tais políticas tornaram-se ortodoxia na teoria econômica. Analisar-se-á tal conjuntura no intuito de melhor compreender a estratégia das elites do período. Em meio ao cenário macroeconômico, um aumento exponencial dos gastos militares - que atingiu seu ápice com as armas estratégicas e a defesa estratégica (SDI) - tão contraditório com a política de corte de gastos do governo foi levado adiante. Dessa forma, a primeira parte desse capítulo dedica-se a entender o papel desses projetos para a política econômica do governo, bem como explora o conflito em relação à transferência de recursos da área social para militar. A aprovação de projetos como o SDI necessita de uma base social concreta. A compreensão da idealização da estratégia de defesa estratégica passa pela análise dos *think tanks*, historicamente atores importantes na definição da agenda de política exterior e segurança nos Estados Unidos. Os *think tanks* cumprem a função acadêmica e ideológica dos *lobbies* e são representativos dos interesses das elites econômicas e políticas. De Wall Street à Capitol Hill, a concepção e disputa em torno do SDI deu-se de maneira favorável à aprovação da destinação de imensas quantidades de recursos para o programa por parte do Congresso. Por que a *House of Representatives*, de maioria democrata, radicalmente crítica de Reagan e de seus gastos militares, aprovou o SDI? Na segunda parte desse capítulo, analisar-se-á o papel das elites econômicas na definição da agenda do SDI, de modo a buscar compreender a complexa fábrica de interesses sociais posta em movimento a partir de projetos dessa natureza. Finalmente, um terceiro tópico será dedicado a entender o desenvolvimento do SDI como programa de pesquisa e desenvolvimento e a resposta dos principais atores do sistema internacional ao projeto. Analisar-se-á ainda, de maneira sucinta, o fim da Guerra Fria e o papel que o estrangulamento fiscal que a corrida armamentista impôs ao sistema socialista cumpriu no colapso da superpotência soviética.

Conflito Interno e Transferência de Recursos

3.1.1- A conjuntura macroeconômica

Em seu discurso de posse, o recém-eleito presidente Ronald Reagan afirmou que os Estados Unidos enfrentavam uma aflição econômica de grandes proporções. A mais longa e uma das piores crises inflacionárias da história do país, segundo Reagan, ameaçava esfacelar a vida de milhões de pessoas. Para Reagan, a “imensa” carga tributária gerava desemprego e prejudicava o investimento. Os impostos só não eram um fardo maior do que o gasto público, para o presidente. O acúmulo de décadas de gastos “desnecessários” iria mergulhar o país em caos. A receita para atacar tais problemas, segundo Reagan, seria dada por um progressivo corte de impostos e de gastos públicos, o que iria aliviar a inflação e fazer “acordar” o gigante industrial que para ele estaria adormecido. Alguns dados, que se analisarão a seguir, são indispensáveis para uma análise da performance macroeconômica da era Reagan. Cabe ressaltar que, em determinadas conjunturas econômicas de apenas alguns meses ou anos, os conflitos sociais podem ser despertados, já que a economia tem efeito imediato na vida das pessoas. Uma análise conjuntural mais longa, portanto, pode mascarar a realidade econômica e social do tempo curtíssimo. Em linhas gerais, os anos de Reagan foram de crescimento econômico nos Estados Unidos, como pode ser visto no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Crescimento real do PIB dos Estados Unidos durante a era Reagan (1981-1989)



Fonte: FMI⁶⁶. Elaboração Própria.

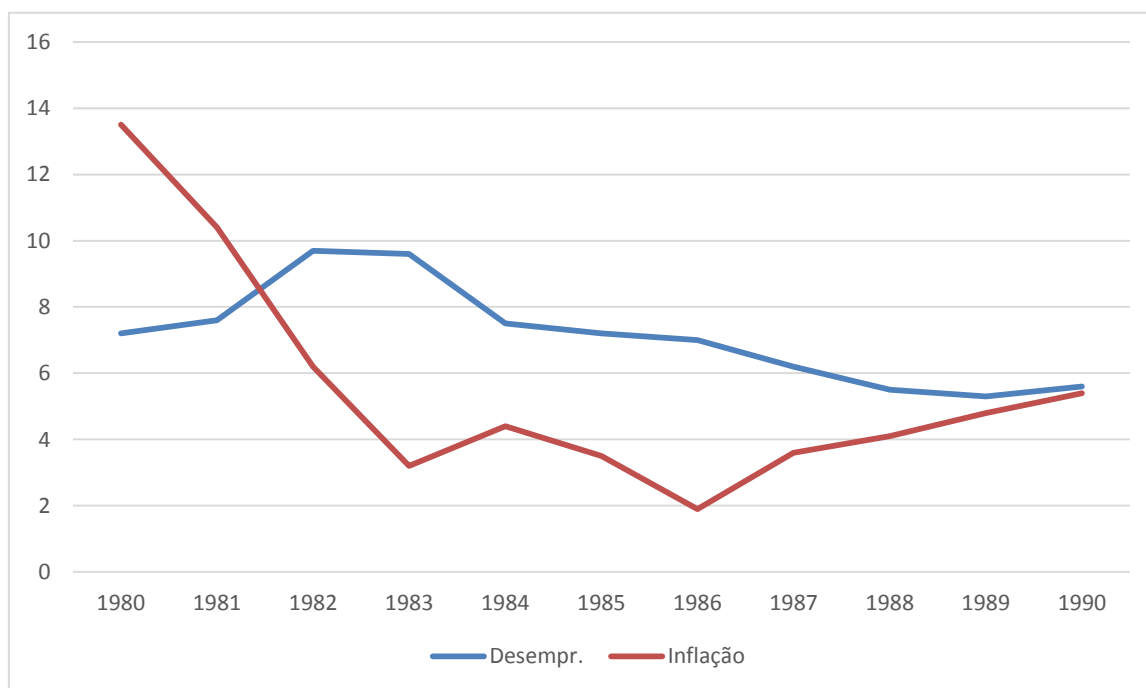
A economia estadunidense durante os governos de Ronald Reagan cresceu a taxas estáveis. O PIB duplicou na década de 1980, saindo de \$2,86 trilhões em 1980 para \$5,85 trilhões no ano em que Reagan despediu-se da presidência. Isso representou um crescimento médio de 3,15% durante o período, número razoavelmente superior à média de crescimento dos países desenvolvidos que ficou em 2,5% no mesmo período. Em relação às duas principais potências capitalistas concorrentes dos Estados Unidos, a Alemanha Ocidental cresceu a uma taxa média de 2,1% no mesmo período. Já o Japão, todavia, cresceu a uma taxa média de 4,4%. No entanto, cabe destacar, que o Japão mergulhou em uma crise na década de 1990, com taxas anuais de crescimento variando em torno de 0%, da qual o país ainda não se recuperou. O mundo periférico apresentou um péssimo resultado na década aqui analisada, com crescimento próximo a zero. Destaca-se o ano de 1983, no qual a América Latina e a África Subsaariana apresentaram uma recessão de -2,3% e -1% respectivamente. O ano de 1982, nos Estados Unidos, apresentou o pior desempenho da série histórica, com uma variação no PIB de -1,9%. Já o ano de maior crescimento foi o de 1984, com um crescimento de 7,3%. Tal fato foi importantíssimo para Reagan, já que 1984 foi o ano de sua reeleição. A participação do PIB dos Estados Unidos no PIB mundial não variou expressivamente

⁶⁶ International Monetary Fund. *World Economic Outlook*. Agosto de 2016. Disponível em: <http://www.imf.org/external/datamapper/index.php>. Acesso em: Agosto de 2016.

na década de 1980. Em 1980, os Estados Unidos produziam 21,1% do total do PIB mundial. Esse valor aumentou sensivelmente (1,5%) durante os governos de Reagan, atingindo 22,6% em 1989. Pode-se afirmar, portanto, que não houve declínio relativo ou absoluto dos Estados Unidos na década de 1980.

Outro dado de extrema relevância é a inflação, já que a ameaça inflacionária foi um dos principais pilares da crítica de Reagan aos adversários políticos e justificou em grande medida os cortes de gastos durante seus governos. Cabe reconhecer que a inflação baixou sistematicamente de 1980, quando era de 13,5%, até 1986, quando apresentou o impressionante índice de 1,9%, voltando a crescer entre os anos de 1987 e 1990 em um ritmo baixo, fechando em 5,4%:

Gráfico 3: Taxa de desemprego e de inflação (% de variação anual)



Fonte: FMI⁶⁷. Elaboração Própria

O desemprego havia saído de 6% em 1980 para, aproximadamente, 10% em 1982-1983, devido às políticas de ajuste do governo, que deixaram a população à mercê do “livre mercado” e do indivíduo como centro da sociedade de “livre iniciativa”. A partir de 1983, no entanto, o desemprego baixou progressivamente até 1989, quando registrou um índice de 5,3%.

⁶⁷ International Monetary Fund. *World Economic Outlook*. Agosto de 2016. Disponível em: <http://www.imf.org/external/datamapper/index.php>. Acesso em: Agosto de 2016.

Como foi anteriormente destacado, a equipe de Reagan, desde a campanha presidencial de 1980, criticou sistematicamente o fardo excessivo representado pelo papel do Estado e da alta carga tributária. A luta do governo contra os impostos deu-se, principalmente, no segundo mandato de Reagan. No dia 28 de maio de 1985⁶⁸, Reagan iniciou uma intensa campanha para fazer o Congresso aprovar uma de suas principais propostas, a reforma tributária. Em discurso televisivo, naquele dia, Reagan falou sobre “como fazer para transformar o que sempre foi causa de confusão e ressentimento em uma coisa simples e justa”, o sistema tributário. Reagan falou que os críticos haviam afirmado que sua política fiscal expansionista iria acelerar a inflação, mas que o contrário havia acontecido. O presidente falou que os Estados Unidos atravessavam a melhor fase econômica dos últimos 30 anos. Reagan, com sua retórica ímpar, para ressaltar a complexidade do sistema tributário, afirmou que era sabido que Albert Einstein precisou de ajuda em sua declaração de imposto de renda. O plano de Reagan constituía-se em isentar as famílias com rendas inferiores a \$12 mil por ano, tributar em 15% aqueles que ganhavam entre \$12 e \$29 mil por ano, em 25% aqueles que ganhavam entre \$29 e \$70 mil por ano e reduzir de 50% para 35% a taxa máxima do imposto de renda para aquelas famílias que recebiam mais de \$70 mil por ano. Ronald Reagan afirmou que “o poder de tributar é o poder de destruir” e que estava propondo a mais forte proposta pró-família no pós Segunda-Guerra, depois de três décadas em que, segundo ele, as famílias pagavam para sustentar grupos de interesse especial. Além da proposta básica, Reagan anunciou que pretendia aumentar as deduções de poupança para \$4 mil dólares por família, buscando assim, incentivar a poupança. Para Reagan, a proposta de reforma tributária iria possibilitar que cada vez mais pessoas tomassem a liderança no que chamou da era do empreendedor, o presidente citou o exemplo dos “dois jovens que criaram uma das maiores empresas americanas de computadores na garagem de casa”. Nesse sentido, o presidente anunciou ainda a proposta de reduzir o imposto máximo sobre corporações de 44% para 33%. Com um apelo patriótico, o presidente pediu à população que o apoiasse no enfrentamento de grupos de pressão que poderiam ser contra essa “medida revolucionária”:

Esse, então, é o nosso plano – plano tributário da América, um passo revolucionário por justiça em nosso futuro, um comprometimento para ajudar

⁶⁸ Ronald Reagan Presidential Library & Museum. *Address to the Nation on Tax Reform*. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/speeches/1985/52885c.htm>. Acesso em: Agosto de 2016.

os trabalhadores americanos e suas famílias, e um desafio à nossa nação para brilhar- um desafio para dar aos Estados Unidos a menor taxa marginal de tributação de todas as democracias industriais, e sim, um desafio para nos levantar para um futuro de promessa ilimitada, um horizonte sem fim iluminado pela estrela da liberdade, guiando a América para uma supremacia em empregos, ganho de produtividade, crescimento e progresso humano (REAGAN, 1986)⁶⁹.

Finalmente, no dia 22 de Outubro de 1986 o presidente Ronald Reagan assina a reforma tributária, transformando-a em lei. Em discurso proferido durante a cerimônia⁷⁰, Reagan afirmou que assinando este documento estava transformando aos Estados Unidos em um país com o mais moderno e eficiente sistema tributário do mundo, um sistema que incentivava o risco, o investimento, o empreendedorismo e aventura, ou seja, o “velho espírito americano”. A crise econômica que o seu governo havia atacado, era para Reagan, opressiva na medida em que a inflação e o sistema tributário pesado destruíam as famílias americanas – “e não nos deixemos esquecer, que nosso país surgiu de uma revolta contra um sistema opressivo de tributação” - afirmou o presidente. Para Reagan, a lei da reforma tributária não era somente uma vitória histórica da justiça e uma revolução do sistema tributário, era também a melhor medida contra a pobreza, pró-família e medida de incentivo de empregos que já havia saído do Congresso dos Estados Unidos. O sistema tributário que ficou vigente a partir do *Tax Reform Act* de 1986 fica claro na tabela abaixo (Tabela 1), no ano de 1988. O ano de 1986 reflete os resultados do *Economic Recovery Tax Act* de 1981, parte do pacote econômico inicial de Reagan.

Apesar da retórica de “colocar a casa em ordem” em termos de responsabilidade fiscal, podemos perceber (Gráfico 4) que a década de 1980 representou um aumento expressivo dos gastos governamentais, além de um aumento na relação da Dívida Pública Federal em relação ao PIB. A Dívida Pública Federal, sob o comando de Ronald Reagan saiu de 40.3% do PIB em 1981 para 60.3% em 1989, um aumento de

⁶⁹ Ronald Reagan Presidential Library & Museum. *Adress to the Nation on Tax Reform*. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/speeches/1985/52885c.htm>. Acesso em: Agosto de 2016.

⁷⁰ Ronald Reagan Presidential Library & Museum. *Remarks on Signing the Tax Reform Act into Law*. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/speeches/1986/102286a.htm>. Acesso em: Agosto de 2016.

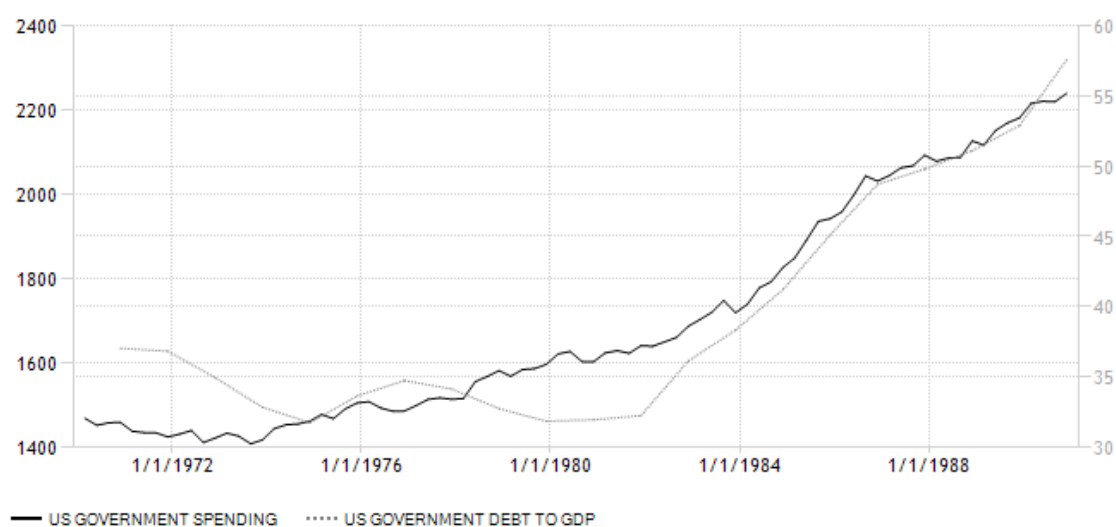
mais de 20 pontos percentuais. Os gastos governamentais que aumentaram um pouco mais de \$200 bilhões na década de 1970 saltaram de, aproximadamente, \$1,6 trilhões em 1980 para \$2,2 trilhões em 1989, um aumento três vezes maior, em termos nominais, do que aquele da década anterior. Tal aumento também foi três vezes maior do que aquele apresentado pela Inglaterra, país que, ao lado dos Estados Unidos, ficou conhecido pelas políticas de austeridade na década de 1980.

Tabela 1: Alíquotas de imposto de renda para chefes de família

1981			1986			1988		
Alíquota	Acima de	Até	Alíquota	Acima de	Até	Alíquota	Acima de	Até
0%	\$0	\$2.300	0%	\$0	\$2.480	15%	\$0	\$23.900
14%	\$2.300	\$4.400	11%	\$2.480	\$4.750	28%	\$23.900	\$61.650
16%	\$4.400	\$6.500	12%	\$4.750	\$7.010	33%	\$61.650	\$123.790
18%	\$6.500	\$8.700	14%	\$7.010	\$9.390	28%	\$123.790	-
22%	\$8.700	\$11.800	17%	\$9.390	\$12.730			
24%	\$11.800	\$15.000	18%	\$12.730	\$16.190			
26%	\$15.000	\$18.200	20%	\$16.190	\$19.640			
31%	\$18.200	\$23.500	24%	\$19.640	\$25.360			
36%	\$23.500	\$28.800	28%	\$25.360	\$31.080			
42%	\$28.800	\$34.100	32%	\$31.080	\$36.800			
46%	\$34.100	\$44.700	35%	\$36.800	\$48.240			
54%	\$44.700	\$60.600	42%	\$48.240	\$65.390			
59%	\$60.600	\$81.800	45%	\$65.390	\$88.270			
63%	\$81.800	\$108.300	48%	\$88.270	\$116.870			
68%	\$108.300	\$161.300	50%	\$116.870	-			
70%	\$161.300	-						

Fonte: www.taxfoundation.org. APUD: (MELLO, 2010, p. 108)

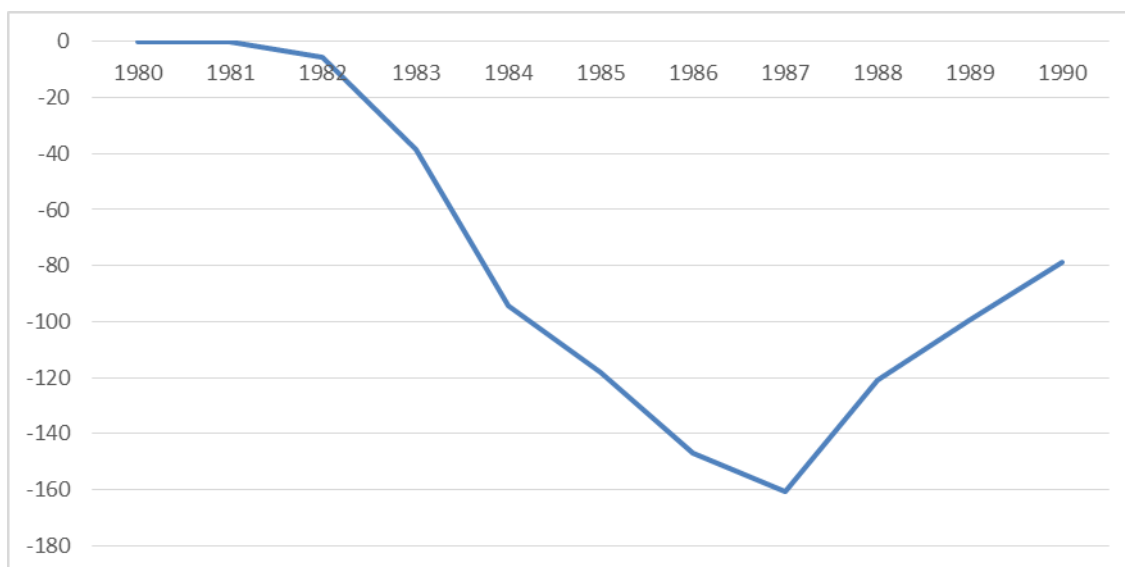
Gráfico 4: Gastos Governamentais em \$bilhões e Dívida Pública Federal como % do PIB



Fonte: www.tradingeconomics.com⁷¹. Elaboração Própria.

Na relação entre os gastos do governo com suas receitas, a década de 1980 foi toda deficitária, com um déficit primário variando entre -4% e -5% do PIB, atingindo seu ápice em 1984, quando representou -6,8%. A Balança de Pagamentos permaneceu deficitária durante todos os anos da administração de Reagan, chegando a um apresentar um déficit de \$160 bilhões em 1987, e revelando uma sensível diminuição no final do governo (Gráfico 4). A tendência apresentada nos anos de Ronald Reagan representa, portanto, uma situação de *twin deficits* e um aumento do endividamento para possibilitar a captação de recursos necessários para administrar tal conjuntura.

Gráfico 5: Balança de Pagamentos dos Estados Unidos (1980-1990) em \$bilhões



Fonte: FMI⁷². Elaboração Própria

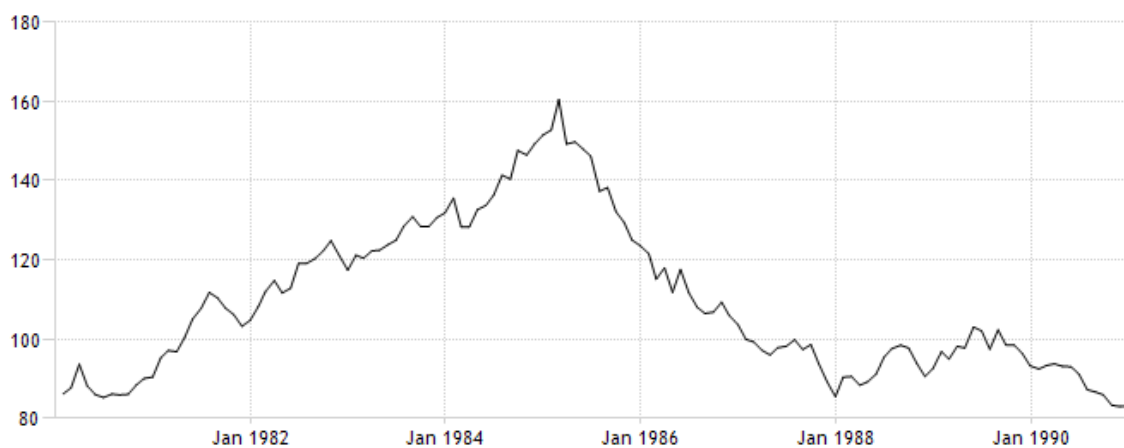
O gráfico abaixo (Gráfico 6) foi elaborado com base no índice DXY, que é baseado no valor nominal do dólar frente a uma cesta das principais moedas. É possível perceber que a política de altos juros do início do governo favoreceu uma valorização progressiva da moeda até o ano de 1985. Com as exportações ameaçadas pelo câmbio valorizado, o governo atuou através da política externa. Junto com o Japão e a Alemanha, na época, a segunda e a terceira maiores economias do mundo,

⁷¹ Trading Economics. *Government Debt to GDP*. Disponível em: <http://www.tradingeconomics.com/united-states/government-debt-to-gdp>. Acesso em: Agosto de 2016.

⁷² International Monetary Fund. *World Economic Outlook*. Outubro de 2016. Disponível em: <http://www.imf.org/external/datamapper/index.php>. Acesso em: Agosto de 2016.

respectivamente, o governo dos Estados Unidos firmou o “Acordo de Plaza”, em 1985. O chamado “Acordo de Plaza” foi um acordo secreto no qual os governos japonês e alemão permitiram a valorização do iene e do marco, aliviando assim os déficits americanos, através da desvalorização do dólar ⁷³. Além disso, o governo japonês, frente à pressão dos Estados Unidos, restringiu as suas exportações de automóveis. A queda da taxa de juros também ajudou a desvalorizar o dólar na segunda metade da década de 1980. Apesar disso, como já foi apontado anteriormente, a economia dos Estados Unidos permaneceu deficitária.

Gráfico 6: Índice DXY (Câmbio Nominal do dólar com índice das principais moedas)



Fonte: www.tradingeconomics.com. Elaboração Própria⁷⁴.

Algumas características macroeconômicas da era Reagan fazem parte de uma reestruturação mais profunda do capitalismo norte-americano. A capacidade de endividamento e a acumulação de déficits, tanto o primário como o externo, só foi possível devido à posição do dólar como moeda de referência internacional. Diante do desafio imposto pela indústria estrangeira, o capital norte-americano adequou-se. O crescimento foi também alicerçado na expansão do consumo através da disponibilidade de crédito, tendência que se aprofundaria nas décadas posteriores a Reagan. O fato dos Estados Unidos poderem expandir sua dívida pública exponencialmente -devido a sua posição hegemônica no sistema financeiro internacional- possibilitou ao país a captação

⁷³ Ver mais sobre o “Acordo de Plaza” em: 1) ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI; tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2008; 2) HARVEY, David, Neoliberalismo: história e implicações. Edições Loyola, São Paulo, 2008.

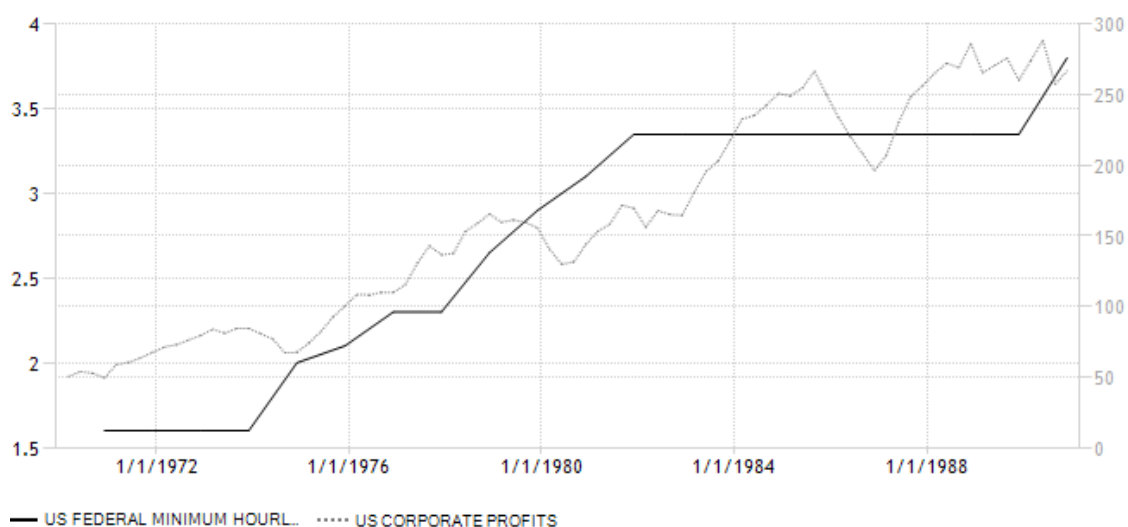
⁷⁴ Trading Economics. *The United States Dollar*. Disponível em: <http://www.tradingeconomics.com/united-states/currency>. Acesso em: Agosto de 2016.

dos recursos necessários para ao mesmo tempo cortar impostos e aumentar os gastos públicos. Tal fato foi essencial para a coesão interna das elites, na medida em que concilia a demanda clássica da elite econômica de reduzir a carga tributária sobre grandes fortunas e atende a pressão das elites que dependem dos contratos com o governo. O aumento de gastos do governo foi injetado no complexo industrial-militar. A redução do papel do Estado e o conseqüente corte de gastos amplamente advogado por Reagan e sua equipe foi direcionado aos benefícios sociais e às classes trabalhadoras. Dessa forma, concomitantemente, houve austeridade e expansão dos gastos públicos nos anos de Ronald Reagan, fato que favorecia as elites em detrimento do povo.

3.1.2- Militarização e Austeridade

A política econômica de Reagan tem um caráter claro de classe. Ela foi direcionada para o benefício das classes mais altas em detrimento das classes trabalhadoras. Tratou-se nitidamente de uma restituição de privilégios para a elite, uma contraofensiva conservadora que desmantelou o Estado de bem-estar. Além dos já mencionados cortes nos impostos para os mais ricos, nos anos de Ronald Reagan delineou-se uma estratégia pró-capital, no sentido de congelar os salários.

Gráfico 7: Salário Mínimo em \$/por hora de trabalho e Lucros Corporativos em \$bilhões



Como pode ser percebido no gráfico acima (Gráfico 7), o salário mínimo nos Estados Unidos permaneceu o mesmo do ano 1982 à 1989, em um valor de \$3,25 dólares por hora de trabalho. Já os lucros corporativos, mais do que triplicaram (em termos nominais) de valor no mesmo período, chegando a perto dos \$300 bilhões de dólares no final da década de 1980. A década anterior também resultou em um aumento de três vezes no valor nominal dos lucros corporativos, no entanto, o salário mínimo também foi reajustado em um valor aproximado de 100%.

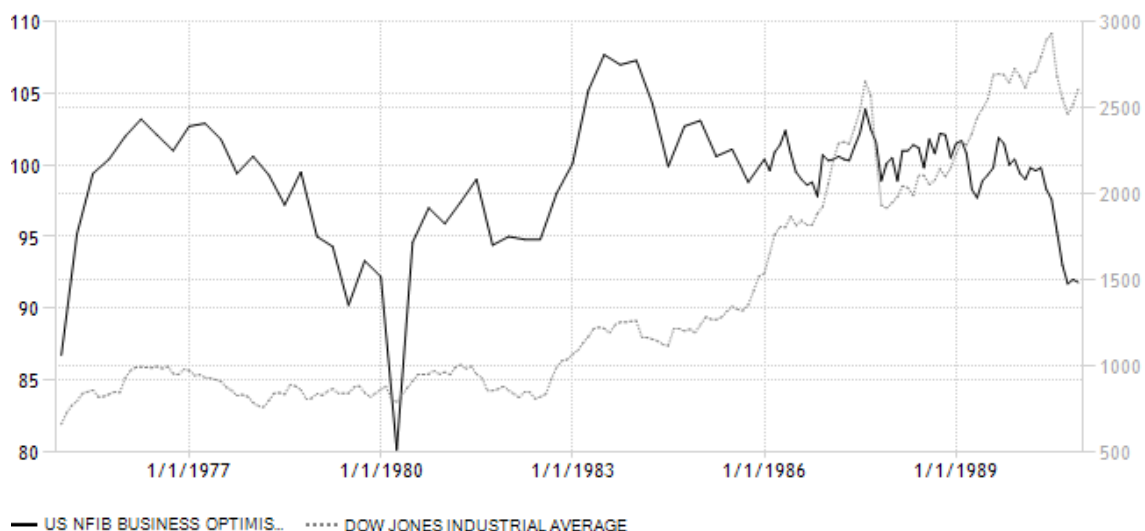
Já a produtividade do trabalho, medido por um índice publicado pelo Bureau of Labor Statistics (BLS)⁷⁶, baseado no *output* real por hora média de trabalho, aumentou 10 pontos tanto na década de 1970 como na década de 1980, saindo de 45 pontos de índice no ano de 1970 para 65 pontos em 1990, um aumento constante que perpassou todos os anos sem exceção para os anos de administração do presidente Reagan. A National Federation of Independent Business (NFIB)⁷⁷ publica um índice de otimismo corporativo com base em uma variedade de expectativas e projetos de seus membros. Esse índice (Gráfico 6) permaneceu acima dos 100 pontos durante a maior parte dos governos de Reagan, atingindo o máximo de toda série histórica do índice em 1983 quando atingiu 107.7 pontos e o pior resultado da série histórica em 1980, no ano da eleição de Reagan, quando marcou 80.1 pontos. O desempenho da bolsa de valores, medido pelo Dow Jones Industrial Average (DJIA), índice baseado na cotação das ações das 30 maiores empresas do mercado americano, foi positivo nos anos de Reagan. O DJIA, que permaneceu relativamente estagnado durante os anos 1970 em volta dos 1000 pontos, subiu quase que constantemente durante a década de 1980, chegando perto dos 3000 pontos no final do ano de 1989.

Gráfico 8: Mercado dos Estados Unidos: Índice Dow Jones (DJIA) e Índice de Otimismo Corporativo (NFIB), período (1975-1990)

⁷⁵ Trading Economics. *United States Minimum Wage Hourly*. Disponível em: <http://www.tradingeconomics.com/united-states/minimum-wages>. Acesso em: Agosto de 2016.

⁷⁶ Bureau of Labor Statistics. *Productivity and Costs*. Disponível em: <http://www.bls.gov/news.release/prod2.toc.htm>. Acesso em: Agosto de 2016.

⁷⁷ National Federation of Independent Business. Disponível em: <http://www.nfib.com/>. Acesso em: Julho de 2015.

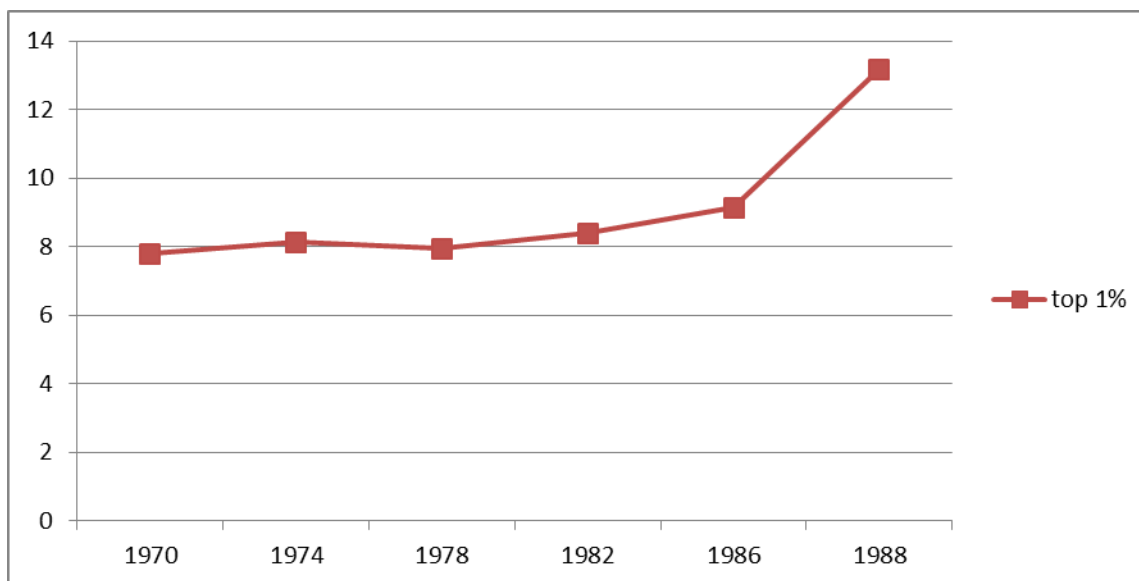


Fonte: www.tradingeconomics.com⁷⁸. Elaboração Própria.

Os resultados da transferência de recursos em prol do grande capital e das políticas de austeridade do governo Reagan podem ser percebidos se analisarmos os dados de distribuição de renda durante o período. A restituição do poder de classe tratou-se de um movimento mais profundo, liderado pelos Estados Unidos, que remodelou as estruturas econômica e financeira globais. É evidente que um movimento de redistribuição de renda em favor dos mais ricos tem efeitos mais devastadores na periferia do sistema. No entanto, no plano doméstico estadunidense, tal conjuntura não pode ser negligenciada, como evidencia o gráfico a seguir (Gráfico 9):

Gráfico 9: Porcentagem da Renda Nacional em posse do 1% mais rico da população (1970- 1988)

⁷⁸ Trading Economics. *Dow Jones Industrial Average*. Disponível em: <http://www.tradingeconomics.com/united-states/stock-market>. Acesso em: Agosto de 2016.



Fonte: The World Wealth and Income Database⁷⁹. Elaboração Própria.

Como pode ser percebido no gráfico acima (Gráfico 9), a porcentagem da renda nacional em posse do 1% mais rico da população manteve-se estável durante a década de 1970, variando apenas 0,2 pontos percentuais de 1970 à 1979, aumentando de 7,8% para 8,0% no período. Com Reagan e a reestruturação conservadora, a parcela da renda para os 1% mais ricos da população aumenta para 13,17% no ano de 1988, um aumento de mais de 5% em apenas oito anos. Se incluirmos os ganhos de capital como parte da renda, essa parcela representou 15,5% no mesmo ano. A remuneração dos CEO's em comparação com o salário médio em uma determinada empresa também apresentou um aumento expressivo no período. Em 1978, um CEO ganhava, anualmente, 29,9 vezes a mais do que um trabalhador comum. Em 1989, esse número aumentou para 58,7. Os dados até aqui analisados demonstram claramente o viés elitista das políticas de Reagan. O apoio dos poderosos iria garantir sua reeleição. No entanto, Reagan, apesar de fazer um governo para as elites, possuía também grande apreço popular.

O presidente Ronald Reagan foi reeleito no dia 6 de Novembro de 1984 com um resultado ímpar na história dos Estados Unidos. Dos 538 votos distritais, Ronald Reagan ganhou 525 (97.58%), o maior número da história. Reagan venceu em 49 dos 50 estados e carregou 58.8% dos votos populares. Sua campanha foi marcada por uma exaltação de suas políticas, principalmente as econômicas e militares, e o compromisso de radicalizar ainda mais a aplicação das mesmas. Em seus comícios e propagandas

⁷⁹ Base de dados disponibilizados pelo grupo de pesquisa liderado por Thomas Piketty. Disponível em: <http://www.wid.world/#Database>. Acesso em: Agosto de 2016.

eleitorais, a campanha de Reagan foi marcada pelo apelo patriótico e divino, frases como “America is back” e “God bless the USA” tornaram-se comuns durante sua campanha. O perfil do eleitor de Reagan foi o homem branco e católico. O presidente contou ainda com a maioria dos votos de jovens e sulistas. Walter Mondale, apesar de sua derrota “esmagadora” para Reagan e seu candidato a vice, George Bush, conseguiu a maioria dos votos da população afrodescendente.

Em meio ao arrocho fiscal e aos aqui analisados ganhos dos mais ricos da população, o complexo-industrial militar não deixou de ser contemplado pelo governo. Os *Warlords* do Pentágono, bem como as empresas ligadas à economia de guerra, principalmente aquelas de alta tecnologia, receberam quantidades expressivas de recursos do governo federal. Como pode ser observada na Tabela 2, a tendência de queda nos gastos militares dos anos 1970 foi revertida pela equipe de Reagan. Já os recursos destinados às camadas mais vulneráveis da população civil sofreram queda nos anos 1980. Cabe destacar o ano de 1984, onde transparece um aumento de quatro pontos percentuais para a defesa nacional e uma queda de 2.3% nos recursos humanos. Durante os mandatos de Reagan, os gastos com defesa aumentaram de 22,7% para 27,3%. Todas as outras funções apresentaram queda. Em tal conjuntura, o SDI apresenta-se como variável chave para entender essa política, já que foi ao acaso desse e da política mais geral de desenvolvimento de armamentos estratégicos que a transferência de recursos para o setor de defesa se deu.

Tabela 2: Transferência de recursos sob o neoconservadorismo

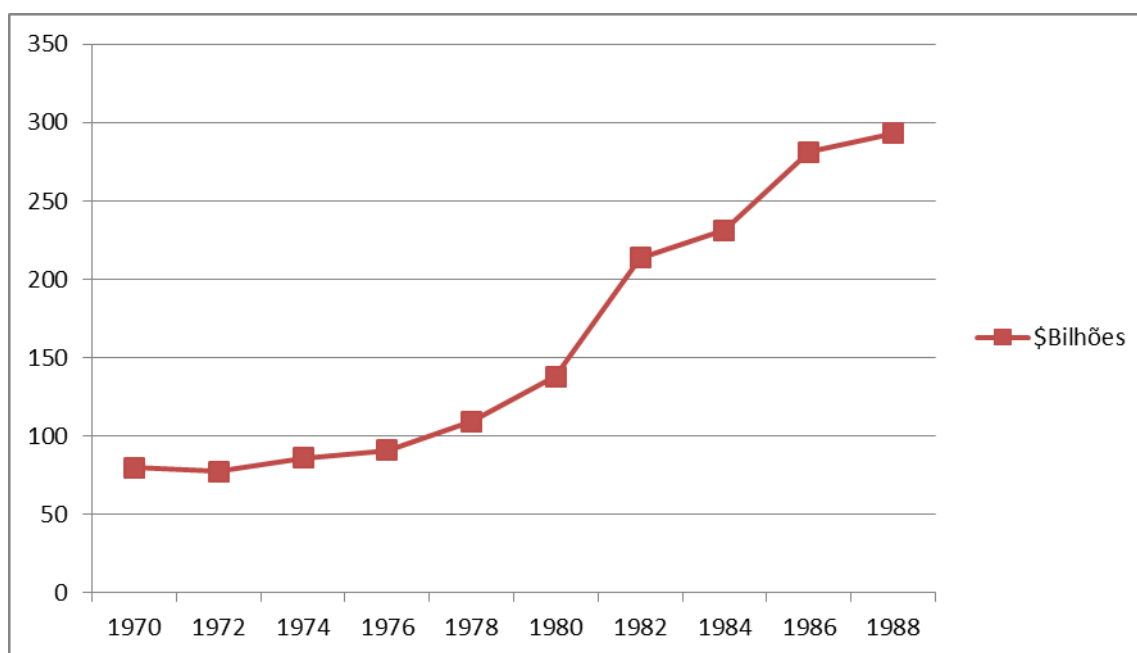
Função / ano	1968	1972	1976	1980	1984	1988
Defesa Nacional	46,0	34,3	24,1	22,7	26,7	27,3
Recursos Humanos	33,3	46,5	54,8	53,0	50,7	50,1
Educação e Treinamento	4,3	5,4	5,1	5,4	3,2	2,9
Saúde	2,5	3,8	4,2	3,9	3,6	4,2
Medicare	2,6	3,2	4,3	5,4	6,8	7,4
Seguridade de Renda	6,6	12,0	16,4	14,6	13,3	12,2
Seguridade Social	13,4	17,4	19,9	20,1	20,9	20,6
Benefícios aos Veteranos	3,9	4,6	5,0	3,6	3,0	2,8
Recursos Físicos	9,0	8,5	10,5	11,2	6,8	6,4
Energia	0,6	0,6	1,1	1,7	0,8	0,2
Recursos Naturais	1,7	1,8	2,2	2,3	1,5	1,4
Comércio e Crédito Imobiliário	2,4	1,0	2,0	1,6	0,8	1,8
Transporte	3,5	3,6	3,7	3,6	2,8	2,6
Desenvolvimento Regional	0,8	1,5	1,5	1,9	0,9	0,5
Juros Líquidos	6,2	6,7	7,2	8,9	13,0	14,3
Outras Funções	10,0	8,2	7,3	7,6	6,5	5,4
Assuntos Internacionais	3,0	2,1	1,7	2,2	1,9	1,0
Ciência, Espaço e Tecnologia	3,1	1,8	1,2	1,0	1,0	1,0
Agricultura	2,6	2,3	0,8	1,5	1,6	1,6
Administração da Justiça	0,4	0,7	0,9	0,8	0,7	0,9
Governo Geral	1,0	1,3	2,6	2,2	1,4	0,9
Receitas não Distribuídas	-4,5	-4,2	-3,9	-3,4	-3,8	-3,5
Gastos Federais Totais	100	100	100	100	100	100

Fonte: Historical Tables. Budget of the U.S Government. APUD: (MELLO, 2010, p. 120)⁸⁰

Os Estados Unidos dedicam, historicamente, quantidades excepcionais de recursos para o setor de defesa, incomparáveis com outros países. Durante a era Reagan, no entanto, essa quantidade aumentou ainda mais, em consonância com toda a plataforma política de Reagan, seus discursos e posições. Como pode ser percebido no gráfico abaixo (Gráfico 10), a década de 1970 não apresentou um aumento expressivo dos recursos destinados ao Pentágono, saltando de \$79, 8 bilhões em 1970 para 138,1 bilhões em 1980, um aumento de aproximadamente 73%. Durante o período que vai de 1980 a 1988, os gastos militares saltaram de \$138,1 bilhões para \$293 bilhões, com destaque para os primeiros anos da série histórica, já que, em 1982, o valor já havia aumentado para \$213,6 bilhões. Cabe destacar que o ano em questão foi de crise econômica e austeridade.

⁸⁰ Os gastos governamentais, com séries históricas mais completas e projeções para os anos futuros do governo estadunidense podem ser acessadas em: <https://www.whitehouse.gov/omb/budget/Historicals>. Acesso em: Janeiro de 2016.

Gráfico 10: Expansão dos gastos militares nos Estados Unidos (1970-1988)



Fonte: SIPRI⁸¹. Elaboração Própria.

A análise conjuntural da economia estadunidense na década de oitenta, feita até aqui, permite a dedução de alguns elementos pertinentes para o estudo das elites sob o comando de Ronald Reagan e para a compreensão do SDI como parte da estratégia das mesmas. Os governos de Reagan podem ser divididos em dois momentos em termos de desempenho macroeconômico. O primeiro, nos primeiros anos de governo, apresentou um baixo crescimento, alta inflação e desemprego. A partir de 1983, no entanto, a conjuntura transformou-se e a performance econômica dos Estados Unidos foi invejável. O que é chave para o presente estudo é a compreensão de o que levou a essa reversão de cenário. A estratégia econômica do governo rompeu com os governos anteriores no sentido de não utilizar a expansão da renda dos trabalhadores como variável de sustentação do crescimento. No entanto, em um quesito Reagan estava mais restringido de aplicar a austeridade, a saber, nos gastos militares. A expansão da demanda agregada através dos gastos do Pentágono, com investimentos em pesquisa e desenvolvimento de alta tecnologia, garantia de demanda e proteção contra competição estrangeira pode ser considerada o próprio elemento dinâmico do desenvolvimento capitalista dos Estados Unidos (ZEGVELD; ENZING, 1987, p. 78). Apesar da retórica de Reagan, o Estado continuou a ser o principal estimulador da economia dos Estados

⁸¹ Stockholm International Peace Research (SIPRI). *SIPRI Military Expenditure Database*. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em: Julho de 2016.

Unidos. E isso foi possibilitado graças a capacidade de endividamento (externo e interno) do governo dos Estados Unidos, já que o dólar é a moeda de referência no sistema internacional. O papel do dólar como moeda de referência é sustentado, em última instância, pelo poder militar estadunidense. A macroeconomia de Reagan, como aponta (NAVARRO, 1991, p. 189-210) pode ser caracterizada como *keynesianismo* militarista em oposição ao clássico *keynesianismo* social.

Já que não houve uma diminuição do Estado durante o governo, o que se deu foi uma explícita política de transferências de recursos para as elites, como foi demonstrado acima. Em meio ao conflito interno que essa restituição de poder de classe provocou, quais grupos específicos advogaram pelo militarismo e pela austeridade e como esses construíram sua estratégia até ser vitoriosa? Analisar-se-á, essa problemática, no tópico seguinte, tomando como principal referência o objeto do presente estudo, o SDI.

As Elites Econômicas e a Definição da Agenda do SDI

3.2.1- Os *think tanks* e os *lobbies*

Na complexa fábrica de interesses sociais, a destilação de modelos explicativos dos interesses das elites é uma tarefa árdua. No entanto, devido a grande disponibilidade de acervos histórico-institucionais, há boas maneiras de abordar-se essa problemática no estudo dos Estados Unidos. As elites reúnem-se em associações empresariais, clubes, partidos e *think tanks*, dentre outros. Alguns *think tanks* são projetos explicitamente advogados por setores dos altos círculos da economia e política estadunidenses. No caso dos governos de Reagan e seus principais programas militares -míssil MX, bombardeadores B-1, míssil D-5, submarinos Trident⁸² e o SDI- alguns *think tanks* e *lobbies* de maneira mais geral cumpriram papel fundamental na idealização e na concretização dos mesmos, do Pentágono à Casa Branca.

No caso do SDI, o *think tank* mais proeminente a militar a favor do programa foi aquele liderado pelo General Daniel Graham, conselheiro de Reagan. Em setembro de

⁸² Ver mais sobre o programa Trident em: HALLORAN, Richard. Reagan Expanding Trident Program. The New York Times, Fevereiro de 1983. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1983/02/06/us/reagan-expanding-trident-program.html>. Acesso em: Janeiro de 2017.

1981, Graham fundou o High Frontier, um *think tank* especializado em defesa antimísil, com sede no estado da Virginia. O High Frontier publicou um ano depois de sua fundação em parceria com outro *think tank* –o Heritage Foundation– um documento intitulado “*High Frontier: A New National Strategy*” que manifestava as visões da organização a respeito de sistemas defensivos baseados em terra e no espaço que poderiam identificar e, através da utilização de raios-laser, destruir mísseis balísticos. A ligação entre a Heritage Foundation e o General Graham foi essencial para a constituição do High Frontier. A Heritage Foundation deu o aparato necessário para um grupo de especialistas interessados em militarização do espaço e, mais especificamente, em defesas antimísseis conduzir suas pesquisas. O resultado foi o documento “*High Frontier*”, pilar alicerce da organização que Graham logo fundaria. Mais importante que o aparato institucional e financeiro provido pela Heritage Foundation foi a notoriedade política e o acesso aos altos escalões do governo proveniente da influência da Heritage naquele momento (ABELSON, 2006, p.186-189). Em uma carta direcionada a Graham, no dia 25 de novembro de 1985, Reagan reconheceu o papel fundamental da High Frontier para o SDI:

Eu agradeço o trabalho importante que você e seus colegas têm feito para preparar o caminho para uma América mais segura... Você e todos aqueles que transformaram o projeto High Frontier em uma realidade, prestaram ao nosso país um serviço muito valioso o qual todas as futuras gerações serão gratas. Eu valorizo muito seus esforços contínuos em ajudar a construir um consenso nacional e por encontrar as difíceis respostas para os problemas estratégicos profundos que enfrentam todos na era nuclear. Nós temos uma grande oportunidade e desafio diante de nós em tornar as armas nucleares obsoletas e eu verdadeiramente agradeço seus esforços especiais em alcançar esse objetivo (REAGAN, 1985; APUD: ABELSON, 2006, p. 193).

A Heritage Foundation, por sua vez, empreendeu vigorosos esforços em influenciar o debate para superar a política de defesa baseada no MAD e remover obstáculos ao SDI, como o ABM (Anti-Ballistic Missil Treaty), que como se verá mais adiante, impunha restrições legais ao SDI. No caso do Tratado ABM, a Heritage Foundation atuou através do Congresso. Até mais importante que a interação com o governo é o fato que os *think tanks* exercem um papel importante na sua interação com a mídia, o meio acadêmico e o complexo militar industrial. É essa a questão chave que explica como a opinião pública é moldada para ser a favor de projetos militares

extremamente dispendiosos em momentos de recessão e corte de gastos sociais. De acordo com Abelson, a Heritage foi citada 119 vezes de maneira impressa e 2 vezes na televisão em referência ao debate sobre a defesa contra mísseis balísticos em um período de 5 anos (ABELSON, 2006, p. 199). Alguns *think tanks* fizeram campanha contra o SDI, naturalmente, pois as elites não são inteiramente coesas. Alguns desses *think tanks*, de alta influência foram o Brookings, o Carnegie e o Union of Concerned Scientists. Os *think tanks* são também representativos de interesses materiais concretos que atuam na articulação política mais avidamente, através dos *lobbies*.

Os *lobbies* mais evidentes, quando se trata de programas como o SDI, são as empresas contratantes e os institutos de pesquisa ligados ao desenvolvimento de tecnologia militar. O ponto de partida para uma análise das forças econômicas ligadas aos programas militares de maneira mais geral e ao SDI em particular está no próprio âmago da organização da economia estadunidense. Há um elo claro no papel estratégico da ciência e da tecnologia nos Estados Unidos entre a segurança nacional e o desenvolvimento econômico. Tal percepção provém, historicamente, das consequências econômicas do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico pela via militar. Dessa forma, o Pentágono atua como principal promotor de políticas públicas na área industrial-tecnológica. Esse fato deve-se aos *spin-offs* provenientes do desenvolvimento militar para o setor civil, provendo os *lobbies* com a argumentação necessária para justificar altos investimentos em defesa e desenvolvimento aeroespacial mesmo em cenários de alta disputa pelo orçamento nacional. O Pentágono cumpriria o papel, na economia estadunidense, que cumpre o Ministério de Comércio Exterior e Indústria no Japão. Outra característica da dinâmica interna estadunidense que cabe destacar é que existe uma crença na sociedade nos Estados Unidos de o desenvolvimento capitalista se dá através das forças do mercado. Dessa forma, quaisquer políticas de intervenção governamental, através de uma política industrial ativa, por exemplo, é vista com suspeita pela população. A via militar é, portanto, usada para justificar o investimento governamental em setores industriais chave. Sem a referência a uma segurança nacional ameaçada, as imensas quantidades de recursos destinadas aos contratos não poderiam ser justificadas.

No decorrer da história, há diversos exemplos de descobertas científicas e desenvolvimento tecnológico associado ao investimento industrial do setor militar. Os casos mais conhecidos de *spin-off* são a energia nuclear, aero propulsão do motor, fibras

de carbono, computadores, cristal líquido e o GPS. No entanto, são diversos os argumentos contrários à ideia do *spin-off* proveniente do investimento militar. Dentre os principais, podemos citar: 1) Devido à classificação da informação a transferência de tecnologia e de conhecimento científico, torna-se prejudicada; 2) As limitações impostas aos pesquisadores visitantes estrangeiros dificulta a cooperação científica internacional; 3) A comercialização internacional de produtos provenientes da tecnologia militar é severamente restrita pelo governo dos Estados Unidos.

Tabela 3- Os Maiores Contratantes do SDI nos Anos Fiscais (AF) 1983-1986 em \$milhões

Empresa	\$ Valor dos contratos nos AF de 1983 -1986	% dos Contratos nos AF de 1983 -1986
Lockheed	720.9	9.8
General Motors	612.6	8.4
DOE Lawrence Livermore Nat'l Lab	375.4	5.1
Boeing	373.6	5.1
TRW	373.1	5.1
EG&G	360.3	4.9
McDonell Douglas	338.2	4.6
MIT Lincoln Labs	327.5	4.5
DOE Los Alamos Nat'l Lab	285.5	3.9
General Electric	260.7	3.6
DOE Sandia Nat' Lab	226.5	3.1
Rockwell Int'l	197.4	2.7
Teledyne Inc.	181.1	2.5
Gencorp Inc.	175.4	2.4
SDI Institute	125.0	1.7
Textron	120.3	1.6
LTV Corp	105.6	1.4
Flow General	90.2	1.2
Raytheon Co.	81.8	1.
Martin Marietta	77.7	1.1
TOTAL	5,409,706	73.8%

Fonte: PIANTA, Mario, 1988⁸³. Elaboração Própria.

⁸³ Mario Pianta, em sua tese, sustenta a importância do fator tecnológico para a resolução da crise de hegemonia que os Estados Unidos atravessaram à época. O autor dedica parte de sua obra “**New Technologies Across the Atlantic: US Leadership or European Autonomy?**” ao SDI. Disponível em: <http://www.nzdl.org/gsd/mod?e=d-00000-00---off-0ccgi--00-0---0-10-0---0---0direct-10---4-----0-11-->

No caso do SDI, o primeiro diretor da Strategic Defense Initiative Organization (SDIO), James Abrahamson, argumentava que o volume de desafios tecnológicos do SDI excedia em grande escala aqueles do programa Apollo, pois o programa estava totalmente “voltado para tecnologias do futuro: tecnologias da informação, tecnologia de laser e tecnologia espacial” (ZEGVELD; ENZING, 1987, p. 141). Abrahamson acreditava que essas tecnologias avançadas e fundamentais produziram um *spill-over* significativo. O SDI, para funcionar, necessitaria contar com avanços em sensores, mísseis de alta velocidade, lasers, aceleradores de partícula, mecanismos de controle, fontes de energia, materiais e hardware e software. Transformar tais tecnologias em produtos comercializáveis parecia uma tarefa árdua.

Há um extenso debate sobre os benefícios do investimento militar para o setor civil⁸⁴, no entanto, há de se levar em consideração que, por mais que existam argumentos contrários a esse tipo de política industrial, o *lobby* favorável ao complexo industrial militar possuiu, na história dos Estados Unidos, maior poder político e econômico para fazer valer o desenvolvimento tecnológico pela via militar em oposição à via do mercado. A Tabela 3 exemplifica tal argumento em relação ao SDI. Os maiores contratantes dos primeiros anos fiscais do programa foram empresas de grande peso econômico, incluindo a 2^a, 11^a, 34^o e 56^o maiores empresas do mundo em 1983⁸⁵, respectivamente a General Motors, General Electric, Boeing e a Lockheed. Esse fato é de suma importância quando os congressistas aprovaram as leis orçamentárias anuais durante os governos de Ronald Reagan e a quantidade de recursos que foram destinados ao SDI, pois, como foi visto anteriormente, as elites política, econômica e militar dos Estados Unidos estão intimamente conectadas no plano profissional e também social.

Outro fator essencial para uma melhor compreensão da dinâmica econômica de projetos como SDI é a ligação entre o setor militar e o acadêmico. As universidades norte-americanas cumprem um papel fundamental na pesquisa e desenvolvimento de

11-en-50---20-about---00-0-1-00-0-4---0-0-11-10-0utfZz-8-10&a=d&c=ccgi&cl=CL2.6&d=HASH01678faf128d876998b19593. Acesso em: Janeiro de 2016.

⁸⁴ Para um melhor entendimento do SDI como política de inovação científica, vide: BROOKS, Harvey. *The Strategic Defense Initiative as Science Policy*. MIT Press: International Security, Vol. 11, Nº 2 (Fall, 1986), p. 177-184. Já para a compreensão do SDI como política inovadora e industrial de maneira mais geral, ver: LICHTENBERG, Frank. R. *The impact of the Strategic Defense Initiative on U.S Civilian R&D Investment and Industrial Competitiveness*. Social Studies of Science, May 1989; vol. 19, 2: p. 265-282.

⁸⁵ Fortune Magazine. *Fortune 500*. Disponível em: http://archive.fortune.com/magazines/fortune/fortune500_archive/full/1983/. Acesso em: Setembro de 2016.

tecnologia militar, seja através de ciência básica ou aplicada. Os principais centros de ensino e pesquisa do país são contemplados com recursos do Pentágono para desenvolver essas atividades. Em 1984 foi criado, dentro da SDIO, o Innovative Science and Technology Office (IST) responsável por prover recursos para a pesquisa em ciência básica que visava a buscar conceitos altamente inovadores que teriam impacto no SDI. Logo de início, o IST despendeu \$62 milhões em contratos de pesquisa de longo prazo, divididos de acordo em seis grandes grupos de pesquisa, da seguinte maneira (ZEGVELD; ENZING, 1987, p. 89): 1) Poder espacial não nuclear: envolvendo a Auburn, a State University of New York em Buffalo, o Polytechnic Institute de Nova York, a Texas Tech e a University of Texas em Arlington; 2) Computação ótica: com a Carnegie-Mellon, a Caltech, a Georgia Tech, a Stanford University, o MIT's Lincoln Labs, o Batelle Columbus Labs, a University of Alabama em Huntsville e o U.S Naval Ocean Systems Center; 3) Circuitos eletrônicos para computação, sensoriamento, geração de energia e feixes de energia dirigida: conduzida pela University of California em Berkely, a Stanford, a Purdue, a University of Florida em Gainsville e a University of Southern Carolina; 4) Desenvolvimento de materiais compostos: envolvendo a MIT, a Pennsylvania State, a Colorado School of Mines, a Johns Hopkins, a Texas A&M, a Brown, o Rensselaer Polytechnic Institute, a Drexel, a SRI International e o Naval Research Lab. Tais universidades iriam atuar em parceria com empresas como a United Technologies, Martin Marietta, Fiber Materials, Aeronautical Research Corp. of Princeton e a Ultrasystems Inc; 4) Lasers químicos, ondas eletromagnéticas, feixes de partículas, radiação no espaço: desenvolvida pela Johns Hopkings's Applied Research Lab, as universidades do Arizona, Maryland, Michigan, Iowa, Kansas, California em Berkely, Utah State, UCLA, MIT, Stanford, NYU, o Naval Research Lab e o Air Force Geophysics Lab. A ligação da indústria, academia e o setor militar nos Estados Unidos exerce importantíssimo papel para a economia estadunidense, para Carlos Medeiros:

(...) o “complexo militar-industrial-acadêmico” gerou, em diferentes momentos, um estímulo tanto de demanda quanto de oferta ao processo de inovações e criou uma rede descentralizada e coordenada de instituições e comunidades tecnológicas sem rival no mundo contemporâneo. Dada esta característica específica, a influência dos militares na tecnologia não foi circunscrita à provisão de recursos ao processo de P&D [Pesquisa e Desenvolvimento] e às compras de governo aos fabricantes de armas, mas

incluiu a montagem de instituições voltadas ao deslocamento da fronteira científica e à aceleração do progresso tecnológico. Mais do que as armas criadas por este esforço, este objetivo político tornou-se um traço marcante da ciência e tecnologia americana. A influência sobre a mudança tecnológica nos EUA conformou, nos ‘anos dourados’ do pós-guerra, uma especialização produtiva em setores baseados na ciência, muito distintas das prioridades desenvolvidas no Japão e outros sistemas nacionais de inovação centrados na difusão a baixo custo de inovações da fronteira tecnológica (MEDEIROS, 2004, p. 226).

O “complexo militar-industrial acadêmico” é uma realidade estrutural da economia estadunidense. As elites que se conformaram ao redor dessa dinâmica dificilmente irão revertê-la. Dos *think tanks* aos *lobbies*, do Pentágono as universidades, da Casa Branca a Wall Street, os programas militares possuem forte apoio. É por esse motivo que quando o SDI foi lançado, não se tratava de uma ideia “mirabolante” de um presidente idealista, e sim, de um programa concreto com o qual se envolveriam organizações governamentais, algumas das maiores empresas do mundo e as principais universidades do país. O interesse das elites econômicas no SDI também pode ser analisado na disputa congressional que se deu em torno do programa.

3.2.2- A disputa congressional

No início deste estudo, levantou-se a problemática de como a equipe de Ronald Reagan aprovou no Congresso a destinação de recursos ao SDI, programa este tão criticado pela oposição, que à época era maioria no Capitol Hill. Os debates e votações nos plenários do Congresso podem servir de importante termômetro para analisar a força dos diferentes grupos de interesses ali representados. Quando se trata de programas de destinação de recursos federais, como o SDI, a força das elites econômicas torna-se mais evidente, pois contratos com garantia de demanda de longo prazo estão sendo disputados, vide a Tabela 3. O orçamento inicial do SDI previa uma soma de \$26 bilhões para os primeiros cinco anos, alcançando a marca dos \$69 bilhões na primeira década do programa. No entanto, se o sistema fosse de fato posto em completo funcionamento, o orçamento aumentaria para \$1 trilhão segundo as estimativas da época. Muito embora longe da ambição inicial do governo de Ronald Reagan, o Congresso aprovou valores significativos para o programa e suas diferentes categorias, como fica evidenciado na tabela abaixo (Tabela 4):

Tabela 4- Recursos destinados ao SDI por categoria (1985-1988) em \$milhões

Programa	AF 1985	AF 1986	AF 1987	AF 1988
SDIO				
Surveillance, Aquisition & kill assessment	545.950	856.956	1,262.413	1,558.279
Directed-energy weapons	337.599	844.401	1,614.955	1,582.037
Kinetic energy weapons	255.950	595.802	991.214	1,217.226
Systems, concepts, and battle management	100.280	227.339	462.206	563.998
Survivability, lethality & key support technology	108.400	221.001	454.367	523.654
Management HQ, SDI	9.120	13.122	17.411	18.118
Total	1,397.299	2,759.222	4,802.566	5,463.312
Department of Energy				
SDI-related programes	224	228		

Fonte: PIANTA, Mario, 1988. Elaboração Própria

Era natural que uma grande quantidade de empresas ligadas ao setor de defesa e agências governamentais se interessassem por um projeto que poderia superar o Projeto Manhattan em tamanho. Além disso, as vésperas das eleições para o Congresso, a influência de Reagan e sua promessa de uma “defesa final” contra os mísseis balísticos levou muitos congressistas do partido democrata a temerem se posicionar contra um projeto como o SDI. Vários fatores contam na motivação dos votos dos congressistas, dentre eles, podemos citar, por exemplo, a ideologia, filiação partidária, interesses econômicos, distrito de origem, e a resposta a opinião pública. A questão que se apresenta é naturalmente, qual desses fatores conta mais? A resposta mais coerente para essa questão é que o voto é definido por um balanço desses diferentes fatores, de certa

forma, equilibrados entre si. Uma radicalização analítica acabaria por resultar em um determinismo não verdadeiro, por exemplo, se tomarmos os interesses materiais como os únicos fatores a moldar o resultado nos plenários, ou se assumirmos a hipótese de que os interesses materiais não influenciam de maneira alguma no resultado das votações.

Em contraponto à perspectiva defendida nesse trabalho, Lyndsay (1991, 860-876) fez uma análise quantitativa dos votos no Congresso utilizando cinco variáveis: a força presidencial; o Partido; o apoio ao SDI; ideologia e benefícios privados (*lobbies*). Feita a análise, o autor defende a ideia de que a ideologia (por resposta ao eleitorado) e a filiação partidária são as variáveis chaves para prever a resposta congressual a programas de grande porte, como o SDI. Para Lyndsay:

Os resultados apresentados aqui e em pesquisas anteriores chegam a conclusão de que a ideologia (ou radicalismo) dos membros, medidos através de suas votações e respostas ao público historicamente, proporciona o melhor termômetro de como irão votar em questões de defesa (...) Aqui a ideologia se correlaciona com o resultado das votações porque os legisladores costumam suas visões para espelhar a opinião do eleitorado. Ainda que diversas formas de medir os benefícios para com o eleitorado foram utilizados, a variável paroquial⁸⁶ normalmente se provou praticamente insignificante (...) A segunda grande conclusão encontrada aqui é a de que, como em estudos anteriores, ideologia ou radicalismo prevê de maneira certa o voto congressual (p. 870-872).

No entanto, pode-se argumentar que a ideologia não é passível de mensuração. Além disso, um programa do porte do SDI, somado aos cortes de gastos sociais e o aumento do desemprego na conjuntura do SDI, gerou tensões sociais de larga escala. Como o autor reconhece:

A variável que diz respeito ao benefício em responder ao eleitorado foi operada corretamente? Os congressistas podem buscar os benefícios de responder ao eleitorado independentemente da população do estado ou do distrito em questão, ou eles podem ser mais sensíveis aos fundos dados pelos *lobbies* mais agressivos das companhias privadas. Além disso, os congressistas podem votar paroquialmente se o desemprego estiver alto em seus distritos, se eles tiverem assentos marginais no Congresso, se seus

⁸⁶ Quando Lyndsay se refere a “variável paroquial” trata-se da influencia de grupos econômicos e *lobbies* na definição do voto do congressista.

benefícios em votar de acordo com a opinião do eleitorado forem poucos, ou no caso de senadores se estiverem visando à reeleição no fim de seus mandatos (p. 65).

É difícil imaginar que os congressistas não sejam sensíveis a *lobbies* de grandes empresas, principalmente, quando o mundo corporativo defende abertamente o projeto em questão. No caso do SDI, a Boeing criou uma divisão especial para o programa, que empregava 600 funcionários em 1985. O gerente da divisão do SDI na Boeing, Marshall Gehring, referindo-se ao SDI, disse “há muito dinheiro aqui e é esse o tipo de atividade que interessa a Boeing. Se pudermos fazer algo para o governo, dentro das nossas possibilidades e ainda ganhar dinheiro com isso, faremos. Não somos filantropos” (REISS, 1992, p. 70).

Segundo Reiss (1992, p. 65), o anúncio do SDI foi recebido no Congresso com exaltação pela direita, desânimo pelo *lobbie* de controle de armamentos e muito ceticismo e confusão para aqueles posicionados mais ao centro. Mesmo alguns falcões tradicionais, como o senador Barry Goldwater, ficaram perturbados com o custo. Goldwater afirmou que “Não sabemos quanto irá custar. Se nós nos perdermos em algo exótico, então tenho um forte pressentimento que o Congresso não irá financiar isso” (APUD: REISS, 1992, p. 80). Cabe ressaltar que, realmente, o Congresso não financiou tudo aquilo que pedia o governo para o SDI. No entanto, há a possibilidade de que o pedido fosse sempre maior do que aquilo que se esperava receber, assim o orçamento enviado ao Congresso poderia ser sempre maior do que aquele que se esperava receber.

Na perspectiva do presente estudo, o fato do Congresso, de maioria democrata, ter aprovado grandes somas de recursos ao SDI (Tabela 4) deve-se a algumas variáveis fundamentais, a saber: 1) o papel que os programas militares de grande porte cumprem no fortalecimento das elites ligadas ao complexo militar-industrial; 2) a força da retórica presidencial e a centralização institucional das questões ligadas à defesa; 3) a dificuldade da oposição em se contrapor a um projeto que prometia “tornar as armas nucleares obsoletas”, sendo que a possibilidade de um holocausto nuclear era talvez o maior motivo de medo por parte da população na Guerra Fria. Quando o SDI chegou ao Congresso, todo o aparato que iria defendê-lo já estava a postos. Os *lobbies* e os *think tanks* já estavam em pleno funcionamento e o Pentágono e seus clientes mais tradicionais também. Além disso, a receptividade positiva da população em relação ao

discurso do presidente Reagan acabou por pressionar ainda mais o Congresso, como se verá no próximo tópico.

3.2.3- O debate em torno do SDI

É evidente que um programa do porte e da perspectiva do SDI tenha gerado muito debate na sociedade estadunidense, principalmente se for levado em consideração a grave situação econômica do país quando o presidente Reagan anunciou o programa. Muitas foram as questões levantadas, dentre elas, a viabilidade do programa e as possíveis respostas da União Soviética. Além dos debates no Congresso, as discussões se desdobraram em duas “plataformas” principais, a saber, o meio acadêmico e o debate civil.

Era de se esperar que devido à má situação econômica do país, com o desemprego na casa dos 10%, as representações das classes menos favorecidas fossem radicalmente contrárias a quaisquer aumentos nos gastos com defesa. James Gerstenzag, jornalista do Los Angeles Times à época, foi crítico do programa destacando que 6.500 cientistas haviam assinado um termo para não participar das pesquisas envolvendo o programa. O jornalista argumentou que o SDI não abrangeria as pequenas empresas e sindicatos:

Fora do governo, poucos grupos lobistas abraçaram a ideia do programa, e os membros do Congresso estão sentindo pouca pressão de seu eleitorado para apoiar o orçamento do executivo para o SDI. O “Star Wars” ainda não atingiu o estágio em que grandes indústrias, companhias individuais ou sindicatos estão contando com ele como uma fonte importante de renda e empregos e estão pressionando o Congresso para aumentar o orçamento do programa (GERSTENZAG, 1984)⁸⁷.

No entanto, o que se observou na prática foi um grande apoio da população civil ao SDI. Em pesquisa encomendada pela Sindlinger em julho de 1982⁸⁸ sobre defesa contra mísseis balísticos esse fato já poderia ter sido premeditado. De acordo com a pesquisa, 56,6% dos entrevistados declararam se preocupar *a great deal* com o fato dos Estados Unidos não possuir quaisquer defesas contra mísseis balísticos e apenas 8%

⁸⁷ GERSTENZAG, James. 'Star Wars' Leads All Defense Costs : Anti-Missile Program Fast Becoming a Solidly Entrenched Part of Budget. 13 de Julho de 1986. Disponível em: http://articles.latimes.com/1986-07-13/news/mn-20681_1_star-wars. Acesso em: Janeiro de 2016.

⁸⁸ As pesquisas de opinião pública discutidas no presente tópico foram retiradas da obra “PAIN, Keith B. Strategic Defense: “Star Wars” in perspective. Boston: Hamilton Press, 1986, p. 233-247”.

alegaram não se preocupar de maneira alguma com o fato. Questionados se fosse o caso dos Estados Unidos mudar tal situação através da implementação de um sistema ABM, 86,1% da população respondeu favoravelmente a tal programa hipotético. Com relação aos custos de tal programa, 73% da população afirmou que esse não seria o fator primordial para se tomar a decisão se tal programa deveria ser implementado.

Após o anúncio do SDI pelo presidente Reagan, diversas pesquisas de opinião pública foram realizadas. O jornal *The New York Times*, em parceria com a rede de televisão CBS News, perguntou para os entrevistados em janeiro de 1985 se eles achavam que o programa para destruir mísseis com base no espaço poderia funcionar e 62% das pessoas responderam que sim. Além disso, a mesma pesquisa questionou os norte-americanos se tal programa iria tornar os Estados Unidos mais seguro e apenas 8,7% da população afirmou que não, contra 73,1% que responderam sim. Já uma pesquisa realizada pela Penn & Schoen Assoc. realizada em abril de 1984 questionou os entrevistados se eles eram a favor ou contra os planos de desenvolver armas defensivas que fossem operacionalizadas no espaço para proteger a ameaça representada por mísseis balísticos e 75% dos entrevistados declararam-se a favor. A mesma pesquisa apontou que 75% dos entrevistados republicanos eram a favor do SDI, assim como 75% dos entrevistados democratas. A Arthur Finkelstein & Assoc. realizou uma pesquisa que indagava aos entrevistados se eles iriam apoiar o presidente Ronald Reagan caso ele defendesse a implementação de um sistema ABM não nuclear baseado no espaço e 61,4% dos entrevistados respondeu que estavam inclinados a apoiar tal iniciativa do presidente. 84,8% dos consultados em uma pesquisa realizada pelo American Security Council respondeu que concordava com a seguinte assertiva: “os EUA deveriam criar uma defesa estratégica que protegesse os cidadãos pelo menos tão bem quanto a URSS protege os seus”. Em pesquisa realizada pela ABT em setembro de 1984, 80,2% dos entrevistados declararam-se a favor da tentativa do governo de desenvolver um sistema defensivo contra mísseis nucleares e bombardeadores.

Em pesquisas de teor mais técnico, os resultados também apontaram para um apoio da opinião pública em relação ao SDI. A Sindlinger, em maio de 1985, questionou os entrevistados se eles apoiariam um sistema defensivo mesmo que este fosse incompleto- não pudesse proteger toda a população- e 84,7% responderam que sim. Questionados se apoiariam o SDI caso ele pudesse destruir metade dos mísseis disparados contra os Estados Unidos, nessa mesma pesquisa, 71,8% dos entrevistados

afirmaram que sim. A ABT perguntou aos entrevistados, em setembro de 1984, se eles apoiariam o SDI se este aumentasse os gastos com defesa em 10% e os gastos do governo em 3% e 58,1% respondeu que sim. Em maio de 1984, a Sindlinger realizou uma pesquisa de opinião na qual perguntou aos entrevistados a interessante questão: “se o ‘Star Wars’ pudesse funcionar e há a possibilidade de se escolher entre a estratégia atual do MAD ou o ‘Star Wars’, qual seria sua escolha número um?” 80% dos entrevistados responderam que não gostariam de manter a estratégia do MAD e 77% declarou-se a favor de desenvolver e implementar o “Star Wars”. Com base em todas as pesquisas aqui mencionadas, pode-se afirmar que, claramente, o SDI contava com amplo apoio popular, mesmo quando representava aumento dos gastos governamentais ou a possibilidade de não viabilidade. É praticamente impossível pensar que tais pesquisas não pressionassem a posição dos congressistas na temática em questão.

Já nos meandros da esfera acadêmica do debate, o ponto de partida foi definitivamente o SDI em oposição ao MAD. As reflexões teórico-estratégicas em torno da defesa em tempos nucleares foram transformadas a partir do advento dos mísseis balísticos que viajam a uma velocidade de 15 mil milhas por hora. Dessa forma, uma vez lançados é praticamente impossível pará-los. Anteriormente, grande parte do ataque nuclear poderia ser parado com tecnologias antiaéreas. A partir do míssil balístico, no entanto, os estrategistas começaram a pensar em termos de MAD, ou “vulnerabilidade mútua”, o raciocínio de que a paz era assegurada pelo medo de retaliação, no caso de um primeiro ataque. Grande parte do *establishment* de segurança defendia o MAD. O secretário da defesa, Harold Brown, observou em 1979:

No interesse de manter a estabilidade, nós evitamos a capacidade de eliminar a dissuasão soviética, na medida em que poderíamos ser capazes de fazê-lo. Resumidamente, nós devemos estar dispostos- como estamos há algum tempo- a aceitar o princípio de dissuasão mútua, e arquitetar nossa postura defensiva a luz desse princípio (APUD: PAIN, 1986, p. 31).

Johnatan Stein (1987, p. 67-81) argumentou que quaisquer tentativas de revisar o MAD ou superá-lo seriam mal concebidas. Mesmo no caso das “point-defenses” a consequência política seria de aumento da instabilidade, já que cada lado aumentaria suas defesas em reação a capacidade ofensiva do outro lado, pois, na era nuclear, para os autores, há somente dois cenários que geram estabilidade, a saber, o MAD e o MAS (Mutual Assured Survival). Gary Guertner (1986, p. 13-25) aponta um paradoxo no

desenvolvimento de um sistema defensivo por parte do governo Reagan. Segundo Guertner, nas décadas que precederam o SDI, o desenvolvimento dos conceitos de guerra nuclear havia evoluído no sentido das potências privilegiarem estratégias de ataques a alvos militares em oposição aos civis e econômicos. Mesmo o programa de modernização estratégica de Reagan apontou para um aprofundamento dessa linha estratégica, segundo o autor. No entanto, com o advento do SDI e a priorização de sistemas defensivos em detrimento de ofensivos, Guertner argumenta que a administração possa ter inintencionalmente revertido o processo de guerras com alvos melhor selecionados. Tal problema se deve ao fato de que, no curto prazo, ao proteger os centros de comando, os Estados Unidos iriam reduzir os benefícios de um ataque a alvos militares, dessa forma, tornando alvos urbanos e industriais mais vulneráveis a ataques. O subsecretário da defesa de Richard Nixon, David Packard, argumentava⁸⁹, contrariamente a programas BMD, alegando que se tal sistema fosse implementado ao redor das cidades, a impressão que se passaria ao adversário é que o país estaria preparando um primeiro ataque, dessa forma, desestabilizando a dissuasão.

Houve também no debate acadêmico em relação ao MAD vs SDI aqueles que se posicionassem de maneira mais otimista em relação ao SDI. Essa linha, heterodoxa, argumentava que o objetivo da dissuasão não era o de prevenir todos os ataques soviéticos, mas sim de dissuadir as hostilidades limitadas que são bem mais prováveis. Nesse sentido, quaisquer desenvolvimentos defensivos que complicassem os cenários de ataque soviético seriam positivos, mesmo se a defesa não fosse perfeita. Henry Kissinger, por exemplo, criticava o MAD:

(...) a impressionante teoria desenvolvida historicamente que dita que a vulnerabilidade contribui para a paz e a invulnerabilidade contribui para os riscos de uma guerra (...). Tal teoria só poderia ser desenvolvida e amplamente aceita em um país que nunca teve que lidar com o problema da balança de poder como um fenômeno histórico. E, se me permitem dizer, somente em um continente que estava procurando uma desculpa qualquer para evitar a análise dos perigos que estava enfrentando e estava procurando uma saída fácil de tal situação (KISSINGER, 1980, p. 6).

Leon Sloss e Seymour Weiss (1987, p. 43-67) argumentam que uma futura estratégia madura dos Estados Unidos incluiria tanto táticas ofensivas quanto

⁸⁹ Idem.

defensivas. Segundo os autores, o desenvolvimento de capacidades defensivas iria aumentar a insegurança do adversário na possível decisão de calcular quaisquer ataques. David Sorenson (1987, p. 81-105) argumenta a favor das defesas em pontos estratégicos como silos de mísseis, as chamadas “point defenses”, já que, para o autor, tal proteção iria aumentar o preço por atacar primeiro.

Além dessas duas perspectivas, notoriamente antagônicas, desenvolveu-se no meio acadêmico uma terceira via na abordagem da relação entre o MAD e o SDI. Essa linha de pensamento argumentava que tal debate era irrelevante já que os superpoderes eram *auto-dissuadidos* pelo medo mútuo das consequências de uma guerra nuclear e essa era a dinâmica da dissuasão. Essa posição, chamada de *realistic self-deterrence* contava com dois pressupostos básicos para sua manutenção: 1) a primeira, é o gerenciamento de crise, já que nenhum país começaria uma guerra nuclear propositalmente, essa só poderia ser causada por inadvertência. Isso poderia acontecer caso uma crise saísse do controle. Cabe, portanto, aos países evitar que isso acontecesse; 2) além disso, deve-se manter um equilíbrio de capacidades militares para que nenhum país pudesse recalcular a sua relutância em entrar em uma guerra nuclear. Essas duas condições seriam conciliáveis com o SDI (GUERTNER; SNOW, 1986, p. 25- 40).

Outra problemática, relativa ao SDI que gerou forte discussão na literatura, foi a questão do tratado ABM e os impedimentos dentro do direito internacional ao desenvolvimento de tecnologias ABM. Conforme já foi mencionado neste trabalho, o tratado ABM, assinado em Moscou no ano de 1972 e ratificado pelo Congresso em 1975, impunha claras restrições ao SDI. O Dr. Herbert Scoville, na época presidente do ACA (Arms Control Association) declarou que

O ‘Star Wars’ vai acabar com quaisquer possibilidades de controle de armamentos. Ele também destruirá o melhor acordo de controle de armamentos que temos, o tratado ABM, que ao proibir a defesa assegura que quaisquer ogivas retaliatórias possam atingir seu alvo (APUD: PAYNE, 1986, p. 36).

Nesse sentido, Sidney D. Drell, Philip J. Farley e David Holloway (1984, p. 51-91) fizeram duras críticas ao SDI. Segundo os autores, a limitação estrita de sistemas ABM era um dos poucos pontos de cooperação que já haviam sido alcançados com a URSS. Muito embora os Estados Unidos argumentem que o SDI serviria para impedir um primeiro ataque, a URSS veria tal programa como forma de limitar uma resposta a

um primeiro ataque norte-americano. Além disso, eles argumentam que o tratado ABM tem um papel central na manutenção da cooperação entre Estados Unidos e União Soviética e muito embora a dissuasão não seja facilmente dispensável, ela pode ser subordinada à identificação de interesses comuns e áreas de possível cooperação entre as potências. Dessa forma, os autores recomendaram que o SDI fosse limitado a um programa de exploração científica, abrindo mão de quaisquer desenvolvimentos tecnológicos para evitar desrespeitar o tratado ABM. Além disso, para os autores, os Estados Unidos deveriam deixar claro para a URSS a natureza exploratória de tal programa e estar aberto a conversações sobre a temática, assim como ratificar seu compromisso para com o tratado ABM. Por último, os Estados Unidos deveriam reconhecer que a melhor forma de manter a dissuasão, a estabilidade estratégica e o controle de armamentos não era pelo desenvolvimento do SDI.

A análise realizada no presente tópico tornou claro o envolvimento institucional das elites econômicas nos projetos militares e, em especial, no SDI. As elites organizam-se através de *think tanks* e *lobbies* e possuem grande peso no Congresso e até mesmo nos debates acadêmicos. A problemática do SDI em específico e a economia política na era Reagan no geral, marcada pela austeridade e militarização, remetem aos estudos sobre a formação das elites orgânicas, realizados por Rene Dreifuss:

Ao constituir-se como tal, a elite orgânica se diferencia do conjunto das classes dominantes e mesmo dos interesses representados no bloco de poder do qual faz parte, lidera e viabiliza, operando assim como fator de poder num nível especificamente político. (...) As elites orgânicas agem, na realidade, como mediadoras na formação de blocos de poder ou de frentes móveis de ação, isto é, predispõem a classe dominante para a luta política. É através das elites orgânicas que se dá a unidade real da classe (em si) – na imagem gramsciana, a articulação do momento corporativo-solidário dos interesses materiais com o momento político-ideológico coercitivo – e a sua expressão na ação de classe (para si), visando a dimensão estatal e a sua intervenção no conflito social, com senso de Estado. Diríamos, portanto, que a elite orgânica procura ‘traduzir’ (relacionar, transpor) as exigências da esfera da produção (necessidades econômicas) para o plano da ação política, onde busca a sua realização institucional (DREIFUSS, 1979, p. 24-25).

No entanto, cabe ressaltar que na esquemática clássica marxista, a ação da elite pressupõe inexoravelmente a unidade classista, modelo que nem sempre representa os movimentos políticos da realidade, principalmente, se adicionadas as variáveis

temporais. Dessa forma, é imprescindível a crítica e ponderação realizada por Ralph Milliband que, contrapondo os argumentos liberais e marxistas sobre o funcionamento do jogo político, afirma:

(...) pode-se afirmar com segurança que existe realmente uma pluralidade de elites econômicas nas sociedades capitalistas avançadas e que, apesar das tendências à integração do capitalismo avançado, tais elites constituem grupos e interesses distintos, cuja competição afeta consideravelmente o processo político. Esse – pluralismo de elites- não impede, porém, as distintas elites da sociedade capitalista de constituir uma classe econômica dominante, caracterizada por um elevado grau de coesão e solidariedade, com interesses e objetivos comuns que transcendem bastantes suas diferenças específicas e suas discordâncias (MILLIBAND, 1982, p. 66).

Entende-se aqui que o SDI e toda reestruturação da economia estadunidense observada na década de 1980 são altamente representativos de uma estratégia coesa das elites estadunidenses. As diferenças específicas e discordâncias, observadas, principalmente no Congresso nacional e na discussão acadêmica, puderam ser transcendidas pelas táticas da elite preponderante no referido período histórico, através da construção de discursos e argumentos, as teias de interesses econômicos traçadas e os percalços da política institucional. Há também conexões claras no desenvolvimento concreto do SDI e tal estratégia, bem como se observa na ampliação do escopo geográfico de análise e no desfecho histórico, a atuação premeditada das elites estadunidenses, como ver-se-á na sequência.

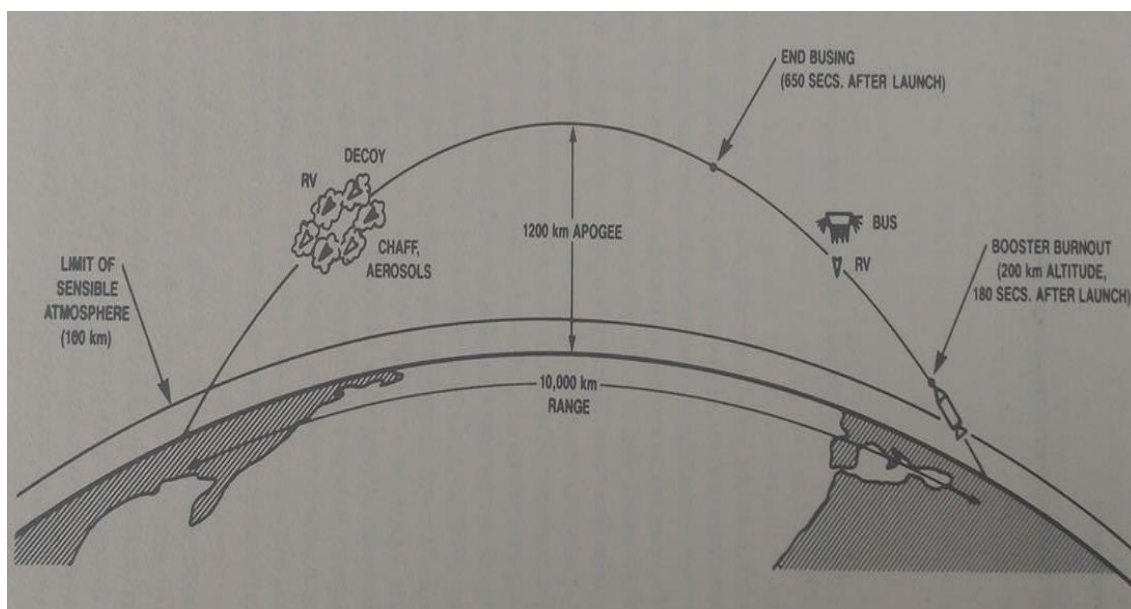
Desdobramentos Estratégicos e a 2ª Guerra Fria

3.3.1- O desenvolvimento da Defesa Estratégica

Posteriormente à institucionalização do SDI através da criação do SDIO, as pesquisas e análises estratégicas a respeito do projeto começaram a serem realizadas. O primeiro passo para desenvolver um sistema defensivo ABM foi o de analisar minuciosamente a trajetória de um míssil balístico. O ICBM com múltiplas ogivas tem quatro fases de voo: 1) a fase de impulso (*boost phase*), na qual um foguete acelera o míssil para até 7 km/s; 2) a fase pós-impulso (*post-boost phase*), em que o míssil lança

suas ogivas e chamarizes; 3) a fase do meio do caminho (*mid-course phase*), onde as chamarizes e as ogivas viajam em uma trajetória balística no vácuo do espaço; 4) a fase terminal (*terminal phase*) que os chamarizes se queimam e as ogivas reentram a atmosfera e descem na direção de seus alvos (Figura 2).

Figura 2- As fases da trajetória do ICBM



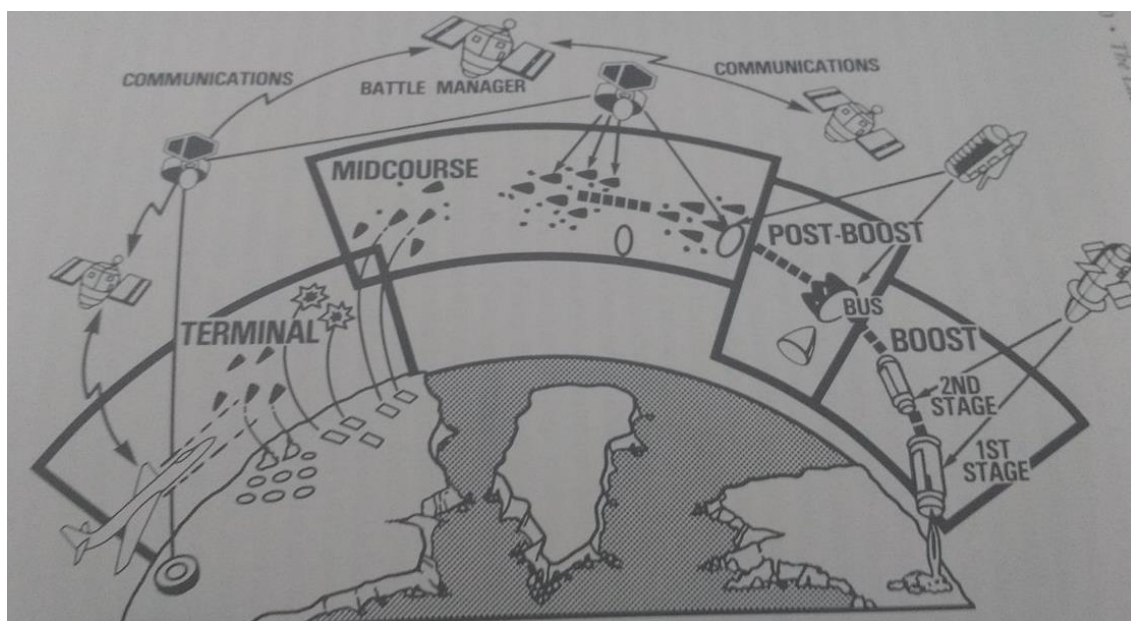
Fonte: (ZEGVELD; ENZIG, 1987, p. 11).

À época, a trajetória de um ICBM duraria em torno de 25 a 30 minutos apenas. Um dos principais problemas detectados pelas equipes de Reagan foi o fato de que, na terceira fase (*mid-course phase*), os chamarizes e as ogivas seriam indistinguíveis, pois suas trajetórias e velocidades são iguais. Além disso, o desenvolvimento das pesquisas e debates em torno de quais tecnologias poderiam ser empregadas para a implementação de um sistema BMD apontaram para a construção de um sistema defensivo em múltiplas camadas (Figura 3). Na hipótese de um ataque massivo soviético, somente um sistema que combatesse os mísseis em cada uma de suas quatro fases poderia funcionar efetivamente.

A grande promessa tecnológica para o SDI eram as chamadas *Directed Energy Weapons* (DEW). O SDIO adicionava, ainda, outras quatro áreas de desenvolvimento tecnológico para o SDI: 1) *surveillance* (vigilância); 2) *acquisition & tracking* (aquisição e rastreamento); 3) *system analysis and battle management* (análise de sistemas e gerenciamento de combate); 4) *support programs* (programas de suporte).

As chamadas DEW incluem diversos tipos de lasers e feixes de partícula e viajariam a uma velocidade próxima a velocidade da luz (300,000 km/s) e, dessa forma, são teoricamente ideais para interceptar mísseis balísticos. O termo laser, em inglês, é um acrônimo para (light amplification by the stimulated emission of radiation). Quatro tipos de lasers estavam em consideração para o SDI: os lasers químicos infravermelhos, lasers ultravioletas impulsionados eletricamente, laser de elétrons livres, e lasers raio x produzidos por explosões nucleares (ZEGVELD; ENZING, 1987, p. 16). O SDI focou também em desenvolver as *Kinetic energy weapons* (KEW), armas lançadas por foguetes que aceleram projéteis pequenos.

Figura 3- O sistema defensivo em múltiplas camadas



Fonte: (GUERTNER; SNOW, 1986, p. 70).

Com relação à análise sistêmica e gerenciamento de batalha, o SDI criou dois projetos. Um deles focava em desenvolver as tecnologias necessárias para elaborar um sistema extremamente confiável, eficiente e resistente de gerenciamento de batalha necessário. O outro programa visava providenciar a orientação geral de armas, sensores e apoiar as tecnologias através da análise sistêmica extensiva. Já o programa dedicado à vigilância, aquisição e rastreamento visava examinar as tecnologias destinadas a iniciar a decisão de engajamento defensivo, gerenciar a batalha e principalmente ser capaz de identificar veículos ameaçadores e diferenciá-los de outros objetos. Esse programa explorou tecnologias infravermelhas e de radares.

Em julho de 1986, mais de 30 representantes do governo reuniram-se para ouvir a avaliação do diretor do SDIO, General James Abrahamson, sobre os progressos do programa e as projeções sobre seu futuro. Abrahamson descreveu para os convidados os avanços tecnológicos aplicáveis para a defesa nas quatro fases da trajetória balística e afirmou que o objetivo atual era de conseguir derrubar entre 60% e 80% dos mísseis em cada uma das fases. Dessa forma atingir-se-ia um índice alto de defesa quando levadas em consideração as fases de maneira acumulativa. Os membros da reunião concordaram que os esforços do Congresso em limitar o programa, bem como a política soviética de buscar a redefinição do tratado ABM para proibir até experimentos laboratoriais estavam colocando restrições pesadas nas possibilidades de desenvolvimento do SDI. Ao final do encontro, o presidente parabenizou os esforços de Abrahamson até aquele momento (KRAEMER, 2015, p. 306). Reagan descreveu o SDI como uma necessidade estratégica como uma parte crucial da política tripartite em relação à União Soviética, composta pela modernização das forças estratégicas ofensivas, a negociação extensiva e a possibilidade de verificação da redução das armas nucleares e introduzir os passos necessários para o desenvolvimento futuro da defesa estratégica. Reagan clamou, ainda, ao final da reunião, para que os presentes envidassem todos os esforços, atuando junto ao público e ao privado para obter o apoio político necessário ao programa.

Talvez o documento mais importante do governo Reagan em relação ao desenvolvimento estratégico e os progressos do SDI foi o NSDD °172, intitulado “Presenting the Strategic Defense Initiative”. O NSDD °172 foi elaborado no dia 30 de maio de 1985, no ponto alto do debate sobre o SDI e na conjuntura do começo do governo Mickail Gorbachev na União Soviética. O documento de 14 páginas é alicerce da estratégia dos Estados Unidos na Guerra Fria durante a era Reagan. O documento revisa diversos aspectos do programa e realiza uma extensa análise da conjuntura internacional. O NSDD afirma que a União Soviética estava realizando um impressionante *build-up* nas armas ofensivas estratégicas e havia galgado também importantes vantagens na defesa passiva e ativa. Além disso, a União Soviética estava realizando forte propaganda contra o que chamava de “militarização do espaço” e buscava barrar o desenvolvimento de tecnologias associadas ao SDI como a capacidade estadunidense antissatélite. Para além da análise das forças no cenário internacional, o

documento buscava apresentar o SDI com base em 12 pontos⁹⁰: 1) O objetivo do SDI não é buscar superioridade, mas manter o equilíbrio estratégico e assim assegurar uma *dissuasão* estável; 2) A pesquisa perdurará por alguns anos. A intenção é cumprir o tratado ABM e insiste-se que os soviéticos façam o mesmo; 3) Não há noções pré-concebidas de quais formas de possibilidades defensivas a pesquisa pode gerar; 4) Dentro do programa de pesquisa do SDI, julga-se que as defesas somente serão desejáveis se elas são protegidas e custo-efetivas marginalmente; 5) O programa de pesquisa está em um estágio muito prematuro para especular a respeito dos tipos de sistemas defensivos- se serão baseados em terra ou no espaço e com quais capacidades- que poderiam ser factíveis e desejáveis de desenvolver e implementar; 6) O propósito das opções defensivas que buscamos está claro- achar os meios necessários para destruir os mísseis balísticos antes que eles consigam atingir seus alvos em potencial; 7) A segurança dos Estados Unidos segue indivisível daquela dos aliados. O programa do SDI é desenhado para reforçar a segurança dos aliados bem como a dos Estados Unidos; 8) Depois de vasta consulta com os aliados, pretende-se consultar e negociar, como apropriado, com os soviéticos de acordo com os termos do tratado ABM; 9) Objetiva-se e espera-se que os soviéticos irão migrar para um gerenciamento conjunto na busca de um equilíbrio mais baseado na defesa; 10) O SDI não representa nenhuma mudança no comprometimento em dissuadir a guerra e reforçar a estabilidade, dissuadir-se-á um agressor em potencial deixando claro que irar-se-á negar os ganhos que ele poderia esperar obter ao em vez de simplesmente ameaçá-lo; 11) No médio prazo, as armas nucleares ofensivas e a possibilidade de retaliação nuclear continuarão sendo o elemento chave da *dissuasão*, desse modo, é necessário manter forças nucleares modernas, flexíveis e confiáveis; 12) O objetivo último é o de eliminar inteiramente as armas nucleares. É um objetivo de longuíssimo prazo que depende, enquanto busca-se a pesquisa em torno do SDI, esforços igualmente enérgicos para diminuir a ameaça posta pelos desequilíbrios nas forças convencionais.

O desenvolvimento estratégico do SDI evidenciou, na prática, diversos elementos importantes para a compreensão do final da Guerra Fria. A mudança de paradigma teórico do MAD para o MAS forçou a fronteira tecnológica e econômica,

⁹⁰Resumo elaborado a partir do: National Security Council. *Presenting the Strategic Defense Initiative*. NSDD°172. 30 de Maio de 1985. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDS/NSDD172.pdf>. Acesso em: Outubro de 2016.

além de impor mudanças nas táticas das duas superpotências. Conforme o SDI foi se desenvolvendo, as diversas áreas supracitadas de tecnologia envolvidas com a ideia de defesa em múltiplas camadas tornaram-se mais concretas, muito embora impusessem sérios desafios materiais para a verdadeira implementação da Defesa Estratégica. No plano político, o governo deparou-se com a relação com o Congresso, com a URSS e seus aliados e ao revisar o progresso do programa traçou novas diretrizes, respaldadas na NSDD °172, para levar adiante o programa. Novos acontecimentos, bem como o jogo geopolítico global, iriam radicalmente modificar o caráter do SDI na década de 1990.

3.3.2-O SDI, a URSS e a comunidade internacional

Da mesma forma como é necessário expandir a temporalidade dos fenômenos sociais para sua melhor compreensão, como fizemos nesse capítulo, é mister ampliar o escopo geográfico da análise, pois variáveis muitas vezes consideradas exógenas ao fenômeno em si influenciam decisivamente em seu desfecho. No contexto da Guerra Fria, quaisquer ações militares, diplomáticas ou econômicas das superpotências afetavam o sistema internacional em sua totalidade. Um programa do porte do SDI projetava grandes expectativas por parte dos aliados e do adversário soviético. Além de propor a superação do MAD e do tratado ABM, o que forçaria um reordenamento da política externa dos aliados e da União Soviética, o SDI dependia em grande medida dos aliados dos norte-americanos, fundamentais para o papel dos Estados Unidos como líder do “mundo ocidental”.

O envolvimento dos aliados com o SDI intensificou-se somente dois anos após o discurso de Reagan, em março de 1985, quando o Secretário da Defesa Caspar Weinberger proferiu um discurso em uma reunião da OTAN em seu grupo de planejamento nuclear, em Luxemburgo, quando convidou os países membros da OTAN, bem como a Austrália, Israel e o Japão para participar do programa de pesquisa do SDI (ZEGVELD; ENZING, 1987, p. 31-61). Ao final da reunião, os países presentes, representados por seus ministros da defesa, optaram por apoiar o SDI unanimemente. Como resultado da cooperação, ocorreram contínuas consultas e reuniões bilaterais com muitos dos Estados membros, além disso, delegações foram a Washington e agendaram visitas aos laboratórios estadunidenses e a equipe do SDIO realizou missões diplomáticas nos países aliados.

O debate acadêmico em torno das consequências do SDI para a Europa e os aliados dos Estados Unidos foi abordado por David Schwartz (1987, p. 105-127). O autor afirmou que o desafio transatlântico para o SDI é tão problemático quanto às negociações internas no governo estadunidense e com a União Soviética. A estratégia da Europa na Guerra Fria contava impreterivelmente com a capacidade de retaliação ofensiva dos Estados Unidos. Dessa forma, surgiram três linhas de pensamento a respeito das consequências do SDI para a Europa: 1) A primeira linha argumenta que os Estados Unidos iriam maximizar a dissuasão, pois estariam mais dispostos a lutar pelos seus aliados se o território norte-americano estivesse defendido; 2) A outra perspectiva é diametralmente oposta, afirmando que os Estados Unidos ficariam relutantes em se envolver nos riscos de um confronto nuclear se estivessem protegidos; 3) A terceira visão sugere que se as duas superpotências desenvolvessem um sistema ABM, elas estariam mais dispostas a engajarem-se em um conflito “atrás do escudo”, ou seja, no teatro europeu. Desse modo, o posicionamento europeu foi mais favorável ao SDI quando apresentado de maneira complementar a *dissuasão* e não substituí-la. A proposta de proteção estendida para possíveis alvos militares europeus seria uma forma mais factível de cooperação transatlântica em torno do SDI, segundo Shwartz (1987, p. 125). Margaret Thatcher⁹¹, por exemplo, demonstrou preocupação com o SDI haja vista a insegurança que iria causar aos tomadores de decisão acostumados com a *dissuasão*, podendo até gerar uma tentativa de ataque em sua fase de construção. Além disso, Thatcher argumentou que muito embora apoiasse as pesquisas, uma eventual implementação das armas deveria ser alvo de negociações já que ia contra o tratado ABM.

Outra resposta de peso político no que se refere ao SDI foi dada pela China⁹². Em 1985, em seu discurso na 40ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), o Ministro das Relações Exteriores chinês Wu Xueqian alegou que o espaço pertencia a toda humanidade e clamou a URSS e aos Estados Unidos que imediatamente cessassem todas as formas de rivalidade militar no espaço. Wu afirmou que as superpotências não deveriam desenvolver, testar ou instalar armas no espaço, mas deveriam visar um acordo que proibisse definitivamente essas armas. O próprio Deng

⁹¹ Margaret Thatcher Foundation. *Cold War: Thatcher-Reagan meeting at Camp David (account of conversation) [memoirs extract]*. 22 de Dezembro de 1984 Disponível em: <http://www.margaretthatcher.org/document/109394>. Acesso em: Outubro de 2016.

⁹² Ver mais em: GARVER, W. John. *China's response to the SDI*. University of California Press: Asian Survey, Vol. 26, No. 11 (Nov., 1986), p. 1220-1239.

Xiaoping fez uma série de pronunciamentos em que abordou a problemática do SDI. Xiaoping manifestou-se contrariamente à “corrida armamentista espacial”, argumentando que a extensão da corrida armamentista para o espaço representava uma escalada qualitativa nas tensões e poderia fazer a corrida armamentista sair completamente do controle, tornando a guerra mais provável. Em reunião com o Ministro das Relações Exteriores da Alemanha Ocidental Hans-Dietrich Genscher⁹³, Xiaoping disse que não apoiava o desenvolvimento de armas no espaço por quaisquer potências e condenou explicitamente o SDI, afirmando que ia gerar a escalada da corrida nuclear e dessa forma prejudicar o objetivo comum que a China e a Europa buscavam: uma Europa unida e forte e o aumento da segurança internacional.

Um fator de suma importância em relação ao SDI refere-se à resposta da União Soviética ao programa. O posicionamento da URSS em relação à Defesa Estratégica e ao SDI, bem como seus próprios programas defensivos e ofensivos e suas estratégias diplomáticas, foram fundamentais para moldar o comportamento dos Estados Unidos diante do desenvolvimento do programa. Além disso, quaisquer temas de segurança na Guerra Fria diziam respeito à relação entre a União Soviética e os Estados Unidos afetavam o sistema internacional como um todo. Caso a URSS respondesse ao programa BMD dos Estados Unidos através da expansão de suas capacidades ofensivas, isso poderia prejudicar a realização dos objetivos de curto e longo prazo dos Estados Unidos. Agora, se a URSS migrasse para uma política baseada em um conceito mais defensivo em relação às tecnologias nucleares, as negociações podem ser facilitadas.

Kaith Payne (1986) realizou uma investigação minuciosa da postura soviética diante da Defesa Estratégica e analisou seus programas BMD. O autor identificou que a URSS encarava a guerra nuclear como uma possibilidade real e buscava há algumas décadas o desenvolvimento de um sistema defensivo composto de defesa contra bombardeiros, mísseis e um programa de defesa civil (PAYNE, 1986, p. p. 45-63). Diferentemente dos Estados Unidos, a URSS não objetivava necessariamente, embora fosse o ideal, um sistema defensivo perfeito, e sim a possibilidade da sobrevivência em um possível confronto nuclear, poupando a estrutura do partido, o comando militar e as principais zonas industriais. Nesse sentido, segundo analistas estadunidenses, a URSS estava na frente dos Estados Unidos no desenvolvimento de sistemas BMD e na

⁹³ Idem.

proteção civil. Em meados dos anos 1980, a URSS já havia instalado o primeiro sistema BMD em torno de Moscou além de desenvolver os *surface-to-air missiles* (SAMs) que possuíam a capacidade potencial de interceptar bombardeadores e mísseis balísticos, somado ao fato de que a URSS havia construído e instalado grandes radares. Em termos de “guerra nas estrelas”, a União Soviética havia avançado bastante no desenvolvimento das DEW, incluindo grandes programas envolvendo o uso de lasers que poderiam ser instalados em um período de uma década.

De acordo com Daniel Gouré (1987, p. 157-189), o SDI representava um desafio para a União Soviética na medida em que as pesquisas poderiam render o desenvolvimento de mais opções ofensivas para os Estados Unidos ou uma postura de estratégia mista entre defesa e ataque por parte dos EUA que impediria a margem de escolha soviética. No entanto, Gouré argumenta que muito embora o Kremlin houvesse prometido responder ao SDI com o desenvolvimento de forças ofensivas, a URSS poderia aceitar competir com os EUA sob o guarda-chuva do tratado ABM em vez de embarcar em uma competição “livre”, já que ela também havia desenvolvido seu sistema BMD e que a ideia de uma relação dialética entre ataque e defesa era compatível com a doutrina soviética. Richard Thomas (1987, p. 189-209) atesta que a União Soviética já se preocupava com armas espaciais e defesas contra mísseis balísticos desde suas missões espaciais no começo da década de 1960. Thomas argumenta que a URSS nunca aceitou a doutrina MAD e sempre acreditou que, por mais formidáveis que as armas fossem, haveria a possibilidade de defesa.

No desenvolvimento de um sistema BMD, há de se levar em consideração que o oponente vai fazer tudo que for possível para tornar esse sistema obsoleto. A URSS opôs-se ao SDI abertamente desde o anúncio do programa feito por Reagan. Apenas quatro dias após o discurso de Reagan, em 23 de março de 1983, anunciando o SDI, o secretário-geral da URSS, Andropov⁹⁴, declarou que o projeto só era defensivo na visão daqueles que não conheciam essas questões. Para Andropov, a intenção dos Estados Unidos era continuar a desenvolver suas forças ofensivas enquanto objetivava a possibilidade de um “*first strike*”. Além disso, Andropov argumentou que o SDI iria

⁹⁴ Para uma análise minuciosa da resposta da URSS ao SDI ver: HOLLOWAY, David H. *The Strategic Defense Initiative and the Soviet Union*. MIT Press: Daedalus, Vol 114, N°3, Weapons in Space, Vol II, Implications for Security (Summer, 1985) p. 257-278.

intensificar a corrida armamentista e prejudicar o sistema do tratado ABM e as negociações de redução de armas estratégicas. Nas palavras de Andropov:

Sob essas condições a intenção de assegurar para si a possibilidade de destruir com a ajuda das tecnologias ABM os sistemas estratégicos correspondentes do outro lado, isso é tornar o adversário incapaz de um ataque retaliatório, ou seja, uma aposta para desarmar a União Soviética frente à ameaça nuclear apresentada pelos Estados Unidos (APUD: HOLLOWAY, 1985, p. 265).

Segundo Holloway (1985, p. 257-298), a resposta militar da União Soviética poderia se dar em três eixos principais: o aperfeiçoamento das forças ofensivas retaliatórias; o desenvolvimento de armas que poderiam destruir um sistema BMD baseado no espaço; ou instalar seu próprio sistema BMD. A resposta mais óbvia seria o desenvolvimento de forças ofensivas com o objetivo de penetrar, sobrecarregar e, se possível, render o SDI. Nesse sentido, a URSS poderia aumentar o número de ICMB's, complicando a possibilidade de defesa ou instalar armas nucleares no espaço e diversificar as tecnologias ofensivas de maneira geral. A União Soviética poderia desenvolver mísseis com mais ogivas para atrapalhar as defesas nas fases *mid-course* onde as ogivas não são diferenciáveis de chamarizes. A União Soviética respondeu em uma segunda linha desenvolvendo tecnologias ASAT (Anti-Satellite Weapon) com o propósito de instalar lasers ASAT no começo da década de 1990. Logo após o lançamento do SDI, a União Soviética respondeu com um alto investimento em pesquisa e desenvolvimento no sentido de armas no espaço que poderiam inviabilizar o SDI ou alguns de seus componentes. Havia, com certeza, uma pressão estratégica sobre a União Soviética durante toda Guerra Fria para alcançar uma paridade estratégica com os Estados Unidos. Com o lançamento do SDI não foi diferente. Os líderes soviéticos estavam muito pressionados para desenvolver seu próprio projeto ABM. No entanto, a força de programas estratégicos como o SDI e o míssil MX pairava sobre uma já debilitada, internamente, econômica e politicamente, frágil superpotência. A relação entre a URSS e os Estados Unidos e a transição para o mundo pós Guerra-Fria levaram a uma mudança paradigmática no debate sobre armamentos estratégicos e BMD.

3.3.3- O fim da Guerra Fria

A maior mudança conjuntural no período aqui analisado e com ligações evidentes com a estratégia das elites estadunidenses na década de 1980, em termos de

política internacional e segurança, foi o fim da Guerra Fria. Tal mudança reconfigurou todo o sistema internacional e a ordem global e somado a outras tendências conjunturais, como o *neoliberalismo* e a *financeirização*, além de drásticas mudanças nos paradigmas produtivos e tecnológicos fez emergir um mundo novo. Até o presente momento não é consenso na academia sobre como a União Soviética simplesmente desmoronou tão rapidamente e tampouco sobre qual tipo de ordem sistêmica emergiu a partir de então. Salienta-se que não é pretensão deste modesto estudo adentrar nesse debate e buscar solucionar essas questões. O que se apresentará aqui é a indicação de alguns fatores importantes que compõem a narrativa do período, sem os quais o estudo das elites do período Reagan e do SDI ficaria incompleto.

A União Soviética desmoronou rapidamente e o resultado foi um novo arranjo de poder internacional, como depois de grandes guerras, só que dessa vez, quase que sem derramamento de sangue. “Num momento, no início da década de 80, parecia que varreria tudo à sua frente; no momento imediato, em termos de medida histórica do tempo, tornou-se autodestrutivo” (KISSINGER, 1994, p. 667). Alguns autores atribuem esse fim a fatores internos do funcionamento político-econômico e social do sistema soviético, enquanto outros a bem sucedida estratégia do mundo capitalista.

A linha representativa do *establishment* norte-americano atribui ao fim do comunismo e ao colapso da União Soviética ao sucesso da estratégia de Ronald Reagan. Nesse sentido, a narrativa das elites é claramente representada na obra de Henry Kissinger. Para o mesmo “O desempenho de Reagan espantou toda a gente- e para os observadores acadêmicos é quase incompreensível” (KISSINGER, 1994, p. 668). Para o autor, Reagan e sua equipe conseguiram estabelecer impressionante coerência na condução da política exterior, com um discurso verdadeiramente idealista e a crença irreparável no apocalíptico duelo final entre o capitalismo e o socialismo, onde o capitalismo sairia inevitavelmente vitorioso. Além disso, Reagan conseguiu traçar uma estratégia geopolítica realista com afinque e resultado. Tal estratégia, era, segundo Kissinger:

Combater a pressão geopolítica soviética até o processo de expansionismo ser, numa primeira etapa, detido e depois invertido e, numa segunda fase, lançar um programa de rearmamento para estancar completamente a busca de superioridade estratégica por parte da União Soviética, transformando-a em inferioridade (KISSINGER, 1994, p. 668).

Essa estratégia deu-se na prática através de dois eixos centrais. Primeiramente, o governo Reagan apoiou dissidentes em todo o mundo, fossem eles democratas como o Movimento Solidariedade na Polônia, fundamentalistas islâmicos no Afeganistão, forças de extrema direita na Nicarágua, a senhores de guerra na Angola. A análise de Kissinger sobre a vitória estadunidense na Guerra Fria destaca a pressão realizada através do *military build-up* aqui destacado sobre a já frágil economia soviética. Esse eixo estratégico, e em especial o SDI, foi o decisivo na perspectiva de Kissinger:

O desafio fundamental de Reagan em relação à União Soviética foi a produção militar (...). As duas decisões estratégicas que mais contribuíram para o fim da Guerra Fria foram a colocação, por parte da OTAN, de mísseis americanos de médio alcance na Europa e o empenho americano na iniciativa de defesa estratégica {SDI} (KISSINGER, 1994, p. 677).

Para Kissinger, estava claro na estratégia de Reagan que o SDI iria deixar evidente para os dirigentes soviéticos que a corrida armamentista iniciada décadas antes iria consumir seus recursos e levar inevitavelmente a uma superioridade estratégica dos Estados Unidos (KISSINGER, 1994, p. 680). A pressão estadunidense com certeza cumpriu papel fundamental no estrangulamento do sistema soviético, pois, nas palavras de Kissinger “muito simplesmente, a União Soviética não era suficientemente forte nem suficientemente dinâmica para o papel que os seus dirigentes lhe tinham destinado” (KISSINGER, 1994, p. 667). No entanto, houve inúmeros fatores internos, principalmente no jogo das elites soviéticas, e questões de geopolítica regional que foram essenciais para o colapso da União Soviética.

No dia 15 de março de 1985 Mikhail Gorbachev substituiu Iuri Andropov como Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética. Gorbachev não havia escalado a hierarquia do partido da maneira tradicional dos líderes soviéticos. Ele não vinha do chão de fábrica e sim, representava os quadros técnicos e com formação acadêmica do partido. Gorbachev seria fundamental na transição soviética e para o fim da Guerra Fria. É mister frisar que, como no tempo dos Czares, as mudanças na União Soviética vieram do topo, do jogo das elites e não da pressão popular. Não houveram grandes manifestações populares clamando pelo fim do sistema na época. “De onde

quer que tenha vindo a pressão pela mudança da URSS, das bases não foi. Na verdade veio, como tinha que vir, do topo” (HOBSBAWM, 1994, p. 463).

Gorbachev lançou duas campanhas para transformar o socialismo, slogans *perestroika*, ou reestruturação (da estrutura econômica e política), e *glasnost*, ou liberdade de informação. Essas campanhas tinham por objetivo superar o que Gorbachev denunciou como a era de estagnação (*zastoi*). Tratava-se, na verdade, de uma era de aguda fermentação política e social entre a elite soviética. A *perestroika* possuía ampla base de apoio dentre os quadros técnicos do partido, os reformadores radicais e moderados, principalmente aqueles pertencentes ao complexo industrial-militar e científico. Após o fim do comunismo, esses tornaram-se os donos legais das empresas que antes administravam.

A *perestroika* conferiu mais poder as cooperativas, aos sindicatos e criou um sistema de mercado e permitiu a iniciativa privada. Uma lei foi fundamental no aspecto institucional da reforma, que garantia autonomia para as empresas estatais. No entanto, a *perestroika* só agravou a situação econômica soviética⁹⁵. A crise dos anos 1970 também havia começado a solapar o sistema soviético, muito embora isso não fosse muito percebido no mundo Ocidental. A crise foi ocultada e atenuada pela inflexibilidade dos sistemas políticos das economias centralmente planejadas. A necessidade de prover aos cidadãos bens de consumo e produtos agrícolas combinado com os choques do petróleo colocou a URSS em uma situação deficitária estrutural. O abandono dos planos quinquenais e a ascensão de uma elite privilegiada com a privatização das empresas estatais radicalizou a crise. Além disso, a pressão cada vez maior para a URSS manter o status de superpotência agravou a situação fiscal do país. Segundo Hobsbawm:

(...) sem uma mudança drástica, na verdade fundamental, ela (URSS) iria afundar mais cedo ou mais tarde, não apenas por causa da inata ineficiência e inflexibilidade do sistema, mas porque a fraqueza era agravada pelas demandas de status de superpotência militar, que não podia ser sustentado em uma economia em declínio (...) O Afeganistão se tornou- como algumas pessoas em Washington sem dúvida pretendiam que se tornasse- o Vietnã da União Soviética (HOBSBAWN, 1994, p. 464).

⁹⁵ Para uma análise detalhada da economia soviética e seus aspectos estruturais, ver: (MAZAT; SERRANO; 2010).

Politicamente, convulsões políticas na Europa Oriental viriam a desestabilizar o sistema de protetorados (Estados satélites) da União Soviética. Essa região era o calcanhar de Aquiles do sistema soviético e a Polônia seu ponto mais vulnerável. Após a Primavera de Praga, em 1968, tornou-se visível que os regimes satélites comunistas haviam perdido legitimidade como tal na maior parte da região. Na Polônia, o crescimento do movimento sindical Solidariedade e sua aliança com a Igreja ganhou cada vez mais força, principalmente após a eleição do carismático Karol Wojtyła (João Paulo II) a Papa, o primeiro polonês a assumir o posto na história. A União Soviética optou por não intervir militarmente no país e, dessa forma, deu carta branca para que mudanças acontecessem em toda região. Em uma transição pacífica na maioria dos casos, entre agosto de 1989 e o fim daquele ano, o poder comunista abdicou ou deixou de existir na Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária e República Democrática Alemã. Dentro da própria União Soviética o sistema administrativo por regiões também gerou instabilidade. O sistema de autonomia de poder territorial havia resultado na formação de elites econômicas regionais. Rapidamente os 15 países pertencentes à União separaram-se⁹⁶. A ala de reformadores radicais lideradas pelo sucessor de Gorbachev, Boris Yeltsin, concluiu a tarefa de dismantelar a antiga União Soviética.

Com o fim da Guerra Fria a função fundamental do SDI pareceu perder sentido, ainda que a Rússia houvesse herdado todo o aparato militar da União Soviética, essa parecia mais interessada em uma aproximação diplomática com a OTAN e os Estados Unidos. Mesmo assim o SDI foi levado adiante pelo sucessor de Reagan, George Bush. Bush readaptou o programa para um objetivo menor e menos caro do que as projeções iniciais do funcionamento do SDI. Bush transformou o SDI em um sistema que providenciaria *Global Protection Against Limited Strikes* (GPALS). Esse sistema foi desenhado para providenciar proteção contra um míssil balístico lançado de qualquer lugar do mundo contra qualquer alvo. Bush não reeleger-se e seu adversário, Bill Clinton, foi eleito prometendo focar prioritariamente na economia. Mesmo assim, nos anos do governo Clinton, pesquisa e desenvolvimento em BMD continuaram a ser levadas adiante e diversos testes do sistema e seus componentes foram realizados. No entanto, Clinton optou por não implementar o sistema. Quando George W. Bush

⁹⁶ A URSS era formada pela Federação Russa, Armênia, Azerbaijão, Bielo-Rússia, Estônia, Geórgia, Casaquistão, Quirguízia, Letônia, Lituânia, Moldávia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão.

assumiu a presidência, esse optou por ser mais enfático em sua posição de defesa de sistemas ABM. Logo em 2001, Bush anunciou que os Estados Unidos haviam retirado seu compromisso com o Tratado ABM de 1972.

A conjuntura macroeconômica interna dos Estados Unidos, a atuação das elites através do Congresso ou outros aparatos institucionais e a conjuntura política internacional afetaram e foram afetadas pelo SDI. Foi esse período, de média duração, tendo como objeto central o SDI e a atuação das elites nos Estados Unidos que se analisou até aqui nesse capítulo. O período aqui analisado significou um realinhamento interno dos Estados Unidos em favor das elites, principalmente das financeiras e dos setores ligados à alta tecnologia. Tal cenário teve um efeito de concentração de renda nas camadas mais ricas da população. Os recursos destinados aos ganhos de capital e aos altos salários das grandes corporações, como parte da renda nacional total, deram um enorme salto de 1980 em diante, atingindo em 2010 uma conjuntura problemática próxima ao dos anos de 1930.

É importante salientar que os movimentos conjunturais da década de 1980 não inverteram de maneira alguma a postura tradicionalmente intervencionista do Estado norte-americano. Muito embora o sistema financeiro internacional possa despertar grandes incertezas e depender diversas vezes das expectativas dos “jogadores” o Fed exerce um controle rigoroso sobre ele através do juro e do câmbio. As políticas neoliberais no plano interno estadunidense tampouco alteraram o papel do Estado como promotor do desenvolvimento através do investimento público. Nesse caso, como foi visto neste capítulo, o que houve foi uma clara articulação das elites para redirecionar esses gastos para os setores militar e de alta tecnologia.

À GUISA DA CONCLUSÃO

O presente trabalho pretendeu elucidar que papel cumpriu o SDI na estratégia de política externa e de segurança nos governos de Ronald Reagan. Os fenômenos da economia política internacional são mais bem compreendidos a luz do seguinte questionamento: *Cui Bono?* Ou seja, é mister analisar a configuração de forças e os interesses que dão gênese aos acontecimentos, nesse caso, ao projeto governamental na área de segurança. Dessa forma, o debate em torno do SDI recai invariavelmente na análise do plano doméstico estadunidense do período. A política externa é também produto da disputa interna dos países. O presente estudo optou por analisar o plano doméstico a partir da categoria de elite da forma que foi concebida por Charles Wright Mills (2000) visando a tornar inteligível a relação entre a elite governamental e as elites econômicas na definição da agenda de segurança dos Estados Unidos no advento do SDI.

No primeiro capítulo propôs-se a análise da história dos Estados Unidos, objetivando-se, principalmente, a identificação de elementos estruturais presentes também no SDI. Ressalta-se que esse capítulo possuiu um caráter mais ensaístico e conjectural, na medida em que o amplo recorte temporal adotado impõe limitações ao acesso de fontes e dados necessários para realizar uma averiguação satisfatória da problemática trabalhada. Analisaram-se brevemente os antecedentes geopolíticos europeus à independência norte-americana para entender em que conjuntura internacional o país surgiu. O que é perceptível na gênese da nação estadunidense é que o país tornou-se independente diante de um cenário de intensa disputa entre a Inglaterra e a França e as elites estadunidenses souberam elaborar táticas para se beneficiar desses conflitos, ora aliando-se com um lado, ora com o outro. Diante de tal competição tornou-se patente a necessidade de militarização do Estado recém-independente. Na ratificação da Constituição ficou evidente que as elites percebiam a necessidade de um comando central das forças armadas além das milícias estaduais tanto para a defesa contra inimigos externos quanto para conter insurreições. Todo o processo de expansão territorial desde as guerras contra os índios até a guerra contra a Espanha no final do século contou com o apoio logístico e a intervenção direta do governo federal. A Guerra de Secessão também representou um importantíssimo passo no desenvolvimento capitalista e militar dos Estados Unidos. O modelo nortista conseguiu aliar a indústria

moderna à guerra, o que foi um dos fatores centrais para sua vitória. Tal modelo serviria de base para o desenvolvimento estadunidense, sua expansão e vitórias até os dias atuais. A Guerra de Secessão foi o ápice de um desenvolvimento industrial que se deu durante todo o século XIX e esteve impreterivelmente ligada à indústria armamentista. A pesquisa e o desenvolvimento da alta tecnologia associada à demanda estatal por defesa é, portanto, um elemento de longa duração da história estadunidense. A partir do século XX esse modelo só se sofisticou, com as duas guerras mundiais e com a Guerra-Fria. Grandes monopólios industriais e financeiros associaram-se aos generais na busca de novos territórios para dominar, expandir os investimentos e adquirir matérias primas. O avanço em direção a Europa nas guerras foi o passo fundamental para a construção de um Império global além de suprir a necessidade de demanda provocada pela crise de 1929. Os projetos Manhattan e Apollo revelaram estruturas bem parecidas com aquela encontrada no estudo do SDI e permitem um mapeamento dos interesses paroquiais e da dinâmica dos projetos militares modernos. Observou-se, ainda, a validade da pesquisa a partir da concepção de elite, já que ao longo da história, diferentes atores mostraram-se fundamentais para a elaboração e execução dos grandes projetos militares. Através do estudo das elites, é possível identificar quais atores possuíam mais interesse nesses projetos e averiguar as consequências e objetivos dos mesmos.

No segundo capítulo, o presente estudo buscou identificar quais fatores que levaram a ascensão da elite governamental que compôs o governo Reagan e elaborar uma narrativa de como o SDI foi concebido, iniciado e foi implementado. Antes de adentrar na análise de fato do governo Reagan, no entanto, abordaram-se alguns elementos precedentes das décadas anteriores. Observou-se que a preponderância norte-americana no período pós- Segunda Guerra Mundial estava começando a ser contestada. No plano econômico, a competição com a Alemanha e o Japão prejudicava as exportações estadunidenses. A Guerra do Vietnã e o amplo aparato de bem estar social provocaram uma crescente inflação e aumento dos *twin deficits*. Discutia-se a o fim da hegemonia americana. O que ficou evidente para parte das elites estadunidenses foi o surgimento do dilema *guns and butter*. Dessa forma, agregou-se em torno da campanha de Ronald Reagan uma elite interessada na reestruturação do capitalismo norte-americano. Essa elite apoiou seu projeto em um discurso fortemente *anti-intervencionismo* e argumentava que era necessário livrar o dinamismo da economia do sufoco estatal. Além disso, a campanha de Reagan fazia um diagnóstico de uma crise

fatalista na sociedade norte-americana. De um lado acusavam os governos democratas de ter deixado a União Soviética ultrapassar os Estados Unidos em termos de poder militar e de outro alegavam que os Estados Unidos estavam na mais profunda crise econômica desde 1929. O discurso de crise foi bem sucedido e levou Reagan a vitória. A análise empírica evidenciou, ainda, que o ano de 1983 foi central para a implementação da estratégia de Reagan. Os resultados de sua política econômica começaram a transparecer e sua política de rearmamento ganhou volume. Os Estados Unidos intervieram naquele ano em Granada e no Líbano e Reagan acirrou seu discurso contra a União Soviética na ocasião do incidente com o avião sul-coreano. O segundo capítulo analisou ainda o surgimento do SDI, também em 1983, através da análise dos documentos do NSC. Os documentos evidenciaram que o SDI fazia parte de uma estratégia mais geral que visava não só conter a União Soviética como também sufocá-la e a superar tanto em armamentos estratégicos como em forças convencionais. A justificativa pública do programa foi cuidadosamente elaborada pelo alto escalão de Reagan. Com a participação de *think tanks* e *lobbies* o governo primeiramente visou a “demonizar” a União Soviética e posteriormente apresentou o SDI como uma possível solução final para o terror de um eventual holocausto nuclear. Observou-se, também, o protagonismo do próprio Reagan e a aceitação por parte da cúpula militar do programa.

Inclinando-se a “ampulheta” na direção da conjuntura, o terceiro capítulo buscou entender, principalmente, a dinâmica econômica e política que explicavam o SDI na década de 1980. Para tal, primeiramente, realizou-se uma análise da conjuntura macroeconômica estadunidense nos governos de Ronald Reagan. Destaca-se que o governo apresentou um despenho invejável, já que o PIB apresentou crescimento enquanto o desemprego e a inflação caíram. No entanto, os dados econômicos começaram a se mostrar positivos a partir de 1983, após dois anos de recessão. O governo fez uma política pró- grande capital, na medida em que praticamente congelou os salários, cortou os gastos sociais e desregulamentou o mercado financeiro. O “bom clima para os negócios” foi complementado com uma reforma tributária regressiva. O crescimento foi garantido pela explosão dos gastos militares alicerçado na expansão do déficit. O gasto militar possui a peculiaridade de ser aceito pela maior parcela das elites e de ser facilmente justificável para a população através da utilização do argumento de que a segurança das pessoas está em risco. Dessa forma, observou-se que as elites implementaram o *keynesianismo militarista* através do desmembramento dos gastos

sociais explicitando uma contradição com o discurso de Reagan que reiteradamente proclamava que “*The government is not the solution. The government is the problem*”. Indagou-se, a partir da constatação que o governo trocou a *butter* pelo *gun*, como a população respondeu ao anúncio de projetos extravagantes de defesa enquanto seus benefícios eram cortados e como um Congresso de maioria democrata aprovava tais projetos. Evidenciou-se, além disso, a importância dos *think tanks* e dos *lobbies*. Os primeiros contavam com membros da elite e foram fundamentais no diagnóstico de ameaças e na elaboração de políticas públicas. Os *lobbies*, por sua vez, pressionaram o Congresso de maneira decisiva. No caso do SDI, por exemplo, empresas como Lockheed, Boeing e General Electric foram beneficiadas pelos contratos, evidenciando a participação da grande indústria privada também no apoio ao projeto militarista de Reagan. Além disso, a extensa participação das Universidades no projeto foi mencionada, já que estas receberam enormes quantidades de recursos do governo, caracterizando o bloco de poder que sustentou o SDI como complexo industrial-militar-acadêmico. Também foi abordado, no segundo capítulo, o debate acadêmico e civil a respeito do SDI. Muitos teóricos mostraram-se contrários ao SDI já que esse era tecnologicamente inviável na opinião dos mesmos, além de que feria o Tratado ABM, e poderia causar uma desestabilização sistêmica já que o equilíbrio segundo alguns autores era garantido pelo MAD. Outros autores mostraram-se mais ponderados e propuseram sistemas *multi-layered* de defesa, já que os próprios componentes do sistema ABM poderiam ser alvos de ataques. A estratégia do governo em convencer a população foi decisivamente bem sucedida, como apontaram as pesquisas de opinião revisadas neste trabalho. Além do mapeamento das elites e da revisão do debate interno, complementou-se este estudo com a análise dos desdobramentos do SDI no plano tecnológico e estratégico. Observou-se que a guinada estratégica do governo do MAD para o MAS representou importante inflexão no sentido de pressionar a fronteira econômica e tecnológica da disputa na chamada Segunda Guerra Fria. Tecnologias como radares, lasers e infravermelhos poderiam gerar *spin offs* evidentes para a economia e benefícios para as empresas contratantes. Como era de se esperar, no plano estratégico, a URSS foi radicalmente contrária ao desenvolvimento do SDI por parte dos EUA. Não só pelo fato de que eventualmente um sistema defensivo fosse de fato implementado, mas talvez principalmente porque o investimento nesse tipo de alta tecnologia poderia beneficiar os Estados Unidos em suas capacidades ofensivas ou até mesmo elaborarem um sistema misto com defesa e ataque. Com relação ao fim da

Guerra-Fria e o colapso da União Soviética, argumenta-se que não é possível concordar com a visão de que o *military build-up* de Reagan e o SDI foram decisivos para o fim da União Soviética como afirma Kissinger (1994, p. 667). No entanto, o estrangulamento fiscal contribuiu para o já enfraquecido governo soviético, que colapsou, também, diante de disputas internas. Em um breve exercício de síntese, enquadrou-se esse período em tendências conjunturais, a saber, o *neoliberalismo* e a *financeirização*. A reconfiguração das elites estadunidenses serviu de receita para os países do mundo, através do: corte de gastos públicos, flexibilização das relações de trabalho, desregulamentação das finanças, entre outros. Obviamente, o *keynesianismo militarista* foi expressamente proibido pelos Estados Unidos, configurando-se, assim, em uma política de “chutando a escada”.

A hipótese de pesquisa inicial do presente estudo foi de fato corroborada pela análise documental e bibliográfica e análise crítica do objeto estudado. O SDI foi concebido como parte da estratégia mais geral das elites regentes no período que visavam a combater o “inimigo interno” identificado na crise econômica e o “inimigo externo” identificado no fortalecimento militar soviético frente aos Estados Unidos. Essa estratégia permitiu que as elites econômicas apoiassem a elite governamental de Reagan já que a economia foi reestruturada para beneficiar as grandes empresas e a expansão econômica foi garantida pelos investimentos estatais no setor militar, dentre eles o SDI. Além disso, o SDI pressionou a União Soviética através do estrangulamento fiscal, já que a URSS enfrentava sérios problemas econômicos e políticos à época do programa. Ressalta-se, também, que a coleta de dados demonstrou que as empresas de alta tecnologia foram amplamente beneficiadas pelo SDI e que o projeto revelou possibilidades evidentes de *spin-off* para diversos setores da economia. O fato de um sistema BMD nunca haver entrado em funcionamento pleno não é, portanto, um indicativo do fracasso do projeto, já que mesmo em sua concepção essa possibilidade era alta. Para além do objeto específico, a configuração política e econômica implementada pelas elites regentes na década de 1980, principalmente como modelo para superar a crise de 1970, foi determinante para estruturar o sistema internacional que surgiu no pós Guerra-Fria. Sob a ótica da longa duração, o trabalho sugere uma conjectura teórica de que ao longo da história estadunidense formaram-se as instituições e as elites necessárias para a configuração do complexo industrial-militar e a gênese do SDI. Elementos como a demanda estatal por segurança e a indústria bélica, associada ao

capital financeiro formaram uma sólida elite que elaborou políticas congruentes. Ao longo do tempo essa elite só se expandiu e sofisticou-se, criando *lobbies*, *think tanks* e contanto com o aparato institucional de pesquisa das Universidades. Sugere-se, portanto, que mesmo que houvessem intensos conflitos entre as elites domésticas, havia um grau maior de coesão ao elaborar políticas no setor militar. O motor fundamental desse processo foi a demanda pública e sua associação com as elites econômicas. Em suma, como diria Fernand Braudel: “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado” (BRAUDEL, 1987, p. 43).

Considera-se que a incompletude principal do presente estudo se encontra na pesquisa empreendida no Capítulo 1, já que seria necessário aprofundar mais a análise de outros projetos como o SDI, como o projeto Manhattan e o Apollo. Além disso, uma análise mais minuciosa das elites em termos de longa duração torna-se patente para melhor compreender a economia política da guerra nos Estados Unidos. Sugere-se, portanto, que a longa duração estudada nessa dissertação sirva de início para futuras pesquisas. Outra limitação que necessita ser apontada é a barreira de conhecimento científico colocado pelos complexos conceitos físicos e de engenharia em projetos como o SDI, pois uma melhor compreensão dos mecanismos tecnológicos facilitaria também a análise da economia política desses projetos. Ademais, como proposta para futuras pesquisas, sugere-se ainda a investigação da disputa espacial entre os Estados Unidos e Rússia nos dias atuais, bem como a entrada da China como importante ator a ser levado em consideração para analisar fenômenos de segurança aeroespacial. Por fim, espera-se ter contribuído com esse modesto estudo, para o propósito de melhor compreender a relação das elites econômicas e a elite governamental na definição da agenda de segurança nos governos de Ronald Reagan e, especificamente, o SDI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELSON, Donald E. **A Capitol Idea: Think Tanks and U.S Foreign Policy**. Quebec: Mc-Gill-Queen's University Press, 2006.

ARARIPE, Luiz de Alencar. **Primeira Guerra Mundial**. Em: MAGNOLI, Demétrio. *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2013.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI**; tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O longo século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo**; tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BARNET, Richard. **Real Security**. Nova York: 1981.

BARRET, Michael; SIKKING, Kathryn. **From international Relations to Global Society**. Oxford: 2013.

BRANDS, H.W. **Reagan: The life**. Doubleday, New York: 2015.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. Trad. J. Guinsburg e Tereza Mota. São Paulo, Perspectiva, 2009. "História e Sociologia", p. 91-114.

_____. **Escritos sobre a História**. Trad. J. Guinsburg e Tereza Mota. São Paulo, Perspectiva, 2009. "História e Ciências Sociais: a longa duração", p. 41-78.

_____. **A Dinâmica do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BIERSTEKER, J. Thomas. **State, Sovereignty and Territory**. Oxford: 2008.

BROOKS, Harvey. **The Strategic Defense Initiative as Science Policy**. MIT Press: *International Security*, Vol. 11, Nº 2 (Fall, 1986), p. 177-184.

Bureau of Economic Analysis (BEA). **National Economic Accounts**. Disponível em: <http://www.bea.gov/national/index.htm#gdp>. Acesso em: Julho de 2016.

Bureau of Labor Statistics. **Productivity and Costs**. Disponível em: <http://www.bls.gov/news.release/prod2.toc.htm>. Acesso em: Agosto de 2016.

National Federation of Independent Business. Disponível em: <http://www.nfib.com/>. Acesso em: Julho de 2015.

Business Roundtable Organization. Disponível em: www.businessroundtable.org/about/history. Acesso em: Julho de 2016.

COHEN, Benjamim J. **International political economy: an intelectual history**. Priceton, New Jersey, 2008.

COX, Robert W. **Approaches to world order**. Cambridge University Press, 1996.

DREIFUSS, René Armand. **A Internacional Capitalista. Estratégias e táticas do empresariado transnacional: 1918-1986.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

DRELL, Sidney D; FARLEY, Philip J; HOLLOWAY, David. **Preserving the ABM Treaty: A Critique of the Reagan Strategic Defense Initiative.** The MIT Press: 1 Security, Vol. 9, No. 2 (Fall, 1984), p. 51-91.

Dwight Eisenhower Presidential Library, Museum and Boyhood Home. **The Farewell Address.** Janeiro, 1961, p. 13-15. Disponível em: https://www.eisenhower.archives.gov/research/online_documents/farewell_address/Reading_Copy.pdf. Acesso em: Julho de 2016.

EICHENGREEN, Barry. **A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional;** tradução de Sérgio Blum. São Paulo: Ed. 34, 2000.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

EVERA, Stephan Van. **Guía Para Estudiantes de Ciência Política.** Traducción de: José Angel Álvarez. Barcelona: Editorial Gedisa, 2002.

FIORI, José Luís. **O Poder Americano.** Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

Fortune Magazine. **Fortune 500.** Disponível em: http://archive.fortune.com/magazines/fortune/fortune500_archive/full/1983/. Acesso em: Setembro de 2016.

GILPIN, Robert. **The Political Economy of International Relations.** New Jersey: Princeton, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GARVER, W. John. **China's response to the SDI.** University of California Press: Asian Survey, Vol. 26, No. 11 (Nov., 1986), p. 1220-1239.

GERSTENZAG, James. **'Star Wars' Leads All Defense Costs : Anti-Missile Program Fast Becoming a Solidly Entrenched Part of Budget.** 13 de Julho de 1986. Disponível em: http://articles.latimes.com/1986-07-13/news/mn-20681_1_star-wars. Acesso em: Janeiro de 2016.

GOURÉ, Daniel. **The impact of the SDI on Soviet National Security Policy.** Em: CIMBALA, Stephen J. The technology, strategy, and politics of the SDI. Boulder: Westview Press, 1987.

GUERTNER, Gary L. **Nuclear War in a Defense-dominant World.** Em: CIMBALA, Stephen J. The technology, strategy, and politics of the SDI. Boulder: Westview Press, 1987.

GUERTNER, Gary L; SNOW, Donald M. **The Last Frontier: An Analysis of the Strategic Defense Initiative.** D.C Heath and Company, 1986.

Historical Tables: **Budget of the U.S Government**. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/omb/budget/Historicals>. Acesso em: Janeiro de 2016.

HALLORAN, Richard. **Reagan Expanding Trident Program**. The New York Times: Fevereiro de 1983. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1983/02/06/us/reagan-expanding-trident-program.html>. Acesso em: Janeiro de 2017.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Edições Loyola: São Paulo, 2004.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**; tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras: 1995.

HOLLOWAY, David H. **The Strategic Defense Initiative and the Soviet Union**. MIT Press: Daedalus, Vol 114, Nº3, Weapons in Space, Vol II, Implications for Security (Summer, 1985) p. 257-278.

International Monetary Fund. **World Economic Outlook**. Agosto de 2016. Disponível em: <http://www.imf.org/external/datamapper/index.php>. Acesso em: Agosto de 2016

International Monetary Fund. **World Economic Outlook**. Outubro de 2016. Disponível em: <http://www.imf.org/external/datamapper/index.php>. Acesso em: Agosto de 2016.

KRAEMER, Sven F. **Inside the Cold War, From Marx to Reagan: An unprecedented guide to the roots, history, strategies, and key documents of the Cold War**. University of America Press, Lanham, 2015.

KARNAL, Leandro [et al.]. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2014.

KINDLEBERGER, Charles. **The World in Depression**. University of California Press, Los Angeles, 2013.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000**; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KENNAN, George. **The Sources of Soviet Conduct**. Foreign Policy, Vol 25, Nº 4, 1947. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1947-07-01/sources-soviet-conduct>. Acesso em: Julho de 2016.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Oxfordshire: Princeton University Press, 2005.

KISSINGER, Henry A. **Diplomacia**. Lisboa: Gradiva, 2007.

_____. **The future of NATO**. In: NATO The Next Thirty Years, Kenneth Myers, ed. (Boulder, Colo: Westview Press, 1980.

LENS, Sidney. **A fabricação do império americano- da Revolução ao Vietnã: uma história do imperialismo dos Estados Unidos**; tradução de Maria Lucia Oliveira- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LICHTENBERG, Frank. R. **The impact of the Strategic Defense Initiative on U.S Civilian R&D Investment and Industrial Competiveness**. Social Studies of Science, May 1989; vol. 19, 2: p. 265-282.

LINDSAY, M. James. **Testing the Parochial Hypothesis: Congress and the Strategic Defense Initiative**. University of Chicago Press, Southern Political association. University of Texas Press: Journal of Politics, Vol. 53, N° 3, p. 860- 876: Agosto de 1991.

Margaret Thatcher Foundation. **Cold War: Thatcher-Reagan meeting at Camp David (account of conversation) [memoirs extract]**. 22 de Dezembro de 1984 Disponível em: <http://www.margaretthatcher.org/document/109394>. Acesso em: Outubro de 2016.

MEDEIROS, Carlos Alberto de. **O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar**. Em: FIORI, José Luis. (org.). O poder americano. Petrópolis: Vozes, 2004.

MELLO, Marcelo Soares Bandeira de. **A economia política do governo Reagan: Estado neoliberal, tributação e gasto público federal nos Estados Unidos da América entre 1981 e 1988**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MILLIBAND, Ralph. **O Estado na Sociedade Capitalista**; Tradução de Fanny Tabak. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1982.

MILLS, Charles Wright. **The Power Elite**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2000.

National Federation of Independent Business. Disponível em: <http://www.nfib.com/>. Acesso em: Julho de 2015.

National Security Council. **National Security Council Structure**. NSDD°2. 12 de Janeiro de 1982. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDs/NSDD2.pdf>. Acesso em: Setembro de 2015.

_____. **Strategic Forces Modernization Program**. NSDD°12. 1 de Outubro de 1982. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDs/NSDD12.pdf>. Acesso em: Setembro de 2015

_____. **United States Non-Proliferation and Peaceful Nuclear Cooperation Policy**. NSDD°6. 16 de Julho de 1981.. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDs/NSDD12.pdf>. Acesso em: Setembro de 2015.

_____. **Theater Nuclear Forces (Intermediate-Range Nuclear Forces)**. NSDD°15. 16 de Novembro de 2016. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDs/NSDD15.pdf>. Acesso em: Setembro de 2015.

_____. **The Strategic Defense Initiative**. NSDD°119. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDs/NSDD119.pdf>. Acesso em: Agosto de 2015.

_____. **US National Security Strategy**. NSDD°32. 20 de Maio de 2016. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDs/NSDD32.pdf>. Acesso em: Setembro de 2015.

_____. **U.S Relations with the USSR**. NSDD° 75. 17 de Janeiro de 1983. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDs/NSDD75.pdf>. Acesso em: Setembro de 2015.

_____. **U.S. Response to Soviet Destruction of KAL Airliner**. NSDD°102. 5 de Setembro de 1983. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDs/NSDD102.pdf>. Acesso em: Agosto de 2015.

_____. **Granada: Contingency Planning**. NSDD°110. 21 de Outubro de 1983. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDs/NSDD110.pdf>. Acesso em: Agosto de 2015.

_____. **Lebanon**. NSDD°117. 1 de Dezembro de 1983. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDs/NSDD117.pdf>. Acesso em: Agosto de 2015.

_____. **Eliminating the Threat From Ballistic Missiles**. NSDD°85. 25 de Março de 1983. The Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDs/NSDD85.pdf>. Acesso em: Agosto de 2015.

_____. **Study on Eliminating the Threat Posed by Ballistic Missiles**. NSSD° 6-83. 18 de Abril de 1983. Federation of American Scientists. Disponível em: <http://fas.org/irp/offdocs/nssd/nssd-6-83.pdf>. Acesso em: Julho de 2016.

_____. **Strategic Defense Initiative**. NSDD°119. 6 de Janeiro de 1984. The Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDs/NSDD119.pdf>. Acesso em: Agosto de 2015.

_____. **Presenting the Strategic Defense Initiative**. NSDD°172. 30 de Maio de 1985. Ronald Reagan Presidential Library & Museum. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/Scanned%20NSDDs/NSDD172.pdf>. Acesso em: Outubro de 2016.

NAVARRO, Vicente. **Welfare e “Keynesianismo Militarista” na Era Reagan**. Lua Nova nº24: Setembro, 1991.

Nye, Joseph, **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. Public Affairs, 2004.

REAGAN, Ronald. **An American Life**. New York: Simon and Schuster, 1990.

REISS, Edward. **Cambridge studies in International Relations: The Strategic Defense Initiative**. Cambridge University Press, 1992.

REVIEW, Monthly. **U.S Military Bases and Empire**. Volume 53, Issue 10 (March), 2002. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2002/03/01/u-s-military-bases-and-empire/>. Acesso em: Janeiro de 2017.

Ronald Reagan Presidential Library & Museum. **Republican National Convention Acceptance Speech**. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/7.17.80.html>. Acesso em: Julho de 2016.

_____. **A Strategy for Peace in the 1980s**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bjb-EdY5yB4>. Acesso em: Julho de 2016.

_____. **Presidential Debate with Jimmy Carter**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kXFEh4cdCog>. Acesso em: Julho de 2016.

_____. **Election Eve Address “A Vision for America”**. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/reference/11.3.80.html>. Acesso em: Julho de 2016.

_____. **First Inaugural Address**. Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/speeches/1981/12081a.htm>. Acesso em: Julho de 2016.

_____. **Nominations**. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.archives.gov/archives/speeches/1981/12381a.htm>. Acesso em: Agosto de 2015.

_____. **Termination of Wage and Price Regulatory Program**. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.archives.gov/archives/speeches/1981/12981c.htm>. Acesso em: Agosto de 2015.

_____. **Address to the Nation on the Economy**. Disponível em: <https://reaganlibrary.gov/sspeeches/major-speeches-1964-1989/29-archives/speeches/1981/132-20581c>. Acesso em: Agosto de 2015.

_____. **Address to the Nation on the Economy.** Disponível em: <https://reaganlibrary.gov/sspeeches/major-speeches-1964-1989/29-archives/speeches/1981/132-20581c>. Acesso em: Agosto de 2015.

_____. **Address to the Nation on the Economy.** Disponível em: <https://reaganlibrary.gov/sspeeches/major-speeches-1964-1989/30-archives/speeches/1982/1728-101382d>. Acesso em: Agosto de 2015.

_____. **Remarks to Members of the National Press Club on Arms Reduction and Nuclear Weapons.** Disponível em: <https://reaganlibrary.gov/sspeeches/major-speeches-1964-1989/29-archives/speeches/1981/758-111881a>. Acesso em: Setembro de 2015.

_____. **Address to the Nation on the Soviet Attack on a Korean Airliner (KAL 007).** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dppdtCLvKts>. Acesso em: Agosto de 2015.

_____. **Address to the Nation on Lebanon and Grenada.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wflGDxnRH-Q>. Acesso em: Agosto de 2015.

_____. **Remarks at the Annual Convention of the National Association of Evangelicals in Orlando.** Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/speeches/1983/30883b.htm>. Acesso em: Agosto de 2015.

_____. **Address to the Nation on Defense and National Security.** Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/speeches/1983/32383d.htm>. Acesso em: Agosto de 2015.

_____. **Address to the Nation on Tax Reform.** Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/speeches/1985/52885c.htm>. Acesso em: Agosto de 2016.

_____. **Remarks on Signing the Tax Reform Act into Law.** Disponível em: <https://reaganlibrary.archives.gov/archives/speeches/1986/102286a.htm>. Acesso em: Agosto de 2016.

O Globo. **Nos EUA, greve de controladores foi derrotada por Reagan.** 31/03/2007. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/no-eua-greve-de-controladores-foi-derrotada-por-reagan-4205186>. Acesso em: 25 de Julho de 2015.

_____. **Outubro de 1983: EUA invadem Granada.** 9 de Setembro de 2013. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/outubro-de-1983-eua-invadem-granada-9888350>. Acesso em: Agosto de 2015.

PAIN, Keith B. **Strategic Defense: “Star Wars” in perspective**. Boston: Hamilton Press, 1986.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou Mudança**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

PIANTA, Mario. **New technologies across the Atlantic: US leadership or European autonomy?** (preface by M. Kaldor). Tokyo: Harvester-Wheatsheaf, Hemel Hempstead and United Nations University, 1988.

POLAYNI, Karl. **A Grande Transformação: As origens de nossa época**; tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SCHWARTZ, David. **SDI: The Transatlantic Challenge**. In: CIMBALA, Stephen J. *The technology, strategy, and politics of the SDI*. Boulder: Westview Press, 1987.

SCHWARTZ, David. **SDI: The Transatlantic Challenge**. In: CIMBALA, Stephen J. *The technology, strategy, and politics of the SDI*. Boulder: Westview Press, 1987.

SLOSS, Leon; WEISS, Seymour. **Strategic Defense: A Third View**. In: CIMBALA, Stephen J. *The technology, strategy, and politics of the SDI*. Boulder: Westview Press, 1987.

SORENSEN, David S. **Protecting Strategic Forces: The Contribution of Point Defense to Crisis Deterrence**. In: CIMBALA, Stephen J. *The technology, strategy, and politics of the SDI*. Boulder: Westview Press, 1987.

STEIN, Jonathan B. **Point Defense: Gateway to the SDI**. In: CIMBALA, Stephen J. *The technology, strategy, and politics of the SDI*. Boulder: Westview Press, 1987.

STRANGE, Susan. **The Retreat of the State: The diffusion of Power in the World Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

Stockholm International Peace Research (SIPRI). *SIPRI Military Expenditure Database*. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em: Julho de 2016.

TAVARES, Maria da Conceição. **A retomada da hegemonia norte-americana**. Em M.C TAVARES e J.L FIORI, *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

_____. **Pós-escrito 1997 A reafirmação da hegemonia norte-americana**. Em M.C TAVARES e J.L FIORI, *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

The American Presidency Project. **The Republican Platform of 1980**. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25844>. Acesso em: Julho de 2016.

_____. **White House Report for Economic Recovery**. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=43427>. Acesso em: Julho de 2016.

_____. **The Republican Platform of 1980**. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25844>. Acesso em: Julho de 2016.

THE TIMES. **Atlas da História do Mundo**. Empresa Folha da Manhã S.A., São Paulo, 1995.

THOMAS, Richard E. **Soviet Strategic Defense and Military Space Systems**. In: CIMBALA, Stephen J. The technology, strategy, and politics of the SDI. Boulder: Westview Press, 1987.

Trading Economics. **Government Debt to GDP**. Disponível em: <http://www.tradingeconomics.com/united-states/government-debt-to-gdp>. Acesso em: Agosto de 2016.

_____. **The United States Dollar**. Disponível em: <http://www.tradingeconomics.com/united-states/currency>. Acesso em: Agosto de 2016.

Trading Economics. **United States Minimum Wage Hourly**. Disponível em: <http://www.tradingeconomics.com/united-states/minimum-wages>. Acesso em: Agosto de 2016.

Trading Economics. **Dow Jones Industrial Average**. Disponível em: <http://www.tradingeconomics.com/united-states/stock-market>. Acesso em: Agosto de 2016.

TREBAT, Nicholas Miller. **O Departamento de Guerra e o Desenvolvimento Econômico Americano**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

TOTA, Pedro. **Segunda Guerra Mundial**. Em: MAGNOLI, Demétrio (org). História das Guerras. São Paulo: Contexto, 2013.

U.S Department of Interior. **National Atlas of the United States**. Disponível em: <http://www.nationalatlas.gov/>. Acesso em: Dezembro de 2016.

U.S Department of State. **Strategic Arms Limitation Talks (SALT I)**. Disponível em: <http://www.state.gov/t/isn/5191.htm>. Acesso em: Julho de 2016.

World Wealth and Income Database. Disponível em: <http://www.wid.world/#Database>. Acesso em: Agosto de 2016.

ZEGVELD, Walter ; ENZIG, Christien. **SDI and Industrial Technology Policy: Threat or Opportunity?** New York: St. Martin's Press, 1987.